Universidade Estadual Paulista – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar

Luciana Fernandes Teixeira

MERCADO E TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR

Araraquara - SP
2007

Luciana Fernandes Teixeira

MERCADO E TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação submetida à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, conferido pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *Campus* de Araraquara, na *área* Educação Escolar, *eixo temático* Política e Gestão Educacional, *linha de pesquisa* Estado, Política e Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Vaidergorn.

Araraquara - SP
2007

Teixeira, Luciana Fernandes
Mercado e trabalho no ensino superior / Luciana Fernandes Teixeira – 2007

109 f. ; 30 cm
Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
Orientador: José Vaidergorn

l. Ensino superior (Brasil). 2.Mercado de trabalho - Educação. I. Título.

Luciana Fernandes Teixeira

MERCADO E TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação submetida à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, conferido pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *Campus* de Araraquara, na *área* Educação Escolar, *eixo temático* Política e Gestão Educacional, *linha de pesquisa* Estado, Política e Educação.

Data de defesa: 25 de maio de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Vaidergorn _____
Orientador (UNESP)

Prof. Dr. Cleiton de Oliveira _____
Membro (UNESP)

Profa. Dra. Maria Ap. Segatto Muranaka _____
Membro (UNIMEP)

Agradecimentos

Apresento minha gratidão ao orientador Professor Doutor José Vaidergorn, especialmente por sua presença humana e confiança na realização deste trabalho.

Fico grata à Comissão de Bolsas de Estudo do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL/Unesp/Araraquara e a CAPES, pelo auxílio financeiro concedido para a realização deste estudo.

Agradeço o apoio familiar, aos meus irmãos e principalmente à minha mãe, pela ajuda material e moral necessárias para a realização do curso de mestrado. Agradeço de forma especial ao meu querido companheiro e amigo Raul, pela paciência e compreensão sempre integrais. Finalmente, agradeço aos amigos e a todos que de alguma forma colaboraram para a efetivação desta dissertação.

RESUMO

TEIXEIRA, Luciana Fernandes. **Mercado e trabalho no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Araraquara-SP: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2007.

RESUMO

O ensino superior no Brasil e seu atual movimento de expansão, sob as influências políticas, econômicas e culturais da economia de mercado e do mundo do trabalho, têm aproximado o setor, sobretudo no que se refere às instituições privadas ou públicas de ensino pago, das ações que conformam a educação às práticas mercantis. Os nexos das aplicações mercantis sobre a educação superior seguem a ordem do capitalismo em processo de dilatação.

As políticas governamentais de incentivo à privatização do ensino superior no Brasil, intensificadas a partir da década de 1990, conduziram as instituições, públicas ou privadas, a uma supervalorização da economia no trato das questões educacionais. O peso das representações econômicas, generalizadas, incidiu no papel social desse campo de atuação, com vistas ao seu empresariamento, à profissionalização técnica para o trabalho, bem como às funções financeiras. No que se refere especialmente a estes dois últimos aspectos, o caso das Faculdades Integradas Santa Fé do Sul - SP, trouxe ao estudo do tema uma primeira aproximação das disposições financeiras e econômicas do ensino superior brasileiro. As referidas Faculdades, enquanto entidade pública de ensino pago, geridas por uma Fundação municipal (FUNEC), ao se situarem dentro de um contexto maior, balizado por valores empresariais e mercadológicos, indicaram que a difusão da lógica econômica sobre educação superior é abrangente, como também age no reforço e reprodução da dependência individual e social ao capital.

Palavras-chave: Ensino superior e trabalho; Ensino superior – Brasil; Educação e economia; FUNEC; FISA; Santa Fé do Sul – SP.

ABSTRACT

The teaching in Brazilian University Education and its last expansion is holding up by the political, economy and culture influences, they came from the economy and working world. They have approximated publics and private schools institutions which pay for teaching, theirs acts keep in the same condition education and commercial practices. The links from the trade applications on high education go with the capitalistic system during its dilated process.

In Brazil, the government establishes politics to incentive the privatization of universities education, the rules has been intensified since 1990 decade; they are always conducting public and private education institutions to an elevated economic value, they are using the same way to the education questions. The hard result of economics representation becomes general; it went to inside of the social area and go to the center of the social education vision's field, looking after to the company, looking after to the professional techniques and also to the financial functions. Both and specifics cases to Faculdades Integradas Santa Fé do Sul – SP are specials, because the University brought the themes to be study, it have approximated, at first, the high Brazilian teaching to the financial and economics dispositions. While public entities with a pay teaching, the Departments are maintained by Municipal Foundation (FUNEC), they are in a largest context but with a poor mercantile and factory value that pointed out the expansion of economy idea in the high education as it as the act to fortify and to reproduce the individual and social dependency to the capital.

Key-Words: High Teaching and Work; High Teaching – Brazil; Education and Economy; FUNEC; FISA; Santa Fé do Sul.

SUMÁRIO

Introdução.....01
Capítulo 1: O ensino superior a serviço da economia: o caso das Faculdades Integradas da Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul - SP.....04
1.1 – Trajetória das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul.....05
1.2 – O contingente de alunos da FUNEC/FISA em Santa Fé do Sul.....20
1.3 – Aspectos da Estrutura organizacional e administrativa da FUNEC/FISA.....30
1.4 – Dimensões e propriedades do quadro de pessoal da FUNEC/FISA.....32
1.5 – Os Recursos financeiros da FUNEC/FISA e a economia municipal.....38
1.6 – A presença da FUNEC/FISA em Santa Fé do Sul.....44
Capítulo 2: A educação superior como instrumento da lógica de mercado.....51
Capítulo 3: A educação superior a serviço das relações de produção capitalistas.....81
Considerações finais.....102
Referências.....106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de alunos matriculados nas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul.....21

Quadro 2: Números de alunos matriculados na FUNEC/FISA por Estado de origem....23

Quadro 3: Números de alunos matriculados na FUNEC/FISA por município de origem.....25

Quadro 4: Receitas estimadas e despesas fixadas da FUNEC/FISA para o exercício financeiro do ano seguinte (2001 a 2005), em Reais correntes (R$).....38

Quadro 5: Diferença entre a receita e a despesa da FUNEC/FISA para o exercício financeiro do ano seguinte em Reais correntes (R$).....39

Quadro 6: Orçamento geral do município de Santa Fé do Sul, entre receita e despesa, por órgãos da administração direta e indireta, para o exercício financeiro do ano seguinte, em Reais correntes (R$).....41

Quadro 7: Percentual de participação das receitas dos órgãos diretos e indiretos da administração pública no orçamento geral do município de Santa Fé do Sul, e diferença entre receita e despesa em Reais correntes (R$).....42

Quadro 8: Perfil municipal de Santa Fé do Sul: Trabalho (Estabelecimentos cadastrados no Ministério do Trabalho) – Ano: 2003.....43

Introdução

A difusão de estratégias econômicas e empresariais para arregimentar ou dar sustentação à competitividade em um mercado globalizado abarca sobremaneira as relações de trabalho e opera modificações no perfil da classe trabalhadora. Entre as novas formas de organização do mundo do trabalho e de inserção no mercado de trabalho, a pauta dos requisitos necessários à manutenção ou obtenção de emprego traz novas ou outras exigências de qualificação e ênfase na valorização de determinado padrão educacional.

Nesse cenário, a educação superior, sensível às atuações políticas e econômicas, possui um papel preponderante, em que participa das funções sociais de promoção e de formação cultural e científica, bem como da composição de quadros profissionais mais qualificados.

Em vista da expansão da educação superior e do desenvolvimento socioeconômico que pode acompanhá-la, no que se refere à democratização do acesso a este nível de ensino no Brasil atual, há a proposta de um novo projeto político específico de reforma universitária, cujas diretivas governamentais implicam na promoção de um aumento considerável do contingente de estudantes para este setor. Esta expansão representa pelo viés quantitativo um incentivo às instituições que oferecem mais vagas, sobretudo as escolas privadas ou, antes, de ensino pago[1], que assim ganham novo impulso econômico.

Assim, constituem os eixos da discussão deste estudo a educação superior no Brasil e seu mais recente processo de expansão, suas relações com a economia de mercado, com os meios empresariais privados e com o mundo do trabalho.

Apresentaremos, a propósito de uma abordagem empírica, o caso das Faculdades Integradas da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – SP, uma entidade universitária de direto público, porém de ensino pago, em plena e recente expansão, e que mobiliza com seu crescimento vários aspectos socioeconômicos na localidade onde se encontra instalada.

---

[1] Não cabe aqui trazer a polêmica (que já se apresentava quando da elaboração do atual texto constitucional) sobre o caráter público ou privado de instituições de ensino financiadas através de mensalidades de seus alunos, sejam elas de gestão estatal ou não.

Embora a Fundação Educacional de Santa Fé do Sul (FUNEC) não tenha o objetivo declarado de gerar lucro, pode-se dizer que a ampliação dos aspectos econômico-financeiros produzidos pelas Faculdades no município passou a ocupar uma posição mais valorizada do que a própria atividade educacional realizada pela entidade. A Fundação, ao adquirir maior espaço institucional nos anos recentes, tornou-se, principalmente a partir de 1998, uma das principais atividades subsidiárias e mobilizadoras da economia municipal e também um importante pólo empregatício local.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a Fundação passa a ser administrada como uma empresa, com "capital, produção e produto", é uma atividade educacional, ou seja, um meio quando se trata da formação voltada para o trabalho, e também um meio para os fins econômico-financeiros de geração de emprego e de movimentação para a economia do município de Santa Fé do Sul.

A direção economicista tomada pela referida Fundação decorre das estratégias de mercado ditadas pelo desenvolvimento econômico capitalista, que necessita da abertura de novos nichos nas suas conexões sociais, e que, no caso, se voltam para o ensino superior. Por outro lado, tais conexões sociais frente ao processo de (re)configuração produtiva da força de trabalho, necessária ao funcionamento, otimização e operacionalidade do sistema econômico, também se direcionam, em certa medida, ao ensino superior.

Portanto, de maneira mais geral no presente estudo, para além do exame acerca das Faculdades da Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul, procuraremos apontar a análise para as transformações e tendências do ensino superior brasileiro, em que participam especialmente os temas "globalização", "economia de mercado" e "mundo do trabalho" – acepções relacionadas à análise de uma concepção de educação escolar que figura como negócio, e assim passa a ser ajustada segundo as regra e determinações do chamado desenvolvimento econômico e social.

O presente estudo não possui como alvo analítico principal o caso da FUNEC, não trata propriamente de explicar ou teorizar a Fundação, mas de contextualizá-la, buscar a composição majoritária das influências que recaem sobre o ensino superior brasileiro e, desse modo, ressaltamos, considerá-lo a partir de suas relações com a economia de mercado e com o mundo do trabalho.

Não obstante, no que tange ao mundo do trabalho, a contínua modernização dos aparatos tecnológicos e organizacionais de cunho empresarial,

impõem, ante os imperativos domínios dos processos de trabalho, a formação de recursos humanos adequados às inovações correntes, nas quais a educação escolar em nível superior figura de forma privilegiada.

Assim, a contar com a conveniente justificativa da formação superior para o trabalho, em tempo de alta competitividade e de empregos escassos, a produção de demandas pelos serviços educacionais de nível superior resulta na expansão mercantil dos empreendimentos do setor, que se abre às possibilidades de produção, ganhos e circulação de capital.

As políticas públicas da educação no Brasil, ao assinalarem a importância socioeconômica da ampliação do ensino superior e do contingente universitário, que segue, de um lado, o incremento da formação superior para o trabalho, e, de outro, a composição e os arranjos locais e regionais de uma rede de serviços educacionais, apontam para um planejamento em conformidade com a economia de mercado e seus moldes contemporâneos, o das vantagens do setor privado em detrimento do público.

No caso brasileiro, tal condução política para o ensino superior, ainda que não decorra em maximização a contento do setor do ensino privado, e das atividades econômicas correlatas, ou mesmo em qualificação cabal de parte considerável do contingente universitário e de sua inserção no mercado de trabalho, encontra no atendimento dos interesses privados uma objetivação econômica, bem como, ao buscar atender a demanda de estudantes por este nível de ensino, às iniciativas de ação governamental.

Na pauta das políticas públicas para a educação superior, as análises para os investimentos são centradas na escassez ou na contenção dos recursos públicos, bem como na concorrência e nas necessidades da produção e da produtividade econômica. O direcionamento é o da mercantilização, privatização do ensino e de uma educação voltada à conformação social, ao capital e suas leis de mercado.

Capítulo 1: O ensino superior a serviço da economia: o caso das Faculdades Integradas da Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul - SP

A coexistência de finalidades políticas e econômico-financeiras sobrepostas na instituição de ensino superior, hoje constituída como Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – FISA, mantidas pela Fundação Municipal de Educação e Cultura – FUNEC, é o principal alvo da abordagem empírica, de base histórica e socioeconômica, a ser apresentada neste capítulo.

Inicialmente colocaremos em destaque aspectos do advento das Faculdades na cidade de Santa Fé do Sul – SP, sua trajetória histórica e, especialmente, sua transformação e expansão pós-1998. Depois apresentaremos os aspectos que retratem o perfil atual da instituição, seu contingente de alunos, organização administrativa e funcional, recursos financeiros, bem como os impactos produzidos e as vinculações estabelecidas com a comunidade local.

A delimitação da FUNEC encaminhar-se-á para uma análise do sentido preponderante de suas atividades na cidade de Santa Fé do Sul, onde o peso dos aspectos econômico-financeiros, mobilizados pela entidade, permeia sua importância educacional local.

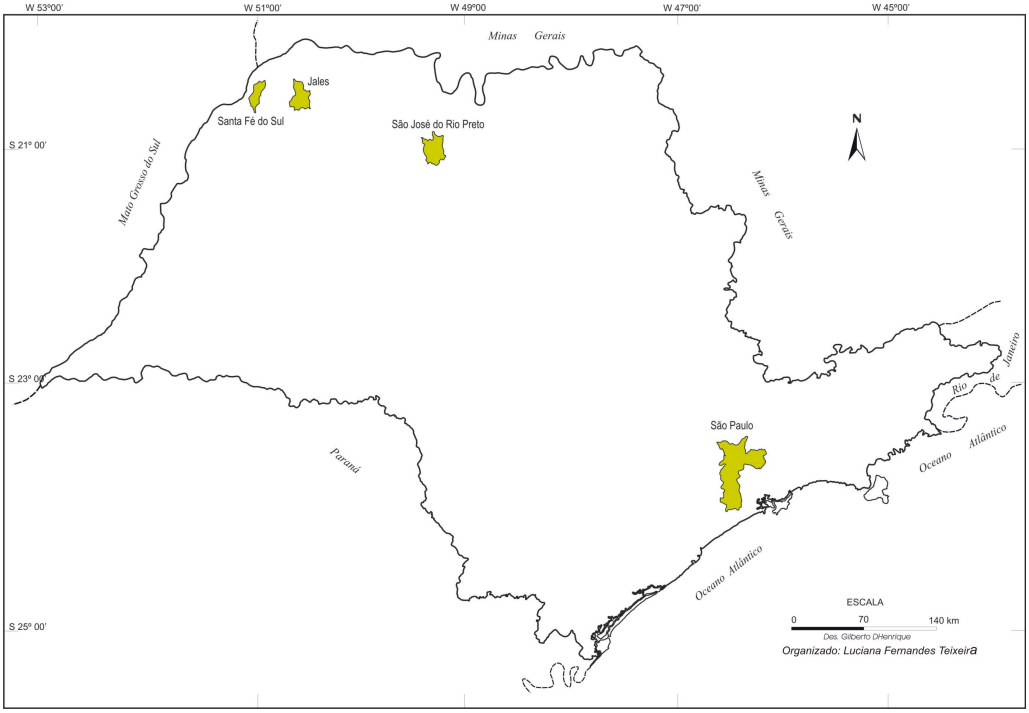
Portanto, intencionamos colocar em questão as interfaces desta instituição de nível superior, ou seja, como empreendimento educacional de difusão de demandas sociais, culturais, políticas, técnicas e produtivas, e também como elemento de mediação e de diversificação econômica local.

Deste modo, em referência ao 2º e 3º capítulos desta dissertação, procuraremos discutir as possíveis conexões entre o perfil de instituição de ensino superior que a FUNEC apresenta, onde o sentido de atividade econômica se mistura ao educacional, com processos políticos e sociais de geração e desenvolvimento de instituições de educação superior mais abrangentes, sobretudo no diz respeito ao cenário brasileiro.

1.1 – Trajetória das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul

As Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – FISA, e sua mantenedora, a Fundação Municipal de Educação e Cultura – FUNEC, constituem-se como uma entidade de direito público interno, do município de Santa Fé do Sul - SP. É uma instituição de ensino superior pública, sem fins lucrativos, mas de ensino pago.

Santa Fé do Sul é um município com uma população que o situa no limiar de pequena para média, situada no extremo noroeste do Estado de São Paulo, como mostra o mapa, distante 624 quilômetros da capital, próxima às fronteiras com os Estados do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Município com 58 anos de existência e aproximadamente com 30 mil habitantes, integra a região administrativa de São José do Rio Preto, cidade a 200 quilômetros Estado adentro.



A entidade, predominantemente conhecida como FUNEC, tem uma história de quase 30 anos, embora antes de se tornar uma Fundação Municipal, tenha sido uma associação educacional, a Associação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – ASEC, também sem fins lucrativos, porém de iniciativa privada de um grupo de pessoas da mesma cidade[2].

[2] Como demonstra o trabalho de Fonseca (2001), a criação da ASEC em Santa Fé do Sul assemelha-se a outros casos em que grupos locais se associaram para abrir faculdades, na década de 1970, no Brasil. Em geral as faculdades eram particulares e o objetivo era criar mercado de trabalho para os próprios

Foi a ASEC como mantenedora, formalizada como pessoa jurídica em 10 de dezembro de 1969, que abriu a primeira Faculdade na cidade de Santa Fé do Sul, a Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense – FEFAR, autorizada e regida pelo Conselho Federal de Educação a partir de 1972, e que em 1976, devido a problemas financeiros e sob o risco de ser fechada, foi entregue à responsabilidade do poder público municipal. Passou então a Faculdade, nesse momento, a ser regida pelo Conselho Estadual de Educação, situação que permanece até hoje com todos os cursos da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul.

Dos registros históricos encontrados a respeito da formação da FUNEC/FISA, elaborados enquanto tal, o mais acessível à pesquisa realizada foi a dissertação de mestrado defendida em 2001 na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela professora Amélia de Lourdes Nogueira Fonseca, atual coordenadora do curso de Pedagogia, do curso Normal Superior e do recém-organizado Instituto Superior de Ensino, o ISE, da mesma instituição em estudo.

Foi possível examinar ainda, para a composição deste pequeno histórico, documentos municipais publicados enquanto Leis e Decretos, destinados especificamente à FUNEC. Destes documentos, ressaltamos o Regimento Unificado das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul, publicado conforme sua aprovação pelo Parecer do Conselho Estadual de Educação n.º 80/2004. Algumas outras informações foram encontradas num encarte chamado "Guia do Estudante", um material de propaganda oferecido pela FUNEC, e também em sua página da internet (www.funecsantafe.edu.br), contudo, estas fontes apenas trouxeram sintetizadas as informações contidas nos documentos anteriores.

O trabalho de dissertação de Fonseca (2001), intitulado "As Faculdades isoladas e a formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio: As Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul (SP) – um estudo de caso", além de organizar e contar a história da instituição trata primeiramente de analisar a relação existente entre a expansão do ensino superior no Brasil pós-1964 e a criação das Faculdades isoladas. Além disso, trata das relações entre a formação de professores e o mercado de trabalho docente, especialmente do ponto de vista de um conjunto de alunos do curso de Pedagogia da FUNEC.

---

professores empreendedores. Os cursos eram, também em geral, voltados à formação professores, pois mais acessíveis às populações locais e menos dispendiosos na sua instalação e manutenção.

No caso da ASEC, que mais tarde viria a se tornar FUNEC, Fonseca (2001) afirma que a sua criação se deu em função do contexto de expansão do ensino superior brasileiro, ocorrido a partir da década de 1960, legitimado pela Reforma Universitária promovida pela Lei 5540/68, que deu grande abertura para a criação das Faculdades isoladas.

Dessa forma, já no final da década de 1960, iniciaram-se as investidas educacionais em Santa Fé do Sul, uma cidade ainda jovem, fundada em 1948 e com economia baseada principalmente na agropecuária. A iniciativa partiu especialmente de um grupo de professores da cidade, que resultariam na criação de uma instituição de ensino superior. Uma ação planejada, descrita por Fonseca (2001) como de cunho desenvolvimentista.

> [Santa Fé do Sul] sonha em crescer e tornar-se centro de região. Para que isso pudesse acontecer foi necessário resgatar o tempo perdido e, sobretudo, cortar o cordão umbilical com Jales, cidade vizinha, mais adentrada ao centro do Estado, que despontava economicamente naquele momento, pois tudo o que se fosse fazer dependia-se daquela cidade. Dentro desse contexto podemos afirmar que, a Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense nasceu não de um projeto educacional, mas sim da necessidade de se vencer uma disputa política, cujo objetivo era influir na política regional. Assim sendo, conclui-se que, a ASEC e o curso de Educação Física são produtos dessa rivalidade. (FONSECA, 2001, p. 55).

Na criação das Faculdades de Santa Fé do Sul pudemos observar, então, a incorporação de objetivos políticos e econômicos pela instituição educacional, sob a intenção de fazer o município se sobressair no contexto regional e ganhar independência em relação à cidade vizinha de Jales. Situações, de início, para nós já reportadas ao uso da educação para fins alheios a sua própria natureza, e que participam da sua distorção.

Outras medidas de grupos da sociedade local de Santa Fé do Sul, no mesmo período da abertura das Faculdades, também seriam tomadas para fazer frente à disputa com a cidade de Jales, um pouco maior e considerada mais desenvolvida, e que se situa há 40 quilômetros de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo adentro, em direção à São José do Rio Preto.

Há alguns exemplos de competição entre Jales e Santa Fé do Sul na dissertação de Fonseca (2001), como a inauguração de uma agência do Banco do Brasil, que já existia em Jales, mas não em Santa Fé do Sul; e ainda a transformação de Santa Fé do Sul numa sede de comarca para cinco outros municípios, que antes eram seus distritos.

Entretanto, antes da criação da ASEC, Jales já havia conseguido a sua Faculdade, assim

> ônibus e mais ônibus saíam lotados em direção àquela cidade levando jovens em busca de formação profissional na área da educação, tornando desse modo, urgente a criação de uma Faculdade em Santa Fé do Sul, conquanto, que diversificasse dos cursos já criados pela de Jales (FONSECA, 2001, p. 56).

Hoje a rivalidade entre Jales e Santa Fé do Sul ainda permanece e, apenas como uma pequena nota de análise comparativa, destacamos que, diferentemente da FUNEC, a instituição de ensino superior de Jales é particular e a natureza jurídica da sua mantenedora é de direito privado, com fins lucrativos. As Faculdades de Jales recentemente foram transformadas em Centro Universitário (UNIJALES), com 9 dos seus atuais 16 cursos de graduação iguais aos da FUNEC.

A grande correlação de cursos e a proximidade entre a FUNEC e a UNIJALES devem constituir, portanto, uma relação de forte competição por alunos entre ambas as instituições. E a disposição inicial de diversificação dos cursos entre uma e outra instituição, expressa outrora pelo lado de Santa Fé do Sul, de acordo com Fonseca (2001), não foi realizada.

A organização institucional da FUNEC, como Faculdades Integradas, a classifica como uma instituição não-universitária, de acordo com a hierarquia para as instituições de educação superior no Brasil definida pelo Ministério da Educação – MEC. Uma organização que está um grau abaixo em relação à organização administrativa "Centro Universitário", o qual as faculdades de Jales recentemente adquiriram. Isto representa para Santa Fé do Sul um passo atrás na corrida pelo "status" universitário, que poderia incrementar a atratividade da FUNEC no espaço regional.

No início, as Faculdades de Santa Fé do Sul, ainda como Faculdades isoladas, sob a administração da ASEC, tiveram problemas financeiros e administrativos que colocaram em risco sua sobrevivência. As despesas necessárias à sua instalação e funcionamento cresceram e deflagraram uma crise que acabaram por inviabilizar a ASEC.

De acordo com Fonseca (2001, p. 67), os problemas da ASEC se referiam a "desorganização em diversos setores, como diligências não cumpridas perante o Conselho e irregularidades nas contas, principalmente, em relação ao Fundo de Garantia e à Previdência Social".

A arrecadação por meio da cobrança de mensalidades dos alunos, e as contribuições por parte dos integrantes associados da ASEC, feita por cotas e mensalmente, mostrou-se insuficiente para cobrir seus gastos. Foi então, como única saída para evitar seu fechamento, que a ASEC, com todos os seus bens móveis e imóveis, foi transferida para o poder público municipal, segundo disposição do prefeito em exercício daquela época.

A transferência foi feita por meio de doação e a entidade transformada em Fundação Educacional. Todavia, "em contrapartida, a Prefeitura garantiu a distribuição anual de bolsas de estudo a alunos reconhecidamente carentes, correspondentemente a um décimo da matrícula efetiva" (FONSECA, 2001, p. 70).

A validade e extensão dessa cláusula de concessão de bolsas será, mais à frente, discutida no item 1.2, sobre o contingente de alunos da instituição. As decisões quanto ao funcionamento administrativo, que também ficaram estabelecidas a partir de então, serão discutidas no item 1.3, sobre a atual estrutura organizacional da Fundação.

> Ficou decidido que a FUNEC, reger-se-ia por estatutos formulados por uma comissão designada pelo executivo e baixado por decreto, e como já foi citado, ficou decidido, ainda, que seriam gratuitos e de natureza relevante os serviços prestados pelos membros integrantes de seus corpos eletivos, podendo ser designados funcionários e servidores municipais para prestarem serviços na Fundação. Para fazer face às despesas iniciais de manutenção da Faculdade de Educação Física, ficou o prefeito municipal autorizado a abrir um crédito especial de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) (FONSECA, 2001, p. 70).

A Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – FUNEC foi criada através de um Projeto de Lei, pelo poder executivo, e aprovado pelo poder legislativo em Lei Municipal nº 1.118, de 20/03/1976. Deixou de ser regida pelo Conselho Federal de Educação e passou à jurisdição do Conselho Estadual de Educação sob o Parecer CEE nº 2950/76. Seu Estatuto próprio foi aprovado pelo Decreto Municipal nº 443/76, este último alterado depois pelo Decreto Municipal nº 2.169, de 21/08/2003, sob a atual gestão municipal, em curso em seu segundo mandato.

> Algumas situações pitorescas ainda ocorreram durante os primeiros tempos, principalmente em relação às visitas dos inspetores do Conselho Estadual de Educação. Consta que a Faculdade possuía um informante dentro do Conselho que sempre avisava quando iriam ocorrer tais visitas. Então, tudo era preparado para que quando aqui chegassem tudo estivesse a contento. Para isso, certa feita, foi necessário emprestar os aparelhos do laboratório do Sindicato Rural, microscópios dos laboratórios de análises (para o curso de Fisioterapia que existe desde 1987) e livros de várias pessoas da cidade, inclusive da livraria Kumayama, para preencher a biblioteca, que naquele momento era precária. Na hora de devolver esses materiais foi um sufoco, já que não podiam ser identificados como sendo deste ou daquele laboratório, ou mesmo, daquela

> pessoa, pois os inspetores costumavam manusear tais materiais. Em relação à parte burocrática ocorreu o mesmo: livros de assinatura de ponto e cadernetas foram colocados em dia, horário de funcionamento das aulas trocados no quadro pelo que era exigido por lei, enfim, tudo organizado para que se aparentasse uma realidade quando na verdade tinha-se outra (FONSECA, 2001, p. 75).

Cabe ressaltar que a FUNEC, até 1998, administrava duas entidades de ensino superior isoladas, a Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense, autorizada pelo Decreto Federal nº 70.192/72, D.O.U. de 25/01/1972 e a Faculdade de Ciências e Letras de Santa Fé do Sul, Decreto Federal nº 96.996/88, de 18/10/1988.

Depois de passar por duas alterações de lei, primeiramente pela Lei nº 1.146/77 e depois pela Lei Municipal nº 2.000/98, finalmente pode organizar-se enquanto Faculdades Integradas.

Através dessa Lei Municipal nº 2.000, de 06/01/1998, e com o Regimento Unificado aprovado conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 614/98 de 09/12/1998, publicado no D.O.E. de 11/12/1998, passou a existir como Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – FISA, condição que permanece até a presente data.

A nova organização acadêmica, a de Faculdades Integradas, possibilitou um crescimento rápido da Fundação. Instalaram-se novos cursos de graduação e também puderam ser abertos cursos de pós-graduação *Lato sensu* (Especialização). Conseqüentemente, houve uma ampliação considerável de sua infra-estrutura, estrutura institucional, do número de alunos, como também do seu quadro de pessoal.

Antes de 1998, a Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense oferecia apenas 2 cursos de graduação, os cursos de Educação Física e de Fisioterapia. A Faculdade de Ciências e Letras de Santa Fé do Sul oferecia 3 cursos de graduação, o de Pedagogia, o de Letras e o de Matemática (anteriormente Ciências), perfazendo um total de 5 cursos administrados pela FUNEC.

Enquanto Faculdades isoladas, possuíam para cada um dos seus cursos um diretor diferente e processos administrativos diferentes, o que, segundo Fonseca (2001), acarretava um enorme volume de tramitação burocrática e de despesas, muito maiores que em seu formato atual, centrado numa administração unificada e com uma coordenadoria para cada curso.

Para esta autora, a nova estrutura acadêmica e administrativa da FUNEC/FISA, pós-1998, representou "um sonho que se tornou realidade" para o

município de Santa Fé do Sul, e consolidou "um patrimônio cultural e uma boa projeção nos meios acadêmicos. Mas, como foi salientado, tudo isso à custa de muito trabalho e muito 'jeitinho'" (FONSECA, 2001, p. 85).

> Enfim, a Instituição se adequou às exigências do mercado que dita as normas da livre concorrência, gerando uma competitividade entre Instituições do mesmo porte, onde vence quem tem algo mais a oferecer. A qualidade, como em todas as outras instituições, vem sendo cobrada, como vimos, através do provão e pelas constantes avaliações internas pelos órgãos responsáveis, como critério para o recredenciamento. A Faculdade tem hoje nove cursos implantados. Destes, três já estão reconhecidos: Educação Física, Fisioterapia e Pedagogia, e seis estão em fase de reconhecimento: Letras, Matemática, Odontologia, Serviço Social, Turismo e Administração, sendo que este último realizou seu primeiro vestibular em novembro de 2000. O corpo docente é composto por 151 professores e o discente por 2.485 alunos[3] (FONSECA, 2001, p. 85).

De acordo com os dados apresentados por Fonseca (2001, p. 85), em 2001, três anos após a FUNEC transformar-se em Faculdades Integradas, o oferecimento de cursos de graduação na instituição passou de 5 para 9 cursos.

Em 2006 a FUNEC/FISA possui 12 cursos de graduação, todos autorizados pelo Conselho Estadual de Educação. Alguns cursos funcionam em dois turnos, nos períodos diurno e noturno, outros exclusivamente no período diurno (em período integral), e outros apenas no período noturno.

Todos os cursos de graduação da FUNEC juntos compõem um total de 1.200 vagas de entrada disponíveis. Os cursos das Faculdades e respectivos números de vagas são:

- Administração com Ênfase em Marketing (100 vagas – noturno);
- Direito (160 vagas – diurno e noturno);
- Educação Física (160 vagas – diurno e noturno);
- Enfermagem (100 vagas – diurno e noturno);
- Fisioterapia (100 vagas – integral);
- Letras (70 vagas – noturno);
- Matemática (60 vagas – noturno);
- Normal Superior (100 vagas – noturno);

---

[3] O número de alunos (2.485), apresentado por Fonseca (2001), não corresponde ao dado do número de alunos que nos foi fornecido pela Secretaria Acadêmica da FUNEC/FISA, de matrícula inicial e final para o ano 2001, apresentados neste capítulo, item 1.2, Quadro 1. A discrepância talvez possa ser explicada pelo fato de que Fonseca (2001) obteve o número total de alunos da FUNEC, inclusos todos os cursos que funcionam na instituição (Ensino Médio Profissionalizante, Graduação, Pós-Graduação, UNATI). Não conseguimos informações que esclarecessem a diferença de dados nem em Fonseca (2001) nem junto a Secretaria Acadêmica da FUNEC/FISA.

- Odontologia (80 vagas – integral);
- Pedagogia (90 vagas – noturno);
- Serviço Social (90 vagas – noturno);
- Turismo (90 vagas – noturno).

Dos 12 cursos de graduação, 4 cursos de Licenciatura (de formação de professores), abrigam-se sob a nova organização educacional do Instituto Superior de Educação – o ISE. São os cursos de Educação Física, Letras, Matemática e Normal Superior. Desses cursos, apenas as turmas que entraram na instituição a partir de 2005 participam do ISE, ou seja, em 2006, os 1º e 2º anos.

A criação do ISE nas Faculdades de Santa Fé do Sul trouxe algumas modificações para os cursos de Licenciatura. Houve a "separação" entre as turmas dos 2º, 3º e 4º anos das turmas dos 1º anos, ingressantes em 2005, isso entre os mesmos cursos organizados sob o ISE. Para os alunos ingressantes em 2005 houve a exigência de uma carga horária anual pré-estabelecida em atividades de pesquisa e extensão, chamadas "atividades acadêmico-científico-culturais", que implicam na participação destes em eventos acadêmicos e culturais, e a realização de uma monografia no último ano do curso.

O curso de Licenciatura em Pedagogia constitui um caso particular dentro da FUNEC. Em 2005 foi substituído pelo Normal Superior e, a partir deste ano, o curso de Pedagogia, ficaria com as turmas dos 2º, 3º e 4º anos, programadas para serem sucessivamente encerradas. Entretanto, em 2007 o curso de Pedagogia foi reativado nas Faculdades de Santa Fé do Sul, e o Normal Superior encerrado.

Na FUNEC, a criação do ISE e, em especial, o fechamento e substituição do curso de Pedagogia pelo Normal Superior em 2005 geraram polêmica[4]. Isto porque havia duas turmas ingressantes nos 1º anos destes cursos, a do Normal Superior e a de Pedagogia. Como o Normal Superior estava sob o risco de não se efetivar, dado o baixo

[4] No Brasil, o ISE e curso Normal Superior, surgiram a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), face às redefinições das relações do Estado com o ensino superior. O ISE, no contexto do ensino superior brasileiro, foi justificado como congregação benéfica dos fatores pedagógicos e institucionais na formação do professor. Foi estabelecido, no entanto, em conformidade com as recomendações, para este setor educacional, de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM). Considerar-se-ia, assim, a diversificação de instituições de ensino superior que, de acordo com as políticas orientadas pelo BM, atenderiam tanto as necessidades de desoneração pública quanto realizariam o incentivo necessário ao setor privado. As exigências legais em relação ao ISE são menores, o que o torna uma instituição bem menos onerosa do que uma universidade, centro universitário ou faculdade,

número de alunos ingressantes, a instituição resolveu fechar o curso de Pedagogia e juntar as duas turmas em apenas uma. A opção da instituição, na época, foi pelo Normal Superior, o que desagradou muito aos alunos do curso de Pedagogia.

A mudança para o Normal Superior, na FUNEC, veio atender às determinações do mercado de trabalho docente, em vista de um aumento da procura por professores de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) formados nesta habilitação, bem como ao entendimento da FUNEC quanto à sua preferência instituída na forma da Lei (LDB/96)[5].

Todavia, diante das controvérsias geradas no cenário do ensino superior brasileiro recente[6], assim como também devido às controvérsias internas surgidas na FUNEC quanto à instituição do curso Normal Superior, e fechamento do curso Pedagogia, a entidade resolveu reabrir o curso de Pedagogia e encerrar o Normal Superior.

A escolha dos cursos a serem abertos pela instituição, inicialmente, sempre privilegiou aqueles voltados à formação de professores, por serem cursos mais acessíveis à população local e regional, e, desses cursos, aqueles das disciplinas com maiores chance de inserção no mercado de trabalho docente.

A partir da expansão de 1998, as preferências de cursos da Fundação mudaram. Atualmente, os que vem a ser implementados pela instituição, e aqueles em atividade recente, referem-se às demandas profissionais consideradas mais valorizadas no mercado de trabalho. As prerrogativas agora são para as profissões liberais e/ou ligadas a área de saúde.

---

portanto, bastante atrativa aos interesses privados e mercadológicos presentes no ensino superior brasileiro (Ver: NEVES, 2002).

[5] De acordo com a LDB/96, Artigo 62, a formação docente ideal, para o exercício na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, é em nível superior, em licenciatura plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação (ISEs). Admite-se, porém, a formação mínima realizada em curso Normal de nível médio (antigo Magistério de 2º grau). Contudo, o Artigo 63, ao referir-se ao Normal Superior, trata-o como "o curso" destinado à formação de professores para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. E o Artigo 64, ao referir-se ao curso de Pedagogia, trata-o como destinado à formação dos profissionais de educação, os "especialistas" (diretores, supervisores e orientadores). A LBD/96 diferencia, portanto, os cursos de Pedagogia daqueles destinados à formação de professores. Um contra-senso, já que nos dá entender uma separação entre o "pensar" e o "fazer" educação.

[6] Contudo, há a opção dada às Instituições de Ensino Superior, pelo MEC, em substituir ou não o curso de Pedagogia pelo Normal Superior, ou vice-versa, na dependência da aprovação do novo projeto pedagógico em pauta; ou ainda a possibilidade de permanecer com os dois cursos, em caso de alta demanda de alunos. Porém, em matéria do jornal O Estado de S. Paulo (19/08/2006), o curso Normal Superior teria sido extinto segundo uma norma do Ministério da Educação e Cultura (MEC), publicada no

A FUNEC, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação sintonizados às tendências de mercado, busca atrair estudantes de outras localidades para suas faculdades, e assim continuar sua expansão. É também uma estratégia do poder público de Santa Fé do Sul a de congregar estudantes de várias regiões nas suas faculdades, de dentro e fora do Estado de São Paulo, em vista do desenvolvimento local que pode vir na esteira desse movimento geral do ensino superior brasileiro.

Para a FUNEC, os cursos nos quais as respectivas profissões têm uma dinâmica econômica melhor no mercado de trabalho são capazes de atrair estudantes de localidades mais distantes do Estado e do país. São cursos mais caros e implicam em maiores investimentos financeiros particulares (a transferência de moradia, por exemplo), por isso também um maior interesse da FUNEC nas profissões liberais ou ligadas a área da saúde.

Outros três cursos de graduação, previstos para iniciarem suas atividades a partir do 2º semestre de 2006, na FUNEC, foram os cursos de Psicologia, Nutrição e Ciências Biológicas. Entretanto, tais cursos não foram implementados e, até o presente momento, não houve divulgação sobre suas efetivações ou não, ou ainda se há mudanças nos planos da Fundação.

Os vestibulares para todos os cursos de graduação são preparados pela própria FUNEC, e ocorrem em duas datas entre o final de um ano e o início do seguinte, em outubro e janeiro. Há também um vestibular no meio do ano para os cursos com módulos semestrais. Os vestibulares de outubro e de janeiro são para todos os cursos de graduação da Fundação, e o vestibular no meio do ano apenas para os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia.

Os cursos com vestibular no meio do ano formarão novas turmas iniciais e possuem o mesmo número de vagas em relação àquelas turmas iniciadas no começo do ano. São, portanto, mais 280 vagas de entrada na Fundação, o que modifica o total de vagas de entrada nas Faculdades para 1.480 vagas anuais.

Os exames vestibulares de outubro e de janeiro ocorrem em várias cidades, simultaneamente, além de Santa Fé do Sul, tanto no Estado de São Paulo quanto em ouras Unidades da Federação.

Diário Oficial da União em abril de 2006. Informação correspondente a esse fato não encontrada na página da internet do MEC (www.mec.gov.br – Acesso em: outubro de 2006).

A pesquisa dos últimos dois anos, 2005 e 2006, sobre os exames vestibulares de outubro e janeiro, para ingresso nas Faculdades respectivamente nos anos de 2006 e 2007, revelou um aumento do número de cidades em que a prova é realizada. Passou de 6 (seis) cidades, em 2005/2006, para 17 (dezessete) em 2006/2007, incluída nestes dois anos a cidade de Santa Fé do Sul.

As outras cidades, além de Santa Fé do Sul, onde foi aplicado o vestibular da FUNEC de 2005/2006, foram: Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Rio Verde (GO) e São José do Rio Preto (SP).

O vestibular de 2006/2007, além das cidades já apontadas anteriormente, conta com mais os seguintes locais: Andradina (SP), Araçatuba (SP), Ilha Solteira (SP), Barra do Garças (MT), Cáceres (MT), Vila Rica (MT), Cassilândia (MS), Iturama (MG), Belém (PA), Redenção (PA) e Boa Vista (RR).

Durante o vestibular realizado na cidade de Santa Fé do Sul, no Campus II da FUNEC, há o oferecimento de café da manhã para os pais que vêm trazer os filhos ao exame. Depois há realização, com estes pais, de um passeio pelos principais pontos turísticos da cidade, que recentemente recebeu o título de "Estância Turística".

As diversas cidades onde são aplicados os exames vestibulares da FUNEC, o café da manhã oferecido aos pais na instituição e o passeio turístico por Santa Fé do Sul encontram eco no grande interesse da prefeitura em atrair os que vêm de fora, para visita ou estudo. São ações em larga medida associadas ao fortalecimento do setor de serviços do município, os serviços educacionais inclusive, na promoção do desenvolvimento local.

A pós-graduação (*Lato sensu*) da FUNEC é considerada atualmente um dos seus pontos fortes. A instituição quer se tornar um centro catalisador para esta modalidade de ensino. Possui, ao todo, 17 cursos autorizados em 2006/2007.

Contudo, nem todos os cursos de pós-graduação (especialização) da FUNEC estão em funcionamento. Até 2006 apenas 4 desses cursos puderam ser abertos, dada a falta de alunos para o seu início.

Autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, com 60 vagas cada um, a pós-graduação da entidade possui um total de 960 vagas disponíveis para a entrada. São eles:

- Didática e Metodologia do Ensino Superior;
- Educação Infantil e Ensino Fundamental com Ênfase nas Séries Iniciais;
- Gestão Escolar;

- Psicopedagogia;
- Psicomotricidade;
- Educação inclusiva: uma perspectiva interdisciplinar para o educando;
- Educação Matemática;
- Matemática Aplicada à Economia e Finanças;
- Estudos Lingüísticos e Literários;
- Serviço Social Aplicado à Família;
- Planejamento e Gestão do Espaço Turístico e Ambiental;
- Dermatologia Funcional;
- Fisiologia do Exercício;
- Treinamento Técnico e Desportivo;
- Fisioterapia Aplicada à Ortopedia e Traumatologia Desportiva;
- Endodontia;
- Implantodontia.

Existem ainda em atividade nas Faculdades os cursos voltados ao público da chamada "terceira idade", organizados pela Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI. Este projeto realiza um dos trabalhos de extensão à comunidade da Fundação, onde são oferecidos, gratuitamente, a participação em todos os cursos de graduação, e em vários outros, às pessoas da terceira idade. Em 2001 contava com 836 alunos matriculados, em 2006 conta com aproximadamente 2.000 alunos inscritos.

Há ainda em funcionamento na Fundação os cursos de educação profissionalizante do Ensino Médio: os cursos Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Enfermagem, ambos com 50 vagas disponíveis para entrada.

A infra-estrutura da Fundação compõe-se atualmente dos Campus I, II, III e IV. O Campus I, situado no centro da cidade, abrigou primeiramente a ASEC e depois a FUNEC até 1998, quando todos os cursos, à exceção do curso de Educação Física, foram transferidos para o Campus II. Atualmente o curso de Educação Física foi transferido para o novo Campus III e o Campus I passou a abrigar, recentemente, uma Unidade Avançada de Atendimento Judiciário.

A Unidade Avançada de Atendimento Judiciário, inaugurada no dia 25/08/2006, é uma extensão do Juizado Especial Cível, instalada no Campus I através de um convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a FUNEC.

Santa Fé do Sul foi a primeira comarca do Estado a receber uma unidade como esta, que visa atender ações de competência do Juizado Informal de Conciliação e do Juizado Especial Cível. As ações recebidas estão relacionadas, por exemplo, aos direitos do consumidor, cobranças em geral, pedidos de pensão alimentícia, entre outras, à exceção das causas trabalhistas.

A propósito das razões para a cidade de Santa Fé do Sul possuir uma Unidade Avançada de Atendimento Judiciário, de acordo com notícia publicada na página da internet da Fundação (www.funecsantafe.edu.br), em 30/11/2006, foi dada pelo "juiz de Direito da 1ª Vara de Santa Fé (...) [que] explicou que Santa Fé não é uma cidade que exigiria a instalação de uma unidade avançada pela extensão, mas que a comarca tem sete municípios". Isto, então, já justifica o interesse do Poder Judiciário pelo ato.

Para a FUNEC, a Unidade Avançada de Atendimento Judiciário traduziu-se numa conquista a mais para a Fundação, favorável à sua imagem institucional, sobretudo para o curso de Direito. Os processos de conciliação passaram a ser realizados por alunos dos 4° e 5° anos do curso de Direito, e os alunos deste curso mais os do Serviço Social podem estagiar nesta Unidade.

O Campus II, inaugurado em 1998, deu início à nova fase da instituição, de expansão e instalação de novos cursos. Situado na entrada principal da cidade, ao lado da Rodovia Euclides da Cunha, foi também construído na frente de um conjunto habitacional (COHAB), que já existia no local e que passou a não ser mais visto por quem chega à cidade. A construção do Campus II modificou o entorno onde foi instalado: foram abertos novos loteamentos e avenidas e canalizou-se um córrego, numa área da cidade até então pouco valorizada.

O mais novo campus recém-construído da Fundação é o Campus III, inaugurado oficialmente em 25/09/2006. Foi preparado para receber mais de 1.200 alunos, entre os da Faculdade de Educação Física e dos novos cursos a serem implementados na instituição.

O Campus III, localizado no centro-sul da cidade, no extremo oposto em relação ao Campus II, foi construído em frente ao Centro Olímpico da cidade (inaugurado em 2004), para facilitar as aulas práticas do curso de Educação Física. Do mesmo modo, o Campus II foi edificado numa área da cidade até então pouco ocupada e valorizada, mas que, igualmente, já sente as influências da especulação imobiliária local.

O Campus III tem sido largamente noticiado pela Fundação, o que funciona como propaganda para as Faculdades e também para a gestão política municipal em curso. Evidentemente, a instituição faz a divulgação do porte e dos aspectos físicos do novo estabelecimento, e não divulga que o aterro sanitário da cidade (o lixão) fica bastante próximo ao local, mais especificamente atrás do Centro Olímpico.

Sobre a inauguração do Campus III, em notícia de 25/09/2006 na página da internet da Fundação (www.santafedosul.sp.gov.br), sua localização é descrita com um "lugar privilegiado da cidade", e os créditos são dados a "mais uma conquista sob a administração do Prefeito (...)". Na mesma notícia, o Presidente da FUNEC, citado em suas próprias palavras, disse que "com a construção do campus III, a Funec também exercita a sua função social, levando para aquele lado da cidade o progresso e o desenvolvimento".

A página da internet da prefeitura municipal (www.santafedosul.sp.gov.br), em notícia de 27/09/2006, comentou que a inauguração do novo campus da FUNEC "foi construído para instalar os 634 alunos do curso de Educação Física (...). O prefeito (...) lembrou sobre o crescimento da Funec, desde os primeiros cursos, e a necessidade de distribuir a Funec por toda a cidade".

Sobre o Campus III, entre as notícias publicadas pela Fundação e pela prefeitura municipal, não há qualquer alusão ao desenvolvimento cultural ou educacional que o novo campus pode promover na cidade. Desse modo, os termos genéricos "necessidade", "progresso" e "desenvolvimento", por exemplo, reforçam o caráter de empreendimento, no sentido econômico, que a entidade representa para a localidade.

O Campus IV, como vem sendo chamado pela Fundação, era uma antiga escola estadual que havia sido fechada e agora foi reaberta para abrigar a Escola Técnica Estadual – ETEC – e a Faculdade de Tecnologia – FATEC –, de responsabilidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, órgão ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

A ETEC-FATEC/FUNEC foi inaugurada em Santa Fé do Sul no dia 19/06/2006, em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal através da FUNEC e o Centro Paula Souza. Situada na área oeste da cidade, fica exatamente no final de uma das saídas da cidade, em direção à Rubinéia, último município do Estado antes da

fronteira, o Rio Paraná, que faz a divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A ETEC-FATEC/FUNEC iniciou suas atividades com 90 alunos matriculados nos cursos técnicos de capacitação para o trabalho. Os cursos são gratuitos e, inicialmente, três foram abertos: os cursos de Textura e Marmorização em parede, Artesanato em Bambu e Assentamento de piso e azulejo.

Outros onze cursos também foram programados para serem implementados pela ETEC-FATEC/FUNEC, entre formação inicial e continuada. Os cursos de formação inicial são: Técnico em Informática, Técnico em Vendas, Técnico em Hotelaria, Técnico em Piscicultura, Técnico em Gestão Empresarial e Técnico em Secretariado; e de formação continuada são: Culinária – Pratos Diet e Light, Técnicas de Atendimento e Vendas, Eletricista, Eletricista Instalador e Piscicultura.

Existem várias unidades da ETEC e da FATEC espalhadas por todo Estado de São Paulo. No caso de Santa Fé do Sul, os cursos são todos voltados para o comércio ou para o setor de serviços, que se constituem os setores econômicos mais fortes do município e micro região.

Os cursos da ETEC são de nível médio, profissionalizantes, enquanto que os da FATEC conferem o diploma de nível superior, mas não foram implementados em Santa Fé do Sul até o presente momento.

Pouco tempo antes de inaugurar a ETEC-FATEC/FUNEC a prefeitura divulgou em sua página da internet (www.santafedosul.sp.gov.br), em 10/02/2006, sua pretensão em trazer à cidade uma unidade da Faculdade de Tecnologia – FATEC. Segundo a notícia, o prefeito e o presidente da FUNEC foram juntos a São Paulo assinar o convênio que viabilizaria sua instalação em Santa Fé do Sul.

Na página da internet, em notícia de 10/02/2006, o prefeito "falou sobre a importância da capacitação para o mercado de trabalho. 'A administração já tem investido na capacitação profissional das pessoas. Com uma unidade da Fatec implantaremos cursos técnicos que formarão novos profissionais para o mercado de trabalho'". E ainda nesta notícia que "os cursos oferecidos pela Fatec já formaram mais de 17 mil tecnólogos para o mercado de trabalho. Eles são profissionais de nível superior cuja formação abrange uma extensa gama de conhecimentos científicos, humanísticos e tecnológicos, graças à composição de currículos que respondem ao desenvolvimento tecnológico e econômico, adequando-se às demandas sociais por bens e serviços".

Portanto, a estratégia política, do poder público municipal de Santa Fé do Sul, de promover o desenvolvimento local através do investimento em instituições e ações educacionais, através da FUNEC e suas associadas, não se reduz apenas ao ensino superior.

As ações de cunho educacional, desenvolvidas pela prefeitura da Santa Fé do Sul, onde a FUNEC está presente, o ensino superior, pago e dispendioso, não está ao alcance do todos. Há, nesse sentido, uma separação, na mesma instituição, entre aqueles que podem pagar, e assim ingressar nos cursos de graduação e pós-graduação das Faculdades, e os que se situam a margem do ensino superior e que realizam os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio.

A propósito dos estudantes que podem arcar com os custos dos cursos superiores da FUNEC, as taxas, mensalidades e despesas de manutenção da vida universitária, há maioria na instituição daqueles que vem de outras localidades, como veremos de forma detalhada no próximo item deste capítulo.

1.2 – O contingente de alunos da FUNEC/FISA em Santa Fé do Sul

Vimos no item anterior que a expansão da FUNEC, sobretudo a partir de 1998, mais que dobrou a sua oferta de cursos de graduação além de passar a oferecer vários cursos de pós-graduação. Foi o início de uma nova fase de organização da Fundação, de alteração do seu formato acadêmico, de Faculdades Isoladas para Faculdades Integradas, de incremento na sua infra-estrutura e de mudanças na sua gestão administrativa.

Essa dilatação das estruturas da FUNEC trouxe uma significativa ampliação do seu quadro de alunos. Um crescimento divulgado em diferentes regiões do Brasil, na promoção de seus vestibulares e dos cursos de pós-graduação, que aponta também para a presença maciça de estudantes "de fora" nas Faculdades de Santa Fé do Sul, ou seja, de diversas localidades.

De acordo com a página da internet da Fundação (www.funecsantafe.edu.br), as Faculdades possuíam mais de 3.000 alunos em 2006. Desse total de alunos, a estimativa é de aproximadamente 70% de estudantes oriundos de outros municípios do Estado de São Paulo e de outros Estados brasileiros.

A Secretaria Acadêmica das Faculdades de Santa Fé do Sul nos forneceu um documento sobre o número total de alunos matriculados nas Faculdades. Os dados

serão apresentados adiante, no Quadro 1. Antes, consideramos necessário fazer algumas ressalvas, em razão da disparidade de dados, encontrada em vários momentos da pesquisa.

Sobre a quantidade exata de alunos da Fundação, diante da dificuldade em obter esclarecimentos sobre a totalidade ou parcialidade dos números, optamos em apresentar e trabalhar com dados, coletados entre 2005 e 2006, que nos foram fornecidos pela Secretaria Acadêmica, em documento timbrado da instituição.

Contudo, acreditamos que os números de alunos apresentados no documento da Secretaria Acadêmica apenas se refiram aos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação das Faculdades, e não ao grupo completo dos estudantes da Fundação.

Dessa maneira, consideramos excluídos do quadro de alunos os estudantes dos cursos do Ensino Médio Profissionalizante (Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Enfermagem), os da UNATI e os da ETEC-FATEC/FUNEC.

Quanto aos períodos, há exclusivamente o registro das matrículas feitas a partir do ano 2001, quando a instituição informatizou a gestão de todos os seus setores administrativos. Os cadastros respectivos aos anos anteriores, como não tinham sido submetidos ao processamento informatizado e, segundo as informações da Secretaria Acadêmica, estariam arquivados no designado "arquivo morto", não se encontrariam disponíveis à consulta por falta de organização.

Diante das restrições à pesquisa, as informações obtidas mostram apenas a existência do contingente de alunos matriculados nas Faculdades nos anos de 2001, 2004, 2005 e 2006. Tais informações seguem especificadas, a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1: Número de alunos matriculados nas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul.

Ano	Matrícula Inicial	Matrícula Final	Evasão
2001	2.387	2.237	6,29%
2004	3.127	2.993	4,29%
2005	3.298	3.224	2,24%
2006	3.458	–	–

Fonte: Secretaria Acadêmica da FUNEC/FISA, ano 2005 e 2006.

Segundo os dados de matrícula inicial, entre os anos de 2001 e de 2004 houve um crescimento do número de alunos de em média 31%; de 2004 para 2005 um

crescimento de mais 5,4% e de 2005 para 2006 de mais 4,8%. Isto significa que em cinco anos, entre 2001 e 2006, a instituição obteve um crescimento do seu quadro de alunos de 44,8% após o impacto da expansão ocorrida a partir de 1998.

Em referência às questões econômicas envolvidas na expansão da FUNEC, o efeito do crescimento do número de alunos para a própria Fundação é notório. É principalmente através das mensalidades pagas pelos estudantes que a entidade tem podido, por exemplo, investir e ampliar suas instalações. A construção do Campus III é o exemplo mais atual e de vulto.

Para a cidade de Santa Fé do Sul, a ampliação estrutural da FUNEC resulta, conseqüentemente, em uma maior movimentação econômica local através dos investimentos que realiza e empregos que disponibiliza. Os esforços da prefeitura municipal para o desenvolvimento da Fundação não ignoram esses sentidos. Os detalhes dos recursos financeiros gerados pela instituição, e suas relações com a localidade, serão mostrados em detalhe no item 1.5 deste capítulo. Pode-se inferir que a ampliação contínua do conjunto de estudantes das Faculdades é capaz de promover transformações para além dos limites institucionais da Fundação.

Assim, é a partir da atividade educacional da Fundação, do grupo de estudantes que reúne, da extensão das necessidades entrelaçadas à vida universitária e das demandas mais ou menos formais estabelecidas nesse contexto, que se dá abertura ou incentivo a segmentos de mercado voltados diretamente para esse público ou que se beneficiam, indiretamente, das suas repercussões.

A variedade dos lugares de realização dos vestibulares da FUNEC, já apontada anteriormente, nos dá indícios do seu interesse por estudantes de outras cidades, bem como da importância atribuída a essa conexão como fator de desenvolvimento institucional e local.

O aumento do número estudantes implica necessariamente na expansão da Fundação. Porém, quanto mais estudantes de outros municípios forem atraídos para os cursos da instituição, maior o impacto econômico local. A cidade passa a receber um público extra, ainda que flutuante, que pode representar uma importante movimentação à sua economia. Portanto, procuramos delinear melhor a tendência da Fundação em atrair estudantes para o município.

Consideramos que da presença dos estudantes universitários em Santa Fé do Sul, sobretudo daqueles que vieram residir na cidade, procedem, evidentemente, necessidades e demandas de consumo que vão além dos gastos exclusivos com a

atividade educacional. Dispêndios que, em maior ou menor medida, circulam na economia local. Isto por meio de, por exemplo, gastos com moradia, alimentação, material didático, entre outras variadas despesas que acabam por compor-se como situações de consumo presumidas e, assim, à formação ou expansão de empreendimentos comerciais e empresariais a partir desse segmento de mercado.

A repercussão econômica local, provocada pelo movimento de estudantes das Faculdades na cidade de Santa Fé do Sul, pode ser aproximada mediante a comparação entre os números de alunos, do Quadro 1, e a diversificação das localidades de origem desses estudantes, apresentada adiante no Quadro 2.

A separação dos alunos por Estado de origem e por município de origem, além de algumas outras informações a propósito do município de Santa Fé do Sul, serão mostradas nesta seqüência para a análise. Porém, são dados apenas dos anos 2001 e 2005.

Quadro 2: Números de alunos matriculados na FUNEC/FISA por Estado de origem[7].

Ano	SP	MS	MT	MG	GO	Outros	Total
2001	1.721	277	113	129	81	28(1)*	2.349
2005	2.481	380	144	139	129	25(2)**	3.298

* 1. TO, PR SC, BA, DF, AP, RS, PA, AC.
** 2. TO, PR SC, BA, DF, AP, RS, PA, AC, CE, RO, AL.
Fonte: Centro de Processamento de Dados (CPD) da FUNEC/FISA, ano 2005.

Os principais Estados de origem dos alunos da FUNEC (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás), são aqueles que possuem os números mais expressivos de estudantes, como mostra o Quadro 2. São Paulo e Mato Grosso do Sul são os Estados de grande parte dos estudantes da Fundação e, em geral, de municípios próximos a Santa Fé do Sul.

Entre os municípios mais próximos a Santa Fé do Sul, uma parcela significativa de estudantes viaja diariamente para freqüentar os cursos da Fundação,

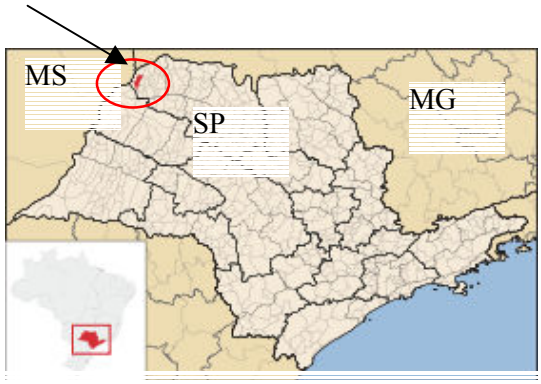
[7] Os dados referente à 2001 não correspondem aos dados de matrícula inicial, mesmo ano, do Quadro 1 (número de alunos da FUNEC/FISA). Aqui também não obtivemos esclarecimentos satisfatórios para esse fato, em que aparecem menos alunos em 2001 no Quadro 2. Para o Centro de Processamento de Dados da Fundação houve uma disparidade de períodos em que foram cadastradas as informações de alunos, no CPD e na Secretaria Acadêmica. Optamos também por apresentar os dados como nos foram fornecidos, com a ressalva da disparidade de dados.

principalmente os cursos do período noturno, através de ônibus disponibilizados geralmente pelas prefeituras locais.

Em muitos casos, a realização dos cursos da FUNEC/FISA, pelos alunos dos principais Estados indicados no Quadro 2, e mesmo as viagens interestaduais diárias, ocorrem porque Santa Fé do Sul possui uma localização que facilita esse trânsito. Fronteiriço, o município fica bem próximo ao Rio Paraná, que faz a divisa com os Estados do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

A inauguração de uma ponte rodo-ferroviário sobre o Rio Paraná, em junho de 1998, facilitou muito e incentivou ainda mais a vinda de estudantes para Santa Fé do Sul, já que antes a travessia era feita por balsa. A seguir, o mapa do Estado de São Paulo e fronteiras indica a localização do município de Santa Fé do Sul, a seta indica a localização da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná e na imagem a ponte.

Localização do Município de Santa Fé do Sul no Estado de São Paulo e fronteiras
Ponte Rodoferroviária



http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b9/SaoPaulo_Municip_SantaFedoSul.svg/280px-SaoPaulo_Municip_SantaFedoSul.svg.png

Ponte rodoferroviária

http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=09910510009710010101098114&arecod=7&newcod=582

Entre as cidades que possuem ônibus de estudantes diários para a FUNEC, para os cursos do período noturno, citamos especialmente dois municípios do Estado do Mato Grosso do Sul: Aparecida do Taboado e Paranaíba. Juntos esses municípios somam 196 dos 277 alunos declarados para esse Estado. Ressaltamos que, embora seja possível afirmar que muitos dos alunos dessas duas cidades viajem diariamente, não foi possível especificar o número exato dos que realizam o transporte diário e os que transferiram suas residências para Santa Fé do Sul por conta da realização da Faculdade.

Santa Fé do Sul é um município de porte médio, de acordo com a definição do IBGE que estabelece como acima de 25.000 pessoas o patamar dessa

classificação. Mas relativamente pequeno, com população de 28.257 pessoas residentes, segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2004 – no limiar, portanto, da categoria menor. Considerado o mais recente censo populacional, com dados referentes aos anos 2000-2001, a população de Santa Fé do Sul contava com 26.512 pessoas residentes (IBGE/Cidades) – um incremento de 1.745 habitantes em três anos.

O município de Santa Fé do Sul, com uma área territorial de 208 km², pertencente a região administrativa de São José do Rio Preto e a região de governo de Jales, constitui-se também como o centro da região onde está localizado e hoje é a sede de comarca para 6 outros municípios de pequeno porte: Nova Canaã Paulista, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Rita D'Oeste, Santana da Ponte Pensa e Três Fronteiras, todos localizados muito próximos a cidade de Santa Fé do Sul.

O grupo de alunos que a FUNEC declarou receber desses municípios vizinhos, somado ao grupo do próprio município de Santa Fé do Sul, perfaz um total que representa 44.8% para o ano de 2001, e de 46.4% para o ano de 2005. O conjunto de alunos correspondentes aos municípios mais distantes do Estado de São Paulo e de outros Estados, para os mesmos anos, 2001 e 2005, somam, portanto 55.2% e 53.6%, respectivamente. Este dado aponta com melhor precisão o quadro de alunos que realmente podem ter aportado na cidade com suas residências transferidas. A seguir, no Quadro 3, dados do número de alunos da FUNEC/FISA por município de origem.

Quadro 3: Números de alunos matriculados na FUNEC/FISA por município de origem[8].

Ano	Santa Fé do Sul	Comarca de Santa Fé do Sul*	Outros municípios	Total
2001	831 (35.4%)	221 (9.4%)	1.297 (55.2%)	2.349 (100%)
2005	1.133 (34.4%)	398 (12%)	1.767 (53.6%)	3.298 (100%)

* Municípios da comarca de Santa Fé do Sul - Nova Canaã Paulista, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Rita D'Oeste, Santana da Ponte Pensa e Três Fronteiras -, à exceção de Santa Fé do Sul.

Fonte: Centro de Processamento de Dados da FUNEC/FISA, ano 2005.

Como já foi dito, à exceção dos alunos oriundos do próprio município de Santa Fé do Sul, não pudemos especificar a parcela dos alunos de outros municípios,

[8] Estes dados integram o conjunto referente aos alunos matriculados por Estado de origem (Quadro 2), fornecidos pelo Centro de Processamento de Dados da Fundação. Portanto, também os números de 2001 não correspondem aos dados de matrícula inicial, mesmo ano, do Quadro 1.

próximos ou distantes, que teriam transferido suas residências para a cidade de Santa Fé do Sul, a fim de cursarem as Faculdades, o que produziria uma representação mais característica a propósito da análise dos impactos socioeconômicos acarretados por esse segmento da população conexo à FUNEC na cidade de Santa Fé do Sul.

O exame dos lugares de origem dos alunos da FUNEC demonstra que embora a maioria não seja de Santa Fé do Sul são de municípios próximos, dentro ou fora do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a possibilidade de que esses estudantes viajem diariamente é também maior, o que não acarreta, exatamente, a dinamização da economia local, pelo menos não diretamente.

Não obstante, entendemos que o movimento no qual a Fundação inscreve sua expansão, depende em larga medida dos estudantes de fora, e que portanto há uma preferência, que implica em iniciativas institucionais, voltadas para esse público.

Os cursos implementados, as cidades escolhidas para o exame vestibular, os investimentos em infra-estrutura, em propaganda, entre outros aspectos, configuram-se como elementos da pretendida atratividade. Entretanto, constituem-se como um processo em curso na instituição. Um processo não dissociado das estratégias de desenvolvimento local empreendidas pela prefeitura municipal, que tem a Fundação como um braço forte.

Nesse sentido, percebemos o baixo estímulo por parte da Fundação, e da prefeitura local, ao ingresso do público do município de Santa Fé do Sul nos cursos superiores da FUNEC, quando confrontamos o número, pouco expressivo, de estudantes da própria localidade ante o grupo populacional da cidade com nível de instrução suficiente para o acesso ao nível superior.

Sobre os índices de escolaridade da população de Santa Fé do Sul, analisamos as informações do IBGE/Cidades, dados de 2000-2001, onde faixas populacionais do município estão subdivididas por anos de estudo realizados. A fração dos que se encontram em condições escolares para ingressar (estar ou já ter cursado) o ensino superior, diz respeito às pessoas que, no referido período, possuíam de 11 a 14 anos de estudo (uma faixa) e aquelas com 15 anos ou mais de estudo (outra faixa)[9].

[9] Entre os índices de escolaridade das pessoas residentes em Santa Fé do Sul, com 10 anos ou mais de idade, retratados pelo IBGE/Cidades (2000-2001), a faixa dos 11 aos 14 anos de estudo realizados e a faixa dos 15 anos ou mais de estudo realizados, são as duas últimas. As outras faixas referem-se aos habitantes residentes no município, com 10 anos ou mais de idade, e com menos anos de estudo concluídos.

De acordo com o IBGE/Cidades (2000-2001), as pessoas residentes no município de Santa Fé do Sul pertencentes a faixa dos 11 a 14 anos de estudo, somavam 4.179 habitantes. E, entre aqueles com 15 anos ou mais de estudo, 1.620 habitantes. Números que juntos somam 5.799 habitantes, e representam 21.8% em relação a população total do município, para o período indicado.

Não há como estabelecer uma relação direta entre esse segmento populacional, que consideramos potencialmente hábil ao ensino superior, e a fração de alunos das Faculdades de Santa Fé do Sul procedente do próprio município. Isto porque a parcela retratada pelo IBGE pode conter os já egressos do ensino superior (caso, por exemplo, daqueles com 15 anos ou mais de estudo), os que nunca freqüentaram, ou ainda aqueles que podem possivelmente freqüentar esse nível de ensino em outra faculdade da região.

Todavia, diante da oferta de cursos superiores pela FUNEC, de graduação e de pós-graduação, e de um público local habilitado para o ensino superior, o confronto entre os dados disponíveis estabelece algum parâmetro de análise para auxiliar o exame das tendências operacionais da instituição.

O número de estudantes das Faculdades oriundos do próprio município de Santa Fé do Sul, 831 alunos (Quadro 1; ano 2001), comparado, então, ao segmento potencialmente hábil ao ensino superior da cidade, 5.799 habitantes, corresponde a 14.3% dessa parcela populacional. Portanto, dessa população, 85.7% encontram-se fora do ensino superior da FUNEC. É um número possivelmente alto para comportar apenas as variáveis daqueles que já freqüentaram o ensino superior e os que o freqüentam em outra cidade, mas residem em Santa Fé do Sul, e pode denotar, em parte, também um contingente razoável desconsiderado pela FUNEC.

Nesse sentido, o dado referente aos 14.3% apontaria para baixa presença da população local no ensino superior da FUNEC, e constitui mais um indício da valorização da entidade em buscar atrair estudantes de outras localidades para a realização dos cursos nas Faculdades em Santa Fé do Sul. Uma disparidade objetivada em função da movimentação econômica que o contingente estudantil "de fora" pode representar para a cidade.

Contudo, a FUNEC, e seu conjunto de alunos, evidentemente é uma instituição modesta se comparada à outras instituições de ensino superior, públicas ou privadas, do Brasil. Porém, diante do porte pequeno do município de Santa Fé do Sul a entidade ganha uma considerável proporção.

Desse modo, os impactos diretos gerados pela Fundação na economia da cidade (investimentos, geração de impostos, empregos), ou indiretamente, através dos alunos que reúne (ainda que com grande parcela não residente), não são desprezíveis para o contexto local atual. Um contexto em que os estudantes, flutuantes ou não, têm um grande peso.

Repercussões de outra ordem referem-se ao mercado educacional do ensino superior, ou seja, a partir de agora não do ponto de vista da importância dos estudantes para a cidade, mas da atratividade da cidade (com as Faculdades) para os estudantes. Assim, também a instituição, e a cidade por sua localização, como já foi explicitado, pode representar um atrativo para os estudantes.

Em relação a entidade, a sua constituição como Fundação Municipal, ou seja, como uma instituição pública sem fins lucrativos (embora de ensino pago), pode ser considerada um fator de atratividade. Isto devido ao fato dos valores de suas mensalidades, dada sua natureza Fundacional, serem anunciados como relativamente mais baixos que os de outras Faculdades particulares da região.

De acordo com o relato da diretora pedagógica das Faculdades, as taxas mensais e anuais da FUNEC, por serem as mais acessíveis da região, representam um estímulo aos pretendentes ao ensino superior. A conhecida qualidade de ensino da instituição também contaria na sua escolha pelos estudantes. Os critérios de qualidade citados foram o controle rígido da presença dos alunos (os cursos da Fundação não são vagos), a qualificação do corpo docente (composto por mestres e doutores, conforme as exigências do MEC) e a infra-estrutura oferecida (salas-de-aula, biblioteca, clínicas e laboratórios).

Como se nota, embora sem que tenhamos parâmetros comparativos com outras faculdades, constam os seguintes valores de mensalidades, para 2005 e 2006 (Dados da Tesouraria da FUNEC/FISA): R$ 222,00 (Educação Física, Letras, Matemática, Normal Superior, Pedagogia e Turismo), R$ 247,00 (Serviço Social), R$ 282,00 (Administração), R$ 365,00 (Direito), R$ 435,00 (Enfermagem e Fisioterapia) e R$ 874,40 (Odontologia). Tais valores mostram que os cursos mais baratos são os de formação de professores (cursos noturnos), e os mais caros os da área de saúde (funcionam em período integral; à exceção do curso de Enfermagem que funciona separadamente em 2 períodos, diurno e noturno).

Portanto, do ponto de vista financeiro, a diferenciação entre cursos é visível, o que restringe, pela via econômica, o acesso aos cursos mais caros e possibilita

a desigualdade entre os alunos matriculados nas diversas faculdades, bem como, entre elas, a discrepância dos investimentos educacionais da Fundação.

Enquanto medida paliativa para minimizar as diferenças entre cursos e alunos, a concessão de bolsas de estudo, pela própria Fundação, configura-se institucionalmente como um incentivo econômico-financeiro para o acesso e permanência nos seus cursos de graduação.

Desde que foi municipalizada, a instituição cumpre regularmente com a cláusula estabelecida por seu Conselho Curador, de oferecer cotas anuais subsidiárias das mensalidades, para cada uma das turmas ingressantes. São bolsas de estudo ou bolsas-trabalho (para os servidores municipais), concedidas aos alunos segundo normas próprias de regulamentação e distribuição.

Os critérios do auxílio à educação são revistos anualmente pelo Conselho Curador, e definidos em até um décimo do valor das matrículas dos cursos superiores da entidade. Um valor baixo se considerarmos o caráter público e não objetivado no lucro da instituição.

Os beneficiados contam com descontos nas mensalidades até a conclusão da faculdade, à exceção do pagamento das matrículas anuais e semestrais, das dependências, dos cursos de pós-graduação, dos cursos de extensão e outras taxas porventura cobradas pela escola.

Cada curso de graduação possui uma cota de bolsas de estudo, entre 2 ou 3 (por curso), distribuídas aos alunos através de seleção por meio de provas para esse fim específico.

As bolsas-trabalho são oferecidas à todos os funcionários da própria instituição e aos efetivos da prefeitura municipal de Santa Fé do Sul, caso queiram ingressar na Faculdades da FUNEC; contam com descontos de 50% e de 25% respectivamente.

Contudo, além de consideramos a concessão de bolsas de estudo uma medida paliativa para atenuar a disparidade econômico-financeira entre cursos e alunos, e facilitar o acesso ao ensino superior pago da Fundação, consideramos que sua função, enquanto estímulo à entrada ou permanência nas Faculdades, é mais aparente do que efetiva, já que para os alunos "comuns" (os que não são funcionários públicos municipais ou da própria Fundação) as bolsas, limitadas à graduação, são poucas e com a margem percentual de desconto nas mensalidades bastante pequena.

1.3 – Aspectos da Estrutura organizacional e administrativa da FUNEC/FISA

A organização da FUNEC, pautada segundo os critérios nacionais da Educação Superior e pelas regulamentações do Conselho Estadual de Educação – CEE do Estado de São Paulo, no âmbito municipal é caracterizada como um órgão indireto da administração pública do município de Santa Fé do Sul.

O arranjo administrativo da Fundação Municipal é centralizado numa instância superior exercida pelo Conselho Curador, Presidência e Diretoria Executiva. E subseqüentemente a esta instância organizam-se as Faculdades Integradas, com a Congregação, a Diretoria e as Coordenadorias dos Cursos.

O Conselho Curador é o órgão soberano e de deliberação máxima da Fundação. Composto por membros titulares, vitalícios e suplentes, é normativo, fiscalizador e de controle da administração. Delibera pela maioria dos votos presentes, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, apenas por convocação do presidente da Fundação ou por, no mínimo, por cinco de seus membros, ou pelo prefeito municipal.

De acordo com o Estatuto da Fundação, os membros do Conselho Curador são estabelecidos na seguinte conformidade: o Presidente da FUNEC; cinco representantes da prefeitura municipal indicados pelo prefeito; um representante da Associação Comercial e Industrial do município, indicado pela mesma; um representante do Sindicato Rural do município, indicado pelo mesmo; um representante do corpo docente, indicado por seus pares através de lista tríplice, a ser confirmado pelo presidente da Fundação; um representante do corpo discente; e seis representantes vitalícios da antiga Associação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – ASEC.

O prefeito municipal tem o poder de nomear ou exonerar livremente qualquer um dos conselheiros titulares e seus suplentes, exceto os membros vitalícios, e requerer novas indicações das entidades representadas. Os cargos principais da FUNEC, a Presidência, as Diretorias e Chefias, também são, via de regra, indicados pelo prefeito do município.

Portanto, aquele que ocupa o cargo principal do poder executivo municipal, possui autoridade eminente na Fundação. Assim, não constitui acaso, por exemplo, o fato da atual Primeira Dama da cidade ocupar, no momento, a Vice-Presidência da instituição, sem ter tido qualquer relação anterior com a entidade ou em âmbito educacional.

Os membros do Conselho Curador tem mandato de quatro anos, coincidente com o do prefeito, sendo permitida a recondução. O representante do corpo docente pode ter mandato de até dois anos, e a vaga da representação discente, na ausência de titulares e suplentes, é considerada extinta. As funções dos conselheiros não são remuneradas, consideradas pelo Estatuto da Fundação como relevantes para o serviço público municipal.

A pequena e fraca representatividade da área educacional no Conselho, reduzida a apenas 1 (um) docente (sujeito à aprovação do Presidente da instituição) e 1 (um) discente (se houver), e o do poder avantajado do prefeito municipal, fazem da entidade um palco político submetido aos interesses e determinações partidaristas da sigla da situação.

Hierarquicamente abaixo do Conselho Curador está a Diretoria, que é o órgão executivo da FUNEC, com Presidência e Vice-Presidência, cujos cargos são escolhidos a partir de lista tríplice votada pelo Conselho, e nomeados pelo prefeito, também com mandato de quatro anos, sempre coincidente com o do prefeito municipal. Depois, subordinados à Presidência estão a Diretoria Executiva, a Diretoria Financeira, a Diretoria (Diretoria Pedagógica) e a Diretoria da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI.

As Faculdades Integradas são conduzidas majoritariamente pela Congregação, definida como a instância superior para as decisões relativas as questões do ensino, pesquisa e extensão.

Na administração das Faculdades, participam o Diretor (Pedagógico), o Presidente da FUNEC ou outro representante por ele indicado, os Professores Coordenadores dos Cursos, o Coordenador da Pós-Graduação, o Chefe de Serviço da Secretaria, os Chefes de Departamentos e um representante do corpo discente indicado por seus órgãos representativos.

Por fim, o corpo administrativo da FUNEC possui também os setores de apoio técnico e de execução. Os órgãos de assessoria técnica são compostos por uma Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e uma Procuradoria Jurídica. Os órgãos de execução, pelo Departamento de Administração, com a seção de licitações, o almoxarifado e a seção de serviços gerais (vigilância e manutenção); o Departamento de Finanças, com a seção de contabilidade e tesouraria; o Departamento de Recursos Humanos, com a seção de pessoal; e os Departamentos de Integração com a Comunidade, o de Projetos Especiais e o Centro de Processamento de Dados.

A estrutura organizacional das Faculdades possui ainda o Núcleo de Estágio, o Centro de Biblioteca e Documentação, a Clínica Escola de Fisioterapia e a Clínica Escola de Odontologia (I e II). As clínicas oferecem ao público, gratuitamente, os serviços de suas especialidades, e funcionam como um dos trabalhos de extensão à comunidade da Fundação.

Destarte, é nesta estrutura estabelecida que o quadro de pessoal da FUNEC/FISA se distribui, constituído por cargos e empregos públicos, assunto do próximo item deste capítulo.

1.4 – Dimensões e propriedades do quadro de pessoal da FUNEC/FISA

A delimitação da estrutura organizacional da FUNEC e, neste momento, do contingente de trabalhadores distribuídos entre os setores administrativo, técnico e educacional, vem atender aos propósitos de identificar a classe trabalhadora da instituição e das relações de trabalho concernentes.

O intuito da apresentação das informações acerca do trabalho na Fundação é, primeiramente, delinear as dimensões e propriedades do seu quadro de funcionários, as categorias ocupacionais que possui, os rendimentos que viabiliza e demais aspectos pertinentes a essa caracterização. Posteriormente, no próximo item deste capítulo, faremos uma apreciação das despesas que a instituição realiza com pessoal, em comparação ao seu orçamento total.

Propriamente, o interesse é balizar os aspectos econômicos que a FUNEC possui e mobiliza por intermédio das suas atividades educacionais, em relação aos postos de trabalho, para uma aproximação acerca dos impactos sociais e econômicos que promove no município enquanto pólo empregatício. No que toca na questão principal deste item, procuraremos examinar as disposições da Fundação, no quesito trabalho e renda, enquanto atividade educacional subsidiária e dinamizadora da economia local.

Os dados e informações da estrutura da classe trabalhadora da FUNEC dizem respeito aos anos 2005 e 2006, e foram obtidos, sobretudo, através de documentos da administração Fundacional e de publicações em forma de leis municipais.

Algumas informações foram obtidas no Departamento de Recursos Humanos da Fundação, através do relato do chefe deste Departamento. Os itens de

interesse da pesquisa foram apresentados em um roteiro, a partir do qual o chefe da seção forneceu os dados preliminares a propósito das solicitações encaminhadas.

Os itens abordados na pesquisa foram sobre o número total de funcionários, as categorias ocupacionais e faixas salariais. Em relação aos funcionários, indagou-se sobre quantos residiriam no município e quantos viriam de fora; a ocorrência de funcionários com outros empregos além da instituição e aqueles com mais de um cargo dentro das Faculdades.

Foi averiguada também a existência de programas de capacitação e treinamento em serviço, e, no que se refere especificamente ao quadro docente, a existência de incentivo à formação continuada dos professores em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Para completar a caracterização, a pesquisa buscou a ocorrência de serviços terceirizados na Fundação, e, por fim, sobre qual o gasto da instituição com a folha de pagamento.

Foi consultado, especificamente, o Regimento Unificado das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul (Parecer CEE nº 80/04), nos capítulos em que trata do regime de trabalho do corpo docente e do quadro de pessoal técnico, administrativo e operacional.

Das publicações em forma de leis municipais, foi examinada a Lei Complementar nº 79/02, que traz o novo Estatuto dos Funcionários Públicos de Santa Fé do Sul, a Lei Complementar nº 83/02, que dispõe sobre a reorganização do quadro de pessoal da FUNEC e a Lei nº 2202/02, que dispõe sobre a organização do planos de carreiras da FUNEC[10].

O número total de funcionários declarados pela instituição gira atualmente em torno de 460, entre as categorias ocupacionais do pessoal docente e do pessoal não docente. São servidores públicos ocupantes de cargos ou empregos públicos, efetivos ou contratados em regime de comissão.

O regime jurídico adotado é o estatutário (Regime Jurídico Único), do Estatuto dos Funcionários Públicos de Santa Fé do Sul e suas legislações complementares e regulamentares, embora exista um quadro complementar, o dos funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, também ocupantes

[10] Todas as leis municipais de Santa Fé do Sul, examinadas neste trabalho, encontram-se disponíveis à consulta pública no endereço eletrônico da prefeitura municipal (www.santafedosul.sp.gov.br).

de cargos ou empregos públicos, a serem extintos na vacância, contratados por tempo determinando ou indeterminado.

No quadro do pessoal docente, em 2005, constavam aproximadamente 270 funcionários, a maioria na instituição. Os professores são distribuídos entre as funções do magistério do ensino superior e do magistério do ensino médio, e há também as funções gratificadas da diretoria, assessoria e coordenação da área educacional, ao todo com 7 cargos e uma vaga para cada um.

Nas funções do magistério, até o ano de 2006, não havia efetivos, eram todos celetistas ocupantes de empregos públicos de natureza permanente, contratados com jornada de trabalho variável, mediante a atribuição anual de horas/aulas, com carga horária de até 40 horas/aulas por semana e pagas sob o total mensal de 200 horas/aulas, ou seja, por cinco semanas.

O ano de 2006 trouxe mudanças nas formas de contratação do corpo docente. A FUNEC, através de uma ação solicitada pelo Ministério Público, por adequação de conduta, passou a ser obrigada a realizar contratações de professores somente por intermédio de concurso público.

No início de 2006, e também no meio deste ano, a contratação de professores foi feita através concurso por processo seletivo simples, através de provas e títulos, sob a realização de comissões julgadoras compostas por 3 docentes da instituição para cada disciplina. Os professores, enquadrados no regime estatutário da Fundação, foram contratados pelo período de 6 meses, prevista a possibilidade de ser o período estendido por mais seis meses, em caso de interesse da instituição.

Em setembro de 2006, foi aberto o concurso público amplo, para o provimento de todas as vagas do quadro docente da FUNEC. Assim, os professores admitidos passam a ser ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo.

A empresa contratada para a organização do concurso foi a Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – VUNESP, juntamente com uma Comissão Especial de Seleção e Concurso Público nomeada pela Portaria nº 199, de 1º de setembro de 2006, do município de Santa Fé do Sul.

Portanto, a partir de 2007 a admissão aos cargos de professores do ensino superior da FUNEC passa a ser realizada somente por intermédio de aprovação em concurso público amplo. Os cargos, de natureza permanente, serão regidos conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos de Santa Fé do Sul.

As funções da diretoria, assessoria e coordenadoria dos cursos das Faculdades, são ocupadas por professores da instituição. As funções gratificadas são atribuídas mediante a livre escolha e dispensa pelo presidente da Fundação. Os docentes, contratados pelo regime da CLT até 2006, ocupavam cargos em comissão, com jornada de trabalho entre 20, 30 ou 40 horas semanais, dependendo do nível de responsabilidade e complexidade das atribuições.

A partir de 2007, os docentes efetivados através do concurso público amplo poderão ocupar as funções gratificadas do setor administrativo e técnico da área pedagógica da instituição (cargos da Diretoria, Chefia e Supervisão), mediante processo seletivo interno.

Os professores interessados nas funções gratificadas deverão pleitear os cargos e submeter-se a escolha pelos pares. Feita a escolha pelos docentes, a atribuição da função ocorrerá somente após a homologação pelo Conselho Curador e ainda estará sujeita a livre aprovação ou dispensa pelo presidente da Fundação.

Quanto a escala de vencimentos do pessoal docente, os valores vigentes de 2002 a 2005, nas funções do magistério do ensino médio profissionalizante, incluídos os valores adicionais que dependem da evolução funcional, variam de R$ 7,00 a R$11,57 h/aula (Prof. Especialista), e de R$ 13,00 a R$ 21,49 h/aula (Prof. Livre Docente)[11], à exceção das gratificações que podem incidir sobre os cargos e respectivas titulações.

Para o pessoal docente nas funções do magistério do ensino superior os valores da hora/aula variam de R$ 13,50 a R$ 22,31 (Prof. Especialista), e de R$ 30,00 a R$ 49,59 (Prof. Livre Docente), incluídos os valores adicionais da evolução funcional, e excluídas as gratificações que podem incidir sobre os cargos e respectivas titulações.

Os valores da hora de trabalho para os docentes em cargos de provimento em comissão (2002 a 2005), variam de R$ 7,00 (Assessor Pedagógico) a R$ 30,00 (Diretor), excluídas as gratificações extras.

A remuneração dos cargos do quadro docente, definida de acordo com a titulação e com o número de horas/aulas atribuídas, conta ainda com uma ajuda de custo para os professores que residem fora de Santa Fé do Sul, em lugares com mais de 100

---

[11] Os valores da hora/aula constam na Lei Municipal nº 2202/02, que dispõe sobre a organização do planos de carreiras da FUNEC. Consideramos apenas as duas pontas da escala de vencimentos, a do professor Especialista (pós-graduado em cursos Lato sensu com carga horária mínima de 360 horas) e a do professor Livre Docente (detentor do Título de Livre Docente). Este último titular universitário não consta na equipe docente, mas o cargo está previsto no quadro funcional da Fundação.

quilômetros de distância do município, e cujo valor não ultrapasse 40% do salário recebido.

Sobre o quadro de pessoal não docente, em 2005, este possuía cerca de 190 funcionários, entre os grupos ocupacionais técnico, administrativo e operacional. Destes, 70 eram efetivos, 40 comissionados em cargos e 80 comissionados em empregos por tempo determinado.

O último concurso público, realizado para os cargos do quadro não docente, aconteceu no final de 2005. Em março de 2006 foram empossados 45 funcionários. Portanto, os efetivos passaram de 70 para 115, e restaram, aproximadamente, 75 funcionários entre os comissionados em cargos e os comissionados em empregos por tempo determinado.

Os empregados do quadro não docente são todos enquadrados segundo a legislação do regime estatutário, com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Os efetivos, servidores públicos municipais, são selecionados por meio de concurso público; os comissionados em cargos, indicados por livre escolha e exoneração pelo presidente da Fundação; e os temporários em emprego público, são contratados em regime de urgência ou de exceção, através de processo seletivo simples.

As faixas salariais do quadro não docente, valores de 2002 a 2005, variam de um salário mínimo a R$ 1.280,00. E podem incidir, sobre os salários dos efetivos ou dos cargos comissionados, valores adicionais de verbas de representação de até 60%, além de adicionais por tempo de serviço e de mudanças no padrão de vencimentos, por gratificações ou premiações extras.

Sobre os municípios de origem do quadro de funcionários, segundo o chefe do Departamento de Pessoal, cerca de 70% residem no próprio município de Santa Fé do Sul e os outros 30%, praticamente em sua totalidade do quadro docente do magistério superior, oriundos de outros municípios.

Há a ocorrência de funcionários com outros empregos além do posto na instituição. A maior incidência desses casos também é relativa aos docentes do ensino superior, que trabalhariam em Faculdades de outras cidades, e em menor quantidade em relação aos técnicos que prestam serviços por empreitada à instituição. Os funcionários do setor administrativo, em quase sua totalidade moradores do município e com jornada de 40 horas semanais, não possuem outros empregos.

Sobre funcionários com mais de um cargo dentro da instituição, foi relatado que há a ocorrência, e que, segundo o Estatuto da Fundação, pode haver essa

duplicidade desde que não se trate de dois cargos técnicos. Em referência a essa situação foi citado o caso de professores, em que há aqueles que também possuem um cargo técnico, e que compõe a quase a totalidade dessas ocorrências.

A instituição possui programas de capacitação e treinamento em serviço, realizados periodicamente, por empresas terceirizadas contratadas para a tarefa. Em 2004 houve um desses programas de treinamento, com palestras sobre, por exemplo, "gerenciamento de estresse", "como trabalhar em grupo", "liderança", "comportamento", "inter-relacionamento pessoal", "qualidade de vida", entre outros.

O incentivo à continuidade dos estudos para os professores das Faculdades, onde a qualificação mínima exigida é a pós-graduação *Lato sensu* (Especialização), é de ordem pessoal. Contudo, a partir do concurso público de 2006 e da efetivação dos cargos, possivelmente os docentes do ensino superior, diante da estabilidade no emprego e do plano de carreira, tenham mais estímulo para investir no prosseguimento da sua formação.

No que toca à contratação de terceiros, para a realização de serviços gerais, são terceirizados na Fundação os de limpeza, de manutenção predial, de jardinagem e o de portaria. Todas as empresas que realizam estes serviços são, coincidentemente, de outros municípios, contratadas por meio de licitação pública.

Para concluir este item, o gasto da instituição com a folha de pagamento foi estimado pelo chefe do Departamento de Pessoal em aproximadamente R$430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais) mensais líquidos; e R$630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais) mensais, acrescidas as despesas com os encargos sociais, para o ano de 2006.

O peso da folha de pagamento no orçamento da FUNEC, bem como a sua dimensão econômica frente às finanças da prefeitura e no município, serão analisados no próximo item.

1.5 – Os Recursos financeiros da FUNEC/FISA e a economia municipal

Os recursos financeiros da FUNEC são constituídos principalmente através de taxas, anuais e mensais, recebidas dos alunos pelos serviços educacionais oferecidos pela entidade. Outras fontes de arrecadação encontram-se previstas no Decreto Municipal nº 2169 de 21 de agosto de 2003, que traz o novo Estatuto da Fundação.

As possíveis fontes de recursos da FUNEC são discriminadas da seguinte maneira: eventuais subvenções da prefeitura de Santa Fé do Sul; verbas orçamentárias atribuídas por outros órgãos governamentais Estaduais ou Federal; retribuições por serviços prestados; contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; produtos de convênios, acordos e contratos de operações de crédito, de financiamento ou de alienação; e, ainda, de rendas eventuais; conforme a forma da lei e dos seus preceitos estatutários.

A gestão do dinheiro na Fundação se dá a partir de uma proposta orçamentária anual, que faz uma predição da receita e fixa a despesa, sempre para o exercício financeiro do ano seguinte.

O Departamento de Finanças da entidade elabora o orçamento, que é encaminhado à aprovação do Conselho Curador e do Prefeito Municipal, para então ser implementado pela Diretoria da instituição. Nesse sentido, podemos perceber, mais uma vez, o quanto a prefeitura detêm um poder extenso sobre a instituição de ensino.

Os valores, informados no Quadro 4, dimensionam o atual porte econômico-financeiro da FUNEC/FISA. Os dados estão de acordo com as publicações oficiais da prefeitura municipal de Santa Fé do Sul, feitas pela atual gestão político-administrativa, em curso em seu segundo mandato (2005-2008).

Quadro 4: Receitas estimadas e despesas fixadas da FUNEC/FISA para o exercício financeiro do ano seguinte (2001 a 2005), em Reais correntes (R$).

Ano	Receita	Despesa
2001	R$ 8.081.500,00	R$ 8.039.500,00
2002	R$ 9.406.000,00	R$ 9.340.000,00
2003	R$ 10.601.500,00	R$ 10.518.820,00
2004	R$ 11.800.100,00	R$ 11.469.720,00
2005	R$ 17.173.000,00	R$ 15.616.000,00

Fonte: Decretos Municipais da Prefeitura de Santa Fé do Sul (nas.: 2041/01, 2118/02, 2197/03, 2252/04) e Lei Municipal (nº: 2329/05).

Em todos os anos apontados no Quadro 4, a previsão dos valores de arrecadação para o exercício financeiro do ano seguinte aumentaram. De 2001 para 2002 o aumento previsto foi de 16,3%, de 2002 para 2003 de mais 12,7%, de 2003 para 2004 mais 11,3% e de 2004 para 2005 de mais 45,5%.

Ressaltamos que de 2004 para 2005 houve o maior aumento na previsão de arrecadação da Fundação, entre os anos analisados no Quadro 4, quase 50% a mais. E, por fim, entre os cinco anos analisados (2001- 2005) o aumento foi de 112.4%.

Dessa maneira, enquanto o número de alunos da FUNEC/FISA cresceu 44.8% em cinco anos, entre 2001 e 2006 (Quadro 1), a estimativa da receita da entidade cresceu 112.4% no mesmo período.

A seguir, o Quadro 5 traz a estimativa dos valores financeiros excedentes e respectivos percentuais obtidos pela Fundação nos últimos cinco anos, sempre para o exercício financeiro do ano seguinte. Os valores em Reais correntes (R$).

Quadro 5: Diferença entre a receita e a despesa da FUNEC/FISA para o exercício financeiro do ano seguinte em Reais correntes (R$).

Ano	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
R$ (+)*	42.000,00	66.000,00	82.680,00	330.380,00	1.557.000,00
%**	0.51	0.70	0.77	2.79	9.06

* Em todos os anos os resultados obtiveram uma diferença positiva (+) na relação entre receita e despesa.

** A porcentagem foi obtida a partir do valor da diferença entre a receita e a despesa, em relação ao valor da receita da FUNEC de cada ano (Quadro 4).

Fonte: Decretos Municipais da Prefeitura de Santa Fé do Sul (nºs. 2041/01, 2118/02, 2197/03, 2252/04) e Lei Municipal (nº 2329/05).

Ainda que a expectativa dos valores excedentes, ano a ano, sejam bastante baixos, a progressão das finanças da instituição possui relação direta com a expansão da sua infra-estrutura, por exemplo, como já salientamos em relação à construção do novo Campus III. Isto pode produzir uma falsa impressão do que é mostrado como despesa fixada, mas que contém, em maior ou menor medida, os investimentos realizados pela Fundação.

E para investir a Fundação precisa contar com um capital presumido disponível, ou seja, com valores que excedem os gastos considerados básicos, já que tem contado exclusivamente com os próprios recursos, gerados através do ensino pago.

De acordo com o chefe do Departamento de Finanças da FUNEC/FISA, os investimentos da Fundação, os chamados "Ativos Permanentes" (investimentos em móveis, imóveis e equipamentos etc.), foram previstos, para o ano de 2005, em R$ 2.226.579,34, ou seja, em torno de 19% das despesas estimadas para este ano.

Antes de entrarmos na composição orçamentária da administração municipal de Santa Fé do Sul, alguns outros números, obtidos através do relato de

funcionários do setor administrativo da Fundação, também retratam a movimentação financeira recente da instituição.

De acordo com o chefe do Departamento de Finanças da FUNEC/FISA, a arrecadação mensal em 2005, através do pagamento das mensalidades dos alunos foi apontada em torno de R$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais), e as despesas totais mensais em torno R$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais).

Entretanto, os valores informados diretamente pelo chefe do Departamento de Finanças da Fundação, se multiplicados por 12 (meses), ou seja, o período de exercício financeiro do município, ultrapassam os dados do ano de 2004 (descritos no Quadro 4), que indicam o exercício financeiro da Fundação para 2005. Dessa maneira, os valores mencionados podem ter sido (ou não) superestimados pelo chefe do Departamento de Finanças.

Em relação às despesas da Fundação, se considerarmos apenas os valores gastos com a folha de pagamento em 2005, apontados pelo chefe do Departamento de Pessoal, o gasto mensal de aproximadamente R$ 630.000,00 (com os encargos sociais), já assinalado anteriormente, multiplicados por 12 (meses), o valor aproximado terá uma representação de 65,9% (excluído o 13º pagamento), em relação as despesas totais desse ano (despesas fixadas em 2004 para o exercício de 2005 – Quadro 4).

Os números informados pelo chefe do Departamento de Pessoal, se verossímeis, indicam que o pagamento de funcionários representa bem mais que a metade das despesas anuais da Fundação, o que possivelmente configura a entidade como um dos principais pólos empregatícios do município.

No entanto, a caracterização dos dispêndios da FUNEC, averiguada através da Lei Municipal nº 2277, de 17 de dezembro de 2004, onde consta o orçamento geral do município de Santa Fé do Sul para o exercício do ano de 2005, apenas designa genericamente as despesas da Fundação através dos seguintes termos: Administração (34.2%), Assistência Social (1.34%), Educação (61.8%), Encargos Especiais (2.13%) e Reserva de Contingência (0.53%).

Para fins comparativos, a propósito da dimensão econômica da FUNEC em relação ao orçamento da prefeitura municipal, apresentaremos os números gerais apresentados pela atual gestão política em referência à estrutura administrativa do município, que é subdividida em órgãos da administração direta e indireta, ambos subordinados à chefia do poder executivo municipal.

Antes, a título de informação, a administração direta do município de Santa Fé do Sul compõe-se dos órgãos de assessoria, de deliberação coletiva e de execução. A administração indireta compõe-se do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Fundo Municipal de Previdência Social e da Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – FUNEC.

A seguir, no Quadro 6, apresentaremos os dados do orçamento geral do município de Santa Fé do Sul, valores discriminados entre receita prevista e despesa fixada, por órgãos da administração direta e indireta, sempre para o exercício financeiro do ano seguinte, em Reais correntes (R$). Portanto, informações referentes aos anos 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Quadro 6: Orçamento geral do município de Santa Fé do Sul, entre receita e despesa, por órgãos da administração direta e indireta, para o exercício financeiro do ano seguinte, em Reais correntes (R$).

Ano	Receita (R) e Despesa (D)	Administração Direta	Administração Indireta*	Administração Fundacional	Total Final
2001	(R)	13.323.000,00	3.246.000,00	8.081.500,00	
	(D)	13.389.000,00	3.222.000,00	8.039.500,00	24.650.500,00
2002	(R)	15.161.000,00	3.657.000,00	9.406.000,00	
	(D)	15.275.000,00	3.609.000,00	9.340.000,00	28.224.000,00
2003	(R)	19.849.950,00	4.923.144,00	10.601.500,00	
	(D)	19.992.774,00	4.863.000,00	10.518.820,00	35.374.594,00
2004	(R)	20.841.330,00	4.596.514,00	11.800.100,00	
	(D)	20.500.540,00	5.267.684,00	11.469.720,00	37.237.944,00
2005	(R)	23.946.861,70	4.923.840,00	17.173.000,00	
	(D)	24.901.021,70	5.526.680,00	15.616.000,00	46.043.701,70

* Órgãos da Administração Indireta - Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS) - à exclusão da Administração Fundacional - FUNEC.

Fonte: Leis Municipais da Prefeitura de Santa Fé do Sul (nºs. 2152/01, 2195/02, 2247/03, 2277/04 e 2329/05).

A comparação feita sobre a previsão dos valores administrados pela FUNEC e o volume total de recursos disponíveis à prefeitura de Santa Fé do Sul indica que a previsão de receita da Fundação possui uma representação econômica que gira em torno de 1/3 do plano orçamentário total do município, em todos os anos dispostos no Quadro 6.

O incentivo da prefeitura de Santa Fé do Sul à expansão da Fundação, diante dos números apresentados no Quadro 6, dá mostras de que a aposta no ensino superior traz, possivelmente, benefícios diretos e indiretos às finanças públicas do município. Contudo, considerado o propósito desta Dissertação, bem como a dificuldade em identificar no plano legal as minúcias de ordem financeira da relação entre a FUNEC e a prefeitura municipal de Santa Fé do Sul, algumas informações sobre o destino dos recursos gerados efetivamente pela FUNEC não estão aqui incluídas, embora estejam disponíveis no orçamento geral da prefeitura todas as predições orçamentárias, notadamente na análise da série de Leis Municipais da Prefeitura de Santa Fé do Sul relativas ao plano orçamentário (nºs.: 2152/01, 2195/02, 2247/03, 2277/04 e 2329/05). Tais informações legais permitiram a confecção do quadro 7, sem outras interpretações:

Quadro 7: Percentual de participação das receitas dos órgãos diretos e indiretos da administração pública no orçamento geral do município de Santa Fé do Sul, e diferença entre receita e despesa em Reais correntes (R$).[12]

Ano	% * e R$ (+/-)**	Administração Direta	Administração Indireta (SAAE e FMPS)	Administração Fundacional (FUNEC)
2001	(%)	54.0	13.0	33.0
	(R$)	66.000,00 (-)	24.000,00 (+)	42.000,00 (+)
2002	(%)	54.0	13.0	33.0
	(R$)	114.000,00 (-)	48.000,00 (+)	66.000,00 (+)
2003	(%)	56.0	14.0	30.0
	(R$)	142.824,00 (-)	60.144,00 (+)	82.680,00 (+)
2004	(%)	56.0	12.0	32.0
	(R$)	340.790,00 (+)	671.170,00 (-)	330.380,00 (+)
2005	(%)	52.0	11.0	37.0
	(R$)	954.160,00 (-)	602.840,00 (-)	1.557.000,00 (+)

* Percentual de participação da receita, entre os órgãos diretos e indiretos da administração municipal, no orçamento geral da prefeitura.

** Diferença entre a receita e a despesa, para mais (+) ou para menos (-).

Fonte: Leis Municipais da Prefeitura de Santa Fé do Sul (nºs.: 2152/01, 2195/02, 2247/03, 2277/04 e 2329/05).

Ressaltamos que em 2005, conforme os dados do Quadro 7, os órgãos diretos da prefeitura municipal estimaram seus gastos em perto de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a mais do que a sua arrecadação prevista, valor quase 15 vezes acima

[12] Os números foram obtidos a partir dos dados do orçamento geral da prefeitura municipal de Santa Fé do Sul (Quadro 6). Lembramos ainda que todos os documentos legais consultados encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da prefeitura municipal de Santa Fé do Sul.

que o de 2001 (R$ 66.000,00). Em 2005, o SAAE e o FMPS, juntos, planejaram gastar R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), arredondados, a mais do que estimaram arrecadar.

No contexto local, a dimensão econômica alcançada atualmente pela FUNEC não é notável apenas em relação às predições das finanças da prefeitura, mas também entre os setores empresariais do município de Santa Fé do Sul.

Alguns indicadores da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, especificamente sobre empresas e contingentes de trabalhadores formais de Santa Fé do Sul, nos oferecem parâmetros de análise, para uma aproximação da posição econômica da Fundação no município.

No Quadro 8, os dados do SEADE, ano 2003, nos oferecem um conjunto de informações que ampliam um pouco mais o contexto socioeconômico da pesquisa, relacionada, agora, ao município de Santa Fé do Sul.

Quadro 8: Perfil municipal de Santa Fé do Sul: Trabalho (Estabelecimentos cadastrados no Ministério do Trabalho) – Ano: 2003.

Setor	Estabelecimentos	Trabalhadores Formais
Indústria	69	893
Comércio	307	1.285
Serviços	179	1.992
Outros	64	152
Total	619	4.322

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Primeiramente, observamos através dos dados do SEADE, que o porte econômico do município é modesto, e que os setores empregatícios mais fortes são o do comércio e o dos serviços.

Se considerarmos apenas o setor de serviços de Santa Fé do Sul, e enquadrarmos os serviços educacionais da FUNEC, podemos presumir que o número de funcionários possivelmente abrigados na Fundação em 2003 poderia abranger uma parte considerável do contingente de trabalhadores formais do município, face às dimensões da Fundação no período, delineada em seu histórico, bem como diante dos dados de 2005 do seu quadro de funcionários (em torno de 460 funcionários, 70% do próprio município).

Outros dados do SEADE retratam ainda as condições de vida no município. O Índice Paulista de Responsabilidades Social – IPRS, traz a classificação

dos municípios segundo uma análise das dimensões de riqueza, longevidade e escolaridade. Assim, no ano 2000, Santa Fé do Sul ocupava o grupo 4 nesta classificação: "Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade". Já em 2002, última análise feita, ocupava o grupo 3: "Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões".

Já no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, do ano 2000 (último ano de análise) também de acordo com a Fundação SEADE, Santa Fé do Sul ocupava o 117º lugar no Ranking Municipal. Uma boa colocação diante dos mais de 5.000 municípios brasileiros.

As informações a propósito do município, da prefeitura e da Fundação, assinalam a caracterização da entidade como pólo empregatício local, bem como sua importância para a dinamização da economia da cidade, principalmente por suas dimensões atuais, ou seja, com pouco mais de 3.000 alunos e 460 funcionários, numa cidade com pouco menos de 30.000 habitantes.

No próximo e último item deste capítulo apresentaremos uma análise apoiada em elementos mais gerais, da presença da FUNEC no município de Santa Fé do Sul.

1.6 – A presença da FUNEC/FISA em Santa Fé do Sul

A exposição das dimensões da FUNEC/FISA, e do cenário socioeconômico do município de Santa Fé do Sul, sobretudo em seus aspectos atuais, buscou colocar em destaque a existência da entidade como componente dinâmico, e também subsidiário da economia local. São disposições dadas às características atuais da Fundação e ao porte, de médio a pequeno, do município.

O dinamismo local e as contribuições financeiras ao município, postos ao encargo da FUNEC pela prefeitura, são fatores ligados principalmente à presença dos estudantes das Faculdades, bem como às ações geradas pela Fundação através dos recursos financeiros que movimenta, os investimentos que realiza e também às relações de trabalho e renda que possibilita.

A condição atribuída à FUNEC, de produzir no município um "dinamismo econômico", respeitadas as proporções, encontra similaridade na pesquisa publicada "Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios", de J. M.

Bovo (2003), que ressalta a importância das múltiplas relações econômicas que giram em torno da Universidade Pública para as localidades onde as unidades se encontram instaladas.

> Ao contrário das atividades econômicas, elas [as universidades públicas] não representam somente um impacto econômico estático – representado pelo efeito multiplicador do investimento –, mas também um impacto dinâmico sobre a economia em geral (BOVO, 2003, p. 16).

Sobre a categoria particular da população de estudantes universitários, da presença e deslocamento destes para estudo nos municípios, Bovo (2003) indica que as despesas de subsistência desse público extra, mobilizam vários segmentos econômicos, que assim podem expandir-se e gerar renda. Uma expansão estudantil, por esse lado, que contém e está contida no denominado "efeito multiplicador".

> Há que considerar ainda as despesas de subsistência dos estudantes dos cursos tanto de graduação quanto de pós-graduação (*Stricto* e *Lato sensu*) que, ao comprar bens e serviços, também contribuem para o funcionamento do efeito multiplicador. Considerem-se também as despesas (...) [várias] que contribuem para injetar um montante considerável de recursos financeiros nas economias locais (BOVO, 2003, p. 15-16).

Para Bovo (2003), o efeito multiplicador e o dinamismo econômico, contam como fatores de defesa da existência e da necessidade de expansão das Universidades Públicas, no Estado de São Paulo e no país.

Todavia, ainda que pese o fato das Universidades Públicas, e outras instituições de ensino superior, como a FUNEC, realizarem atividades educacionais e não econômicas, consideramos que a defesa desta confluência compromete ainda mais a autonomia da organização educacional, e também a da formação, uma vez que a dependência dos resultados econômicos tende a impor condições e direções que encaminham a atividade educativa inteiramente à uma questão de mercado. É uma possibilidade plausível, ante a atual configuração social capitalista, em que predomina a economia de mercado.

Uma outra análise das atribuições econômicas recaídas sobre a FUNEC, sob os efeitos de sua atual expansão, a partir desse momento, refere-se à sua condição como pólo empregatício, ou seja, a propósito da geração de empregos diretos pela Fundação calcada na atividade educativa.

No que toca a questão das relações de trabalho no Brasil, estudos divulgados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2002 (IBGE;

MUNIC 2002, 2005), atestam uma tendência de crescimento dos empregos no setor público municipal em todo o país.

Portanto, enquanto tendência, consideramos que o caso da FUNEC, um órgão indireto da administração municipal, se aproxima das informações conduzidas pela MUNIC 2002, não obstante os períodos pesquisados sejam diferentes, e os dados da MUNIC 2002 tragam apenas os perfis municipais daqueles sede das Unidades da Federação e, ainda de forma generalizada, tragam o crescimento dos servidores municipais, entre as administrações diretas e indiretas, por faixas populacionais e por grandes regiões brasileiras.

Como vimos no decorrer deste capítulo, especialmente nos itens 1.4 e 1.5, a expansão recente da Fundação tem transformado a entidade num importante pólo empregatício do município de Santa Fé do Sul. E, sobretudo a partir de 2006, a instituição se viu obrigada a ampliar seu quadro de funcionários efetivos, ou seja, de servidores públicos municipais.

A MUNIC 2002 encontra-se em sua 3º edição, e desde 1999 pesquisa a composição do quadro de pessoal das prefeituras, nas administrações diretas e indiretas, além de trazer informações e análises a propósito destes aparatos institucionais quanto ao planejamento público, às finanças públicas municipais, aos programas sociais desenvolvidos e sobre a oferta de serviços públicos e de infra-estrutura.

Desta maneira, destacamos primeiramente dos estudos da MUNIC 2002, o atual papel municipal na implantação de várias políticas setoriais, resultado de processos de descentralização das instâncias administrativas Federal e Estadual. Posteriormente situamos o aumento da prestação de serviços educacionais pelos municípios como parte de tais processos de descentralização.

Ressaltamos que, dentre os serviços educacionais prestados pelos municípios, a educação infantil e o ensino fundamental são suas prerrogativas, e o ensino superior, como no caso da FUNEC, constitui uma ocorrência pouco expressiva no país.

A tendência de crescimento das atribuições municipais, de acordo com as análises da MUNIC 2002, é relacionada ao processo de modernização da administração dos municípios brasileiros, quando a Constituição Federal de 1988 lhes atribuiu maiores responsabilidades, ou seja, maiores incumbências na prestação de serviços públicos à população. É uma situação que, de modo geral, não lhes conferiu maior autonomia,

dado a sua baixa capacidade de arrecadação própria e dependência dos repasses Federais ou Estaduais.

> O impacto dessa "nova cultura fiscal" sobre os municípios brasileiros foi bastante significativo, principalmente no que se refere às restrições impostas ao gasto público. A necessidade de se enquadrarem nos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando o equilíbrio orçamentário, obrigou os municípios a implementarem mudanças em suas gestões através da introdução de novos instrumentos que modernizassem suas administrações tributárias. Objetivava-se, com isso, a redução tanto dos gastos públicos quanto o aumento da arrecadação própria dos municípios (IBGE; MUNIC 2002, 2005, p. 23).

Entretanto, no que diz respeito às restrições orçamentárias, diante da nova Lei de Responsabilidade Fiscal, a prefeitura do município de Santa Fé do Sul tem conseguido nos últimos anos equilibrar sua gestão do orçamento público principalmente através do respaldo financeiro da FUNEC, como demonstramos no item 1.5 deste capítulo.

Nesse sentido, os dados orçamentários públicos de Santa Fé do Sul sugerem que a prefeitura ao invés de modificar, ou aperfeiçoar, sua gestão tributária, tem usado os recursos financeiros provenientes das atividades educacionais da FUNEC, ou seja, das mensalidades pagas pelos alunos, para cobrir os gastos excedentes que a administração direta e as outras administrações indiretas realizam.

A "modernização" e/ou a criação de "novos instrumentos" de gestão pública financeira municipal, no caso de Santa Fé do Sul, passa, então, na atualidade, pelo incentivo do ensino superior com a expansão da Fundação, face ao desempenho, sobretudo econômico, que corresponde à essa atividade educacional.

Já em alusão às relações de trabalho, segundo os dados da MUNIC 2002, considerado o período recente, houve uma maior abertura e possibilidades de emprego no setor público municipal do país.

Nesse sentido, ocorreu no Brasil um crescimento total de 18% entre 1999 e 2002. Na faixa dos municípios de porte médio, com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, o índice ficou em 25%, o maior crescimento dos servidores públicos municipais do país (IBGE; MUNIC 2002, 2005).

> Nos municípios de menor porte, a proporção de servidores na população alcança 4,86 por cada 100 habitantes, enquanto nos de maior porte, a mediana foi de 1,72, o que mostra que há uma economia de escala, pois quanto maior o porte do município menor, relativamente, o contingente de servidores (IBGE; MUNIC 2002, 2005, p.12).

A MUNIC 2002 observou também um crescimento das entidades de administração indireta nos municípios, ou seja, aquelas com regime jurídico próprio, tais como as Fundações, vinculadas às Secretarias ou órgãos públicos que condizem com suas especificidades. Deu-se pois um aumento médio em todo o país, entre os anos de 1999 e 2002, de 37%.

> O estabelecimento de entidades de administração indireta é outra forma de descentralização administrativa, pois requer a formação de entidades com personalidade jurídica própria e, portanto, com maior autonomia administrativa e passíveis de controle externo específico (IBGE; MUNIC 2002, 2005, p. 13).

No caso da FUNEC, o que pudemos observar, à exceção do controle externo exercido pelas instâncias competentes da área educacional, como o MEC e o CEE, foi que a sua autonomia frente à prefeitura municipal e aos órgão diretos da administração é bastante comprometida, uma vez que se encontra, em maior ou menor medida, subordinada ao chefe do poder executivo, ou seja, às direções político-partidárias do momento, encabeçadas pela figura do prefeito.

Agora, quanto ao crescimento do quadro de funcionários sediados na FUNEC, para uma abordagem segundo a tendência correlata apontada pela MUNIC 2002, tivemos que fazer uma distinção entre a ampliação do número de postos de trabalho na Fundação, em período recente (a partir da sua expansão após 1998), e o atual processo de efetivação, através de concursos públicos que ocorrem na entidade. Tal ocorre porque nas administrações indiretas existem funcionários com diversos tipos de vínculo empregatício (estatutários, celetistas, outros), entre eles os efetivos e os comissionados. Os comissionados não são enquadrados como servidores públicos municipais, são contratados apenas por tempo determinado, ou indeterminado, para exercer uma função que pode ser extinta.

Portanto, apenas os funcionários efetivos são servidores públicos municipais. É um fato que deixa os postos comissionados da FUNEC, a maioria na instituição até 2005/2006 (ver: item 1.4 deste capítulo), à margem da tendência de crescimento dos servidores públicos municipais, assinalada pela MUNIC 2002.

Os próprios estudos da MUNIC 2002 mostraram que, não obstante a ampliação, em todo o Brasil, dos órgãos indiretos nas administrações municipais, a quantidade de funcionários públicos efetivos, nestes setores, não só não acompanhou tal crescimento, como decresceu.

> Apesar de o número de municípios com Administração Indireta ter crescido no período [1999 a 2002], a proporção de servidores nesse ramo da Administração Pública Municipal caiu de 10% para em torno de 5% do total. (...) [Fora o Distrito Federal], no resto do País houve uma redução de 16% no total de servidores na Administração Indireta (IBGE; MUNIC 2002, 2005, p.15).

A explicação, para essa diminuição do número de servidores nas administrações indiretas, foi atribuída, pela MUNIC 2002 (IBGE; MUNIC 2002, 2005, p. 17), como provável decorrência da dificuldade de efetivação do quadro de funcionários municipais através dos concursos regulamentados pelo Regime Jurídico Único. Uma outra explicação se refere ao maior controle do número de contratações, estabelecido a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (instituída em 4 de maio de 2000).

A abertura de concursos públicos na FUNEC, no final de 2005, primeiramente para o quadro não docente e, posteriormente, em 2006, para todo o quadro docente, iniciou um novo processo de ampliação do quadro de funcionários efetivos na instituição, portanto, nesse momento, a Fundação passou a se aproximar da tendência de crescimento do número de servidores públicos municipais observada pela MUNIC 2002.

Todavia, o crescimento do número de funcionários efetivos da administração Fundacional de Santa Fé do Sul, docentes ou não docentes, encontra-se extremamente relacionado às perspectivas de expansão da própria educação superior no Brasil.

A instauração de processos seletivos amplos na Fundação, principalmente em relação ao corpo docente, diminui consideravelmente a possibilidade de se criar espaços de entrada para contratações com forte caráter político, feitas por intermédio do prefeito em exercício e/ou seu grupo aliado. Esta é uma situação comum, sobretudo em municípios de pequeno porte, como é o caso de Santa Fé do Sul.

Lembramos que a iniciativa de abertura dos novos concursos públicos na FUNEC não partiu da entidade, mas foi exigida pelo Ministério Público, através de uma ação por adequação de conduta da Fundação. Pouco tempo depois a instituição passou a abrigar uma Unidade Avançada de Atendimento Judiciário, fato que pode, ou não, ter vindo na mesma esteira, fruto de acordo entre o poder executivo municipal de Santa Fé do Sul e a instância judiciária responsável pela Unidade. De qualquer modo, a Unidade beneficia a imagem da FUNEC, e, por outro lado, deve representar uma economia de recursos para o Judiciário.

Como vimos no decorrer do capítulo, a prefeitura de Santa Fé do Sul tem dado mostras de que o público alvo das Faculdades Integradas é o de fora. Não obstante, o município recentemente se tornou uma estância turística, possui nível de riqueza baixo e os setores empregatícios mais fortes são os de serviços e de comércio, indícios de que seus impulsos de crescimento econômico dependem de fatores externos, bem como da competição pelos mesmos fatores.

O problema que se apresenta sob a configuração de uma instituição de educação superior objetivada em vista de interesses políticos, econômicos e financeiros, não propriamente à obtenção de lucro como a FUNEC/FISA, mas à movimentação e sustentação da economia, à geração de empregos e às interferências políticas partidárias locais, é o comprometimento das funções educativas, desse modo reduzidas à elemento secundário.

A distorção produzida pela instrumentalização das atividades educacionais, em que predomina o valor de troca em detrimento do valor de uso, faz valer e repercute socialmente, ainda que de forma velada, as mesmas concepções e objetivos estritos que embasam tal espaço de formação.

O que os fatos apresentados a propósito da FUNEC nos sugeriram, foi uma situação de vulnerabilidade política e subordinação econômica da instituição de ensino superior, parte de um processo onde o valor intrínseco da educação se dissolve.

Neste processo, para além das particularidades locais, relativas à recente expansão da FUNEC e relevância econômica local alcançada, não estão dissociadas as circunstâncias políticas, culturais e econômicas em torno do ensino superior no Brasil e das questões concernentes à relevância social deste campo de atuação educacional.

Portanto, uma rede de influências estabelecidas a partir dos novos movimentos capitalistas, da globalização, da aceleração da acumulação do capital, do predomínio da economia de mercado e do mundo do trabalho, perpassa o ensino superior no país. Um contexto no qual o caso Fundação, embora possua especificidades, não se encontra isolado. São estes os assuntos dos próximos capítulos.

Capítulo 2: A educação superior como instrumento da lógica de mercado

As atribuições socioeconômicas relacionadas às Faculdades Integradas do município de Santa Fé do Sul, que em última análise subordinam a educação superior às funções econômicas e financeiras, não se constituem, em larga medida, como um fenômeno singular e local. Imbuída de uma lógica determinada onde o valor econômico domina, enquanto transfigura o educacional em mercadoria, a FUNEC/FISA é parte integrante de um contexto educacional e social maior, marcado por novas prerrogativas capitalistas.

Na medida em que visamos ampliar os limites da base empírica apresentada no primeiro capítulo, propomos, a partir de agora, uma discussão de cunho teórico acerca do atual movimento de expansão do ensino superior no Brasil, especialmente no que se refere às direções dadas ao setor pelas políticas educacionais, em vista dos interesses econômicos do país ante uma economia de mercado.

O estudo do ensino superior brasileiro em período recente conta com o caso das Faculdades de Santa Fé do Sul enquanto uma pequena faceta desse sistema educacional em processo, que emergirá de forma representativa em alguns momentos da análise. Portanto, não pretendemos teorizar a FUNEC, mas ampliar e discutir alguns aspectos do contexto educacional, político, cultural e econômico no qual a instituição especificada está inserida, e do qual recebe influências.

As repercussões do atual estágio capitalista, mais abrangente, a aproximar e homogeneizar as conexões entre o local e o global, produzem incidências diretas sobre o ensino superior brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1990, e conduzem mudanças no setor, mediante condições da economia de mercado.

No caso da FUNEC/FISA, mesmo que bastante modesta ante os parâmetros econômicos de grandes entidades de ensino superior no Brasil, sobretudo as particulares que operam diretamente sobre a expansão e acumulação de capital, não está isenta das interferências economicistas que rodeiam a educação superior, bem como da ascendência marcadamente privada deste campo educacional no país.

Desse modo, guardadas as devidas proporções relativas ao caso da FUNEC, quando falamos em subordinação da educação superior à economia, como no

caso da Fundação ao sobrepor à educação a dinamização e sustentação da economia local, queremos dizer que essas condições estão ao mesmo tempo em meio e acima dos interesses locais, possivelmente até se encontre contrária aos interesses locais.

A inversão se daria fundamentalmente porque, como diz Pierre Bourdieu (1998, p. 14), corrobora com a linguagem daqueles que preferem "falar em gestão que de autogestão e (...), de qualquer forma, assumir a aparência (isto é, a linguagem) da racionalidade econômica".

Assim, formas de dependência se fortalecem, abre-se espaço para a vulnerabilidade, no caso, da educação superior, e se perde em autonomia perante o que se apresenta como vantagem, particular ou coletiva, na aceitação do lugar comum de uma dada racionalidade econômica, dominante e em expansão.

Desse modo, para Bourdieu (1998, p. 52), a "autonomia dos universos de produção cultural em relação ao mercado (...) esta cada vez mais ameaçada. O reino do 'comércio' e do 'comercial' se impõe cada dia mais".

Não obstante, o desenvolvimento da sociedade capitalista tem produzido intensas transformações culturais nas últimas décadas do século XX, e alcançado uma disposição estrutural ainda mais complexa, que, de acordo com Harvey (1993, p. 150-151), tornam o capitalismo cada vez mais organizado "através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional".

As transformações culturais e sociais passam a direcionar e a disseminar modificações na área da educação. De modo que, em meio às relações entre políticas educacionais locais e políticas econômicas mundiais, a reestruturação dos sistemas escolares se dê em conformidade com os novos padrões de produção, circulação e consumo.

Nesse sentido, estabelecem-se concepções e práticas formativas em simetria com as mudanças organizacionais do mundo empresarial, bem como de acordo com as novas exigências de produtividade requeridas pelo sistema econômico dominante e com as demarcações da divisão social mundial do trabalho.

De acordo com Jameson (2002), todas as discussões em torno da globalização devem levar em conta, porque imbricadas, a realidade do próprio capitalismo. E a globalização, como um novo estágio do capitalismo, possui significados interdependentes sobretudo entre os culturais e econômicos, que

entrelaçados irradiam seus efeitos à sociedade, cuja mercantilização presente no cotidiano da vida está entre os efeitos mais visíveis.

> As questões culturais tendem a se propagar para as econômicas e sociais. Vamos considerar primeiramente a dimensão econômica da globalização, dimensão esta que parece estar se expandindo para todo o resto: controla as novas tecnologias, reforça os interesses geopolíticos, e, com a pós-modernidade, finalmente dissolve o cultural no econômico – e o econômico no cultural. (...) Nesse sentido, a economia se transforma em uma questão cultural, e talvez seja possível pensar que, nos grandes mercados financeiros, a imagem cultural acompanha a firma cujas ações compramos ou deixamos de comprar (JAMESON, 2002, p. 22).

É uma mercantilização, associada por Jameson (2002), a uma cultura do consumo dominante, que age intensamente na produção e propagação de imagens, transformadas em verdadeiras mercadorias.

As imagens transformadas em mercadoria dão forma e conteúdo ao valor (como o valor-educação), que é reforçado em sua abstração, pois fruto das oscilações arbitrárias de um capitalismo especulativo. Nesse sentido, mais importante do que a efetividade da educação, por exemplo, é a sua massificação conformadora.

Para Jameson (2002), o consumo de imagens implica também na aprendizagem dessa cultura específica, porém, é aprendizagem alienada de si e, assim, naturalizada.

Sobre a crescente subordinação social às razões econômicas capitalistas, esta subordinação se torna ainda mais acentuada em países periféricos do capitalismo (como o Brasil), pois mais acomodam as formas capitalistas do que as produzem, o que, segundo Jameson (2002), é uma decorrência relacionada ao projeto hegemônico dos países ocidentais desenvolvidos do Hemisfério Norte.

A hegemonia dos países capitalistas mais desenvolvidos, se encontra amparada, atualmente em grande medida, na ideologia do livre mercado, nomeada por Jameson (2002, p. 51) de "retórica da liberdade – não apenas o livre comércio, mas a liberdade de expressão, de circulação de idéias e de 'propriedades' intelectuais – que acompanha essa política".

Os países altamente industrializados e desenvolvidos economicamente, especialmente os Estados Unidos da América, para manter seu poderio necessitam continuamente produzir os meios pelos quais perpetuam seu poder. E, para tanto, antecipam e lideram mudanças, inovações e direções para a sociedade como um todo,

em um movimento que para se sustentar precisa de constantes esforços de expansão, das escalas e níveis de atuação do próprio capitalismo (JAMESON, 2002).

> Nossa política cultural no GATT[13] tem que ser vista também como uma necessidade de expansão econômica – a lógica do capital é geralmente a de um impulso irresistível de expansão, ou exigência de um aumento de acumulação que não pode ser freado, suspenso ou reformulado, sem causar um dano mortal ao próprio sistema. (...) A base material das idéias e dos produtos culturais são as instituições de reprodução ou de transmissão, que hoje em dia são facilmente identificadas em qualquer lugar: são as grandes corporações baseadas no monopólio da tecnologia relevante de informação; assim, a liberdade dessas corporações (e de seu estado-nação dominante) não são a mesma coisa que nossa liberdade como indivíduos ou como cidadãos (JAMESON, 2002, p. 51).

O processo de expansão e legitimação da globalização, ao inaugurar novos termos e escalas, como estratégia política que se efetive do modo mais abrangente possível, necessita, portanto, manter bem entrelaçados os seus níveis de atuação, ou seja, as esferas tecnológica, política, cultural, econômica e social, nessa ordem de atuação segundo Jameson (2002).

E o controle desse esquema de atuação, ou dessa estratégia política, não passa muitas vezes sem o uso da força e da guerra. Como também não passa sem a promoção da crença em um certo tipo de progresso da humanidade, mas colocado como o único. Uma trajetória histórica que situa tal processo de globalização como inevitável (HARVEY, 1993).

Por esses caminhos é que vários países, grupos sociais e indivíduos com menor (ou sem) poder político e econômico, ficam restritos apenas à aceitação e vinculação às regras e transformações produtivas em curso. Isso, para aqueles que ainda estão dentro das possibilidades em jogo. Porém, é patente a perda de autonomia quando pesam os de riscos de exclusão, de crises econômicas e de não-participação nos movimentos do capital.

Um cenário internacional que mantém muito reduzido o papel dos Estados-Nações periféricos do capitalismo, cujas pressões econômicas, traduzidas em viabilização ou não de empréstimos, capacidade de atração dos investimentos estrangeiros e peso das dívidas nacionais, além das inconstâncias do mercado financeiro global, explicam em parte suas medidas políticas de consentimento e colaboração.

---

[13] O GATT, em inglês: General Agreement on Tarifs and Trade, em português Acordo Geral de Tarifas e Comércio, foi substituído pela sigla WTO, em inglês World Trade Organization, em português Organização Mundial do Comércio.

Para Jameson (2002, p. 47), tal disposição internacional, significa que "pensar a globalização equivale a montar um quadro de estandardização em uma nova escala inédita de integração forçada em um sistema mundial".

Essa estandardização atinge diretamente a educação escolar. E, especificamente no que toca ao ensino superior, a sua mercantilização e massificação da formação, precisamente se mostram favoráveis aos programas de investimentos de capitais, que visam sobretudo o retorno financeiro e não propriamente o plano educacional.

Em sintonia com a discussão sobre a "globalização", Pierre Bourdieu (1998) também debate a força e o controle mobilizados na manutenção do capitalismo, atualmente fortalecendo a financeirização do capital e do sistema de mercado.

> Se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é bem real; é o dos mercados financeiros. Graças à diminuição de um certo número de controles jurídicos e do aprimoramento dos meios de comunicação modernos, que acarreta a diminuição dos custos de comunicação, caminha-se para um mercado financeiro unificado, o que não quer dizer homogêneo. Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos nesse caso particular, ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo. Essa unificação dos mercados financeiros em torno de um certo número de nações detentoras da posição dominante acarreta uma redução da autonomia dos mercados financeiros nacionais (BOURDIEU,1998, p. 53-54).

Em outro momento, Bourdieu (2004, p.19), se refere à uma forte tendência ideológica de se neutralizar a noção economicista de "mundialização". Isto, sob a pretendida positivação de que uma maior conjuntura transnacional, global, seria capaz de reunir os diversos aspectos culturais existentes no mundo, bem como sob a defesa da idéia de que tal fenômeno, do modo mesmo como se encontra, constitui um caminho ou necessidade natural da sociedade mundial.

> [A] remodelagem das relações sociais e das práticas culturais das sociedades avançadas em conformidade com o padrão norte-americano, apoiado na pauperização do Estado, mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança social, é aceita atualmente com resignação como o desfecho obrigatório das evoluções nacionais quando não é celebrada com um entusiasmo subserviente" (BOURDIEU, 2004, p.20).

Em várias partes do mundo, o Estado, ao diminuir seu papel de equalizador da sociedade e distender seu interesse pela autovalorização do capital,

aparece como pouco eficiente perante as demandas sociais básicas, o que tem representado um impulso para as forças da iniciativa privada. Uma situação, entretanto, não necessariamente de incapacidade organizacional inerente do Estado.

Bourdieu (1998, p. 47) argumenta que apesar da instalação de um processo de regressão do papel do Estado, este não deixa de conter ambigüidades, e "isso se explica porque o Estado existe sob duas formas: na realidade objetiva, sob a forma de um conjunto de instituições como regulamentos, repartições, ministérios etc., e também nas cabeças. (...) O Estado, em todos os países é, em parte, o vestígio de conquistas na realidade sociais".

> Para resistir à involução do Estado, isto é, contra a regressão a um Estado penal, encarregado da repressão, sacrificando pouco a pouco as funções sociais, educação, saúde, assistência etc., o movimento social pode encontrar apoio nos responsáveis pelas pastas sociais, encarregados da ajuda aos desempregados crônicos, que se preocupam com as rupturas da coesão social, com o desemprego etc., e que se opõem aos responsáveis pelas finanças, que só querem saber das coerções da "globalização" (BOURDIEU, 1998, p. 48).

Quanto à globalização coercitiva, se o planejamento macro-econômico mundial, as políticas de integração nacional e regional, os planos de desenvolvimento local estão submersos em uma mesma lógica global de acumulação de capital em uma escala ainda maior, como diz Octavio Ianni (1995, p.151), a "globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial".

Contudo, a crítica da educação escolar, especificamente do ensino superior brasileiro ante um capitalismo que se dilata, cada vez menos pode abster-se de uma visão convergente a propósito dos movimentos socioeconômicos globais, das perspectivas e políticas internacionais que influenciam o contexto nacional, e assim conseqüentemente o campo das idéias, da viabilização e das finalidades educacionais.

Conforme o modelo de sociedade vigente, delineado até o momento, ao chamarmos o caso da FUNEC à tona, entendemos que não há como os usos e formas de atuação local desta entidade, explicitados no primeiro capítulo deste trabalho, não sofrerem as interferências desse modelo de sociedade, dada a amplitude e penetrabilidade dos padrões capitalistas.

Desse modo, a FUNEC não apenas se encontra sintonizada às tendências formativas pró-mercado, pois enquanto dependente do ensino pago não arrisca ultrapassar (ou se opor) às conveniências culturais, sociais e políticas proliferadas sob o

capitalismo, mas também se encontra incorporada por um caráter empresarial, econômico e financeiro.

O caráter empresarial da FUNEC, ressaltamos, talvez seja menos evidente do que exacerbado, pela própria natureza jurídica da Fundação, que é de direito público, porém seu modo de organização e inserção social em muito se assemelha ao formato de instituições privadas de ensino superior, largamente difundidas pelo país, cuja capacidade de gerar capital figura entre os objetivos principais (quando não o motivo principal).

Esse formato institucional, ao privilegiar as questões (ou os retornos) econômicos, serve à ordem capitalista imediatista da sociedade brasileira, com entidades privadas geralmente apoiadas no ensino, em vista da redução de custos e maximização dos lucros. Porém, a educação superior no Brasil, pautada por políticas públicas mercantis, sob a conivência do Estado, encontra-se numa posição de conivência com as formas de dependência e de fragilidade frente ao cenário científico e tecnológico internacional. É uma posição reprodutiva da educação superior que, dessa maneira, contribuí para a manutenção, e também para a extensão, da dependência do Estado-Nação brasileiro frente ao contexto internacional.

Como adendo, é um estado de dependência que não constitui nenhuma novidade histórica para o Brasil, criado mediante o poder externo das nações outrora colonizadoras.

Uma dependência, que segundo Simon Schwartzman (1983), irradiou-se para o âmbito interno do território nacional, transfigurada, por exemplo, na interação de setores da sociedade civil com o sistema político do poder central, sobretudo o setor elitista apoiante do sistema social instaurado.

Simon Schwartzman (1983, p. 14), também considera tal dependência geradora do "Estado patrimonial, burocratizado, ineficiente e autoritário"[14]. Por sua vez, isto traduz uma dependência produzida pelo Estado brasileiro em seu superestimado "processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma 'sociedade civil' (classes sociais, grupos religiosos,

[14] Simon Schwartzman (1983), à medida da tradição weberiana de caracterização da dominação política e burocrática, utiliza-se dos termos "patrimonialismo e feudalismo", e de sua atualização em "neopatrimonialismo e dominação racional-legal", para assinalar uma das principais características produzidas pela ordem política e social brasileira, um Estado autoritário, centralizador e uma cultura de apropriação privada do bem público.

étnicos, lingüísticos, nobreza, etc.) fraca e pouco articulada" (SCHWARTZMAN, 1983, p. 14).

Na composição e modernização da estrutura política e administrativa do Estado brasileiro formou-se, então, um jogo político de contínuas negociações entre o, agora, "Estado neopatrimonial" (SCHWARTZMAN, 1983) e os setores sociais corporativistas, que a partir da esfera política suscitam os encadeamentos econômicos em privilégio dos integrados ao sistema político-social.

Para Schwartzman (1983, p. 15), no Brasil, "a política é tanto mais importante quanto maior é o poder do Estado, e por isso, na tradição brasileira, todas as questões – religiosas, econômicas, educacionais – passam sempre pelo crivo do poder público". Entretanto, ressaltamos, são políticas também não desprendidas das determinações e controles internacionais.

Nesse sentido, mesmo ante uma atual maior internacionalização da economia mundial, de acordo com Schwartzman (1983, p. 23), no território nacional "o simples transbordamento das estruturas de dominação mais tradicional, e a criação de novas formas de organização política e social, não garante que este padrão de comportamento [o neopatrimonialismo] não vá se reproduzir".

> Se o Estado é todo-poderoso, nada mais racional do que buscar seus favores e proteção. A crise atual do Estado patrimonial brasileiro é que ele parece ter cada vez menos capacidade de atender às demandas que lhe são feitas, ou os interesses dos grupos que dele participam ou a ele se associam. Para usar uma expressão da moda, o Estado brasileiro enfrenta o problema da "ingovernabilidade" do país. (SCHWARTZMAN, 1983, p. 23).

Portanto, dentro dos arranjos políticos internos, próprios do Brasil, o neopatrimonialismo, ou seja, as formações locais e regionais de dominação política, coexiste com os aspectos formais da, também forte, dominação burocrática que atravessa o país. Uma situação teoricamente contraditória, mas que se torna possível quando os interesses políticos e econômicos assim o pedem, traduzida pelo famigerado "jeitinho" brasileiro.

A partir dessa análise podemos dizer, também como adendo, que o exercício do poder na FUNEC, sob o comando da figura do prefeito da cidade de Santa Fé do Sul, delineado no primeiro capítulo, mantém traços neopatrimoniais enquanto uma característica marcante da sociedade brasileira. E a instituição também se submete, ou se vê obrigada a coexistir com uma ordem jurídico-institucional que pode ser reconhecida como racional-legal.

Destacamos os "traços" quando falamos em neopatrimonialismo na FUNEC, pois a dominação política local presente na instituição, evidentemente, explica somente parte da forma de administração nela praticada. O que principalmente é gerido na Fundação é o dinheiro obtido através das mensalidades pagas pelos alunos e, nesse sentido, o formato administrativo realizado é o capitalista, cuja economia implica no binômio exploração-acumulação, aportada, neste caso, na atividade educacional.

O padrão administrativo capitalista é empreendido abertamente pelas instituições universitárias privadas, porém não encontra desvios nas públicas de ensino pago como a FUNEC, ainda que o poder municipal de Santa Fé do Sul encaminhe os "recursos excedentes" às finalidades públicas. Porém, no caso da Fundação a realocação dos recursos se encontra submetida às determinações políticas, econômicas e partidaristas. Assim, permanece a lógica: "os fins justificam os meios", e a educação pública segue subordinada ao econômico privado.

A propósito da relação entre Estado e Educação no Brasil, considerado em especial o ensino superior, embora articulada na atualidade pelos parâmetros de eficácia de uma economia de "livre" mercado, esta não deixa de favorecer e permanecer cativa aos interesses privados das classes mais privilegiadas socialmente do país e suas formas de condução política. Historicamente, tratam-se de políticas educacionais nacionais conduzidas, pelo lado dos dirigentes pertencentes às esferas de controle, de modo a cobrir as investidas no campo da educação somente com o caráter de necessidade e de benfeitoria social, e assim ofuscar ou encobrir as ações irregulares, os fatores deixados descuidados nos processos de expansão escolar, seu caráter de arregimentação, de interferência interna e permissividade externa.

A existência de um estado de "dependência interna" no país, como afirma Schwartzman (1983), na realidade de poder das classes privilegiadas sobre o Estado; e, por outro lado, a dependência externa, sobretudo ante a atual conjuntura mundial, delineada até aqui a partir de Harvey (1993), Jameson (2002) e Bourdieu (1998 e 2004), não significa, salientamos, um fraco controle, pela organização Estatal, das políticas da educação em território nacional.

Portanto, a partir de Saviani (1992, p. 11), consideramos que mesmo que a educação pública esteja sob "a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado", esta não chega a prescindir das influências do poderio de Estado na direção de suas formas e sentidos, nem prescinde da necessidade de seus investimentos.

Para Saviani (1992, p. 11), trata-se presentemente de "uma orientação política tendente a secundarizar o papel do Estado pondo o acento no livre curso das leis de mercado, com a conseqüente valorização da iniciativa privada desembaraçada de interferência e controle estatal".

> A nova realidade de uma economia de mercado em que o Estado não apenas interfere regulando o seu funcionamento mas dela participa diretamente desempenhando funções econômicas essenciais, tem um nome: neo-capitalismo; e a ideologia que a justifica recebe, por sua vez, a denominação adequada de neo-liberalismo (SAVIANI, 1992, p. 24).

O planejamento político-econômico Estatal não se encontra, portanto, distante da produção dos sentidos e das formas de intervenção, mais ou menos explícitos, das prioridades dentro dos espaços de manobra do sistema capitalista.

> A atmosfera neo-liberal ofereceu as condições propícias para a justificação do aumento dos gastos públicos com a educação, objetivada na "teoria do capital humano". Os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, transformando-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimentos ligados à produção material. A educação passou a ser concebida como sendo dotada de um valor econômico próprio; um bem de produção (capital) e não apenas bem de consumo. (SAVIANI, 1992, p. 24).

O manejo das instâncias público-privado, entra na definição das aplicações neoliberais como ampliação e não diminuição do poder Estatal de controle e manutenção da ordem vigente. Há uma reconfiguração desse poder que, entre outras circunscrições, delimita os novos espaços de ação social e patamares de cidadania. E a esfera da educação, com seu caráter de formação social e de coisa pública, se encarrega de criar as bases de "acordo" para as novas demandas produtivas.

Nesse sentido, Raquel Gandini (1992), ao debater as relações entre o público e o privado, e entre o Estado e a educação, expõe o poder controlador do Estado sobre a esfera educacional brasileira.

> Formalmente, se trata de educação reconhecida e controlada pelo Estado, que pode oferecê-la, ele próprio, ou não. Assim, as escolas chamadas particulares ou de propriedade privada podem assumir caráter público (...). Historicamente, e, especialmente no caso brasileiro, o controle público-estatal do ensino em todo o território tem se verificado concomitantemente à afirmação da idéia de nação e daquilo que é considerado interessante ou não para o seu desenvolvimento. Nestes casos, a educação assume a condição de instrumento de ação política e interesse do Estado, visando a integração política, a preparação para o trabalho, a adaptação à sociedade e outros objetivos que não são mutuamente exclusivos, mas que geralmente apontam para a formação do cidadão útil e dócil. (GANDINI, 1992, p. 70-71).

Como já ressaltamos, paira sobre o poder do Estado brasileiro o poder externo efetivo dos Estados capitalistas mais avançados e suas agências financeiras de controle. E ainda que a ênfase esteja na promoção do mercado e das empresas, sob os interesses da oferta em detrimento das demandas sociais, este Estado não deixa de cumprir o seu papel, seja como coadjuvante ou como ator principal.

Carlos Alberto Torres (1995), por seu turno, discute a idéia da conformação do Estado liberal, e o apresenta como uma cultura política que manipula as idéias de nação e de cidadania, e vê o Estado sobretudo como uma condensação de forças, mais do que como fruto de desenvolvimento ou de um processo histórico que evoluiu até chegar a sua representação atual.

Além disso, segundo Torres (1995), esse "estado liberal" não gera exatamente Estados-Nações autônomos, e não constitui nem mesmo inovação em termos de regime político histórico, mas sim institui diferenciações. Cita, especificamente, Claus Offe, para quem a atuação desse "estado" é mediar entre a acumulação e a legitimação do capital, bem como buscar soluções para superação de suas crises recorrentes, para adiante de qualquer poder transitório, de interesses corporativos de setores ou de classes.

Para Torres (1995), enquanto ocorreu, na passagem do Estado do Bem-Estar Social ao atual Estado Neoliberal, a deterioração das relações sociais de produção, ou do "pacto social entre trabalho e capital", o ajuste do modelo neoliberal, ou "Estado mínimo", conduzia uma retração dos incentivos públicos sobre os espaços sociais conquistados como direitos, e intensificou a promoção da economia de mercado, colocada como a salvação de todos os males da sociedade. Vários setores públicos puderam ser então abertos à privatização e transformados em novas circunstâncias de negócio para o capital. Assim ocorreu também, de acordo com Torres (1995), no que tange ao âmbito da educação escolar, em todos os níveis de ensino, especialmente considerada diante das mudanças no modo de produção e das exigências do processo de globalização da economia e de integração ao capitalismo mundial.

De acordo com Marcos M. de Oliveira (2002), nesse momento sobre a preparação social e econômica do cenário brasileiro para sua participação no movimento internacional do capital, esta preparação, ou rearranjo social, tem envolvido esforços políticos especialmente a partir dos anos 1990, com os governos de Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e F. H. Cardoso (1995-2002).

> A partir desse período, as ações políticas realizadas pelo Estado têm sido revestidas de sucessivas medidas de afastamento do setor público da promoção direta dos serviços sociais e da produção econômica. E a atuação estatal, desse modo, privilegiado um padrão "orientador das forças do mercado e [o Estado como] programador do espaço público, buscando a convergência entre os interesses empresariais e as demandas imediatas da sociedade" (OLIVEIRA, 2002, p. 82).

Para Oliveira (2002, p. 70), formou-se também, a partir desse referido período, um projeto político onde o Estado brasileiro "deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, e teria fortalecida a sua função de promotor e regulador desse desenvolvimento" (OLIVEIRA, 2002, p. 70).

A privatização e a constituição do setor público não-estatal seriam os grandes instrumentos de execução dos serviços que não demandariam o exercício do poder do Estado, mas apenas o seu subsídio. Neste campo, por exemplo, junto com os serviços de saúde e cultura, estariam a educação (especialmente o ensino superior) e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (OLIVEIRA, 2002, p. 71).

No que se refere aos serviços educacionais, especificamente os do ensino superior, segundo Oliveira (2002) o setor expandiu-se mediante as subvenções do poder público, porém sob a fragmentação de suas principais atividades (ensino, pesquisa e extensão), com a conseqüente proliferação de entidades privadas voltadas para o ensino, bem como em detrimento das universidades públicas e das atividades de pesquisa científica e tecnológica via produção intelectual pública.

Para a educação superior brasileira, esse movimento foi emblemático das orientações neoliberais implantadas no país, um movimento ocorrido de forma predominante no Brasil, segundo Lúcia M. W. Neves (2002a), sobretudo nos anos 1990.

> Embora essas diretrizes políticas venham-se desenvolvendo ao longo de toda a década, elas adquirem uma maior organicidade nos dois governos FHC [Fernando Henrique Cardoso], através da implementação concomitante e convergente da reforma da aparelhagem estatal e da implementação de políticas na área social, que têm por objetivos, entre outros, traduzir na prática a oposição radical do neoliberalismo à universalidade, à igualdade e à gratuidade dos serviços sociais e, ao mesmo tempo, desagregar os grupos organizados e desarticular os mecanismos de negociação de seus interesses coletivos, pulverizando as demandas sociais, com vistas a tornar viável a implementação de políticas do interesse do bloco [liberal-corporativo] no poder (NEVES, 2002a, p. 106).

De acordo com Neves (2002a), a expansão o ensino superior no Brasil a partir dos anos 1990, calcada no empresariamento do setor, representou uma importante

base de apoio para sustentar a introdução de medidas de caráter neoliberal no país e favorecer o padrão mercantil de relação entre Estado e sociedade.

O avanço da estrutura de mercado educacional sobre o ensino superior brasileiro, forçadamente privado, cujo retrato é analisado por Neves (2002a), segundo dados do documento *Fatos sobre a educação no Brasil*, do Ministério da Educação e Cultura – MEC (disponíveis na sua página da internet, www.mec.gov.br), revela não apenas a desproporção entre a rede pública e a privada, mas uma tendência de aprofundamento dessa desproporção.

> Entre 1994 e 2000, por exemplo, a matrícula dos cursos de graduação da rede pública (federal, estadual e municipal) cresceu 29%, passando de 690.450, em 1994, para 887.026, em 2000, enquanto a matrícula na rede privada cresceu 86%, passando de 970.584, em 1994, para 1.806.072, em 2000 (NEVES, 2002a, p. 107).

Dados de 2006 obtidos através de informações constantes na página de internet do Ministério da Educação, segundo as categorias pública e privada das Instituições de Ensino Superior (IESs) do Brasil, mostram que do total de 2.398 instituições, 2.141 (89.28%) pertencem a rede privada e apenas 257 (10.72%) são públicas (Fonte: MEC/INEP/Deaes/Cadastro de Instituições). Das subcategorias dos estabelecimentos de educação superior, os números de 2006 indicam ainda a existência de 92 (3.84%) instituições estaduais, 105 (4.38%) federais, 60 (2.5%) municipais e 2141 (89.28%) particulares (www.inep.gov.br/superior/censosuperior).

Entre as razões apontadas por Neves (2002a) para o aumento da disparidade entre a rede pública e privada do ensino superior, aparece mais uma vez a relação política estabelecida entre o Estado e os interesses da fração de classe representativa do capital financeiro e industrial do país, com vantagens sobre os moldes empresariais e poder econômico. Articulações políticas que firmam uma nova burguesia ligada aos serviços educacionais.

> A expansão do empresariamento da educação superior vem contribuindo, ao mesmo tempo, de forma mais imediata, para a resolução dos conflitos entre as frações monopolista e não-monopolista da burguesia brasileira, motivados pelos prejuízos causados a esta fração pelos processos de desindustrialização e de desnacionalização da economia na atualidade e, de forma mais imediata, para o próprio processo de reprodução do capital, devido à rentabilidade dos empreendimentos educacionais (NEVES, 2002a, p. 109).

A promoção da expansão privada do ensino superior brasileiro veio contribuir, portanto, para o ajuste da relação público-privado, em privilégio da estrutura de classe enrijecida do país. Além disso, em conformidade com políticas públicas de

cunho empresarial, objetivou instaurar um projeto societal com consenso social amparado em âmbito educacional e consolidar a hegemonia neoliberal empreendida através do Estado (NEVES, 2002a).

> A criação dos serviços não-exclusivos do Estado, ao mesmo tempo em que garante a natureza pública dos serviços sociais, viabiliza a política de parceria própria do modelo neoliberal de organização social. A parceria entre Estado e sociedade, no campo social, é a expressão mais clara da especificidade da privatização das políticas sociais nos tempos neoliberais. A privatização em curso, longe de constituir uma retirada do Estado do campo social, evidencia a sua presença refuncionalizada. Ela é uma política de Estado que garante à aparelhagem estatal a definição das metas neoliberais para a área de controle da execução empreendida pelos parceiros, empresas de prestação de serviços e organizações sociais, conforme explicita o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil. Mare, 1995) (NEVES, 2002a, p. 112).

Destarte as redefinições políticas brasileiras dos anos 1990 que afetaram diretamente a educação superior, a última reforma na legislação educacional brasileira, que culminou na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 9.394 de 1996, entre outras coisas, facilitou a abertura de cursos superiores e de instituições educacionais com fins lucrativos.

Houve também a introdução de novos mecanismos de controle burocrático por parte do Estado no setor educacional, como, por exemplo, os sistemas de avaliação e, na classificação das entidades de ensino superior, mudanças nas formas de organização acadêmica. Esta última medida apenas reduziu em três grupos as instituições de ensino superior (universidades, centros universitários e faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores), sem estabelecer alterações qualitativas nas definições institucionais universitárias (NEVES, 2002b).

A distinção entre universidade e centro universitário favoreceu a proliferação dos centros universitários privados, desobrigados por lei da realização das atividades de pesquisa, sob a "alternativa de universidade de baixo custo" concentrada apenas na modalidade do ensino, e que passaram a poder utilizar o termo "universitário", o que beneficiou sua imagem como "universidade", porém sem realizá-la (SAVIANI, 1998).

> Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa buscada pelo atual governo para viabilizar a expansão, e, por conseqüência, a "democratização" da universidade de baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as "universidades de pesquisa" que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista (SAVIANI, 1998, p. 14).

Desde então, as instituições privadas, as públicas de ensino pago, as filantrópicas etc. proliferaram, enquanto o setor público gratuito (sobretudo as universidades públicas) viu pouca ou nenhuma alteração. Foi esta uma das decorrências da política governamental que pretendia expandir o ensino superior no Brasil, mas sem ampliar os investimentos diretos, ou os "gastos" públicos com o setor (SAVIANI, 1998).

No que diz respeito a diversificação de instituições de ensino superior, a FUNEC (pós-1998) beneficiou-se diretamente das políticas educacionais de cunho privatista: pode mais facilmente passar de faculdades isoladas para faculdades integradas e, assim, reduzir custos e obter a possibilidade da abertura de novos cursos, por exemplo, sem se transubstanciar.

As políticas educacionais aliaram o potencial econômico das instituições ensino superior aos interesses empresariais, em face de uma requerida expansão do setor, sob o discurso do desenvolvimento social do país e do atendimento da demanda por este nível de ensino. E, em meio a essa conjuntura privatista, a FUNEC pode expandir-se, institucionalmente e economicamente, com vantagem neste último aspecto.

Entre os objetivos previstos e almejados pelo Estado para a expansão privada do ensino superior no Brasil, de acordo com Saviani (1998), estaria a formação para o trabalho especializado, adequado aos novos moldes empresariais globalizados e, enquanto política social, a maior disponibilização do acesso ao nível superior.

Do mesmo modo, no que se refere à formação para o mundo do trabalho, a definição política do ensino superior também aponta para as

> funções econômica e ético-política da educação superior: preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho e lideranças sociais sintonizadas com as mudanças qualitativas no mundo capitalista na atualidade. O plano [Plano Nacional de Educação] preocupa-se, simultaneamente, em adequar o homem brasileiro deste início de século à forma capitalista de trabalho e vida (Neves, 2002b, p. 148).

Derivado da nova LDB, como legislação complementar para instituir medidas regulamentadoras, surgiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Um plano, segundo Saviani (1998), cuja incidência sobre o ensino superior possui caráter abrangente e operacional.

Para Saviani (1998, p. 03), o Plano Nacional de Educação, previsto para ser executado entre 2001 e 2011, "implica a definição de ações, traduzidas em metas a

serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos".

Em linhas gerais, o Plano Nacional de Educação, analisado por Saviani (1998), revela a educação como presa às determinações econômicas e classificada do mesmo modo como outros setores sociais, como "custo", e submetida às restritas relações econômicas de "custo-benefício". Um quadro geral das políticas públicas do Estado submetido a promover a lógica do mercado "auto-regulável".

> Essa situação atinge o seu paroxismo na conjuntura atual marcada pela hipertrofia dos mecanismos de mercado onde tudo, desde a visão de sociedade até as decisões mais específicas referentes à vida pessoal dos indivíduos, passa pelo crivo mercadológico (SAVIANI, 1998, p. 4).

No que se refere à expansão da educação superior, o Plano Nacional de Educação, que se reporta ao "Plano Decenal"[15], considera necessário triplicar a oferta de vagas no país deste ramo do ensino. Porém, de acordo com Saviani (1998), a atividade do ensino nas instituições públicas, semi-públicas e privadas é o ponto tratado com ênfase nas discussões.

Entre as metas a serem alcançadas pelo ensino superior, de acordo com o Plano Nacional de Educação, na dependência da colaboração entre União, outros setores governamentais e também não-governamentais, ficou estipulado aumentar, até o final da década determinada, em pelo menos 30% os estudantes na faixa dos 19 aos 24 anos no ensino "pós-médio". Além disso, entre outras medidas, estabeleceu-se a ampliação dos programas de crédito educativo para os alunos do setor privado e para os de baixa renda (SAVIANI, 1998).

A análise de preceitos legais feita por Neves (2002b, p. 139), entre os quais a nova LBD de 1996, aponta para a instauração de mecanismos de fiscalização e condução do ensino superior pelo Estado que "viabilizam a prática da administração gerencial no âmbito da educação superior, ao definirem claramente o papel do Estado no controle dos resultados das políticas centralmente estabelecidas por ele e implementadas pelos parceiros privados".

Nesse sentido, para Neves (2002b, p. 139) a nova LDB/96 foi "mais um passo no sentido da sedimentação do processo de empresariamento da educação

---

[15] O Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993), foi elaborado pelo MEC para buscar a universalização do ensino fundamental no país, com vistas a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (em Jomtien, Tailândia, 1990), bem como para atender as condições de obtenção de financiamento à educação, segundo critérios do Banco Mundial (Ver: SAVIANI, 1998).

superior". E o Estado, assegurado nos processos de nacionais de credenciamento, supervisão e avaliação das instituições superiores de ensino, sob a "administração gerencial" do Ministério da Educação e Cultura – MEC, deu curso livre a privatização do setor.

A propósito da diversificação de instituições de ensino superior, segundo Neves (2002c), a reforma deste nível de ensino iniciada com a nova LBD/96, ao confirmar a diferenciação organizacional entre entidades do setor, além de beneficiar as numerosas faculdades privadas espalhadas pelo país, também validou e consolidou a prática restrita da atividade do ensino.

Exclusivamente para as universidades, a LDB/96 instituiu a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, medida que, de acordo com Neves (2002c), inicialmente gerou controvérsias entre o governo e o empresariado do setor, uma vez que representava entraves à expansão das redes de ensino privado. A resolução desse impasse foi a criação dos centros universitários, em benefício das organizações privadas que passaram a dominar esta modalidade universitária.

Para Neves (2002c), quanto aos centros universitários, a LDB/96 apenas lhes ressaltou uma indicação vaga de constituírem-se como centros de ensino de excelência. O que representou uma posição de abertura, de caráter neoliberal, à exploração capitalista do ensino superior, bem como uma restrição à formação mais ampla, além da disposição reprodutiva do conhecimento e da força de trabalho.

> Os centros universitários, por sua vez, designados por lei para ministrarem ensino de excelência, ocupam um papel de peso na política neoliberal de educação superior, uma vez que, por se dedicarem exclusivamente a formação de trabalho qualificada, acabam por receber, por parte do MEC, estímulo para a sua ampliação (NEVES, 2002c, p. 184).

Existe ainda, de acordo com Neves (2002c), uma intensa pressão política junto ao MEC, de associações organizadas que representam os interesses dos empresários do ensino superior, para a consolidação e propagação das "universidades de ensino" no país (centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de ensino).

Essas associações organizadas politicamente trabalham inclusive para a manutenção do direito ao uso da sigla "UNI" dos centros universitários, que para o empresariado do setor funciona como propaganda positiva no mercado educacional (NEVES, 2002c).

> Os decretos que credenciam os centros universitários, em sua quase totalidade, não se referem a siglas. (...) Entretanto, a maior parte dos centros universitários utiliza-se da sigla UNI no seu material de divulgação. (...) A utilização, pelos centros universitários, da sigla UNI parece constituir-se em um caso de "propaganda enganosa", uma vez que o "consumidor do serviço educacional" associa esta sigla ao nome universidade que tem "maior valor no mercado educacional" (NEVES, 2002C, p. 184).

Outra recente medida das políticas educacionais brasileiras, diretamente encaminhada às regulamentações da educação superior, é a Reforma Universitária conduzida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mas que até o momento não foi efetivada.

João dos Reis Silva Jr. (2004), ao debater as propostas relativas à Reforma Universitária, faz um exame acerca das transformações mais recentes nas esferas pública e privada, e confere especial atenção às mudanças ocorridas nos últimos quinze anos, desde a reinstalação do governo democrático no Brasil, que deram novos contornos históricos para o ensino superior no país.

A partir do referido período, o autor considera que o problema estrutural brasileiro do atendimento precário (ou não atendimento) das demandas sociais do país, por parte do Estado, se agravou. Além disso, que a permanência da má distribuição e alta concentração de renda no país comprometeram amplamente a área educacional.

No que toca ao problema específico do acesso e permanência no ensino superior brasileiro, o autor constata a "existência de uma demanda reprimida altíssima e em expansão, tendo em vista o número de concluintes do ensino médio em 2001, uma baixa oferta de vagas no ensino superior público, acrescido da ociosidade de vagas de 37,5% no setor privado e 5% de ociosidade na esfera pública" (SILVA JR, 2004, p. 5).

Silva Jr. (2004), vê as prioridades e os modelos do setor educacional voltados para a sua promoção pela iniciativa privada. Isto tanto na composição de parâmetros de qualidade, eficácia e competitividade para os níveis fundamental e médio, quanto na resolução dos problemas de natureza quantitativa e de finalidade para o ensino superior.

No ensino superior, para Silva Jr. (2004), as finalidades encontram-se especialmente ligadas ao mundo do trabalho. Ocorre também uma excessiva valorização das "áreas duras", em detrimento das ciências humanas, fato que se faz notar principalmente no incentivo e volume de investimentos destinados à produção científica destas áreas, sobretudo em nível de pós-graduação.

Sobre a nova Reforma Universitária do atual governo, Silva Jr. (2004) também comenta o Projeto das Parcerias Público-Privado (PPP), que

> em última instância elimina as diferenças entre as instituições públicas de qualquer natureza e as privadas também de qualquer natureza. Tais parcerias fariam a equivalência entre tais instituições e organizações estabelecendo uma referência jurídica única para, por meio de critério de eficiência mercantil, entrarem em concorrência por verbas públicas (SILVA JR, 2004, p. 17).

Todavia, na análise geral da educação superior, Silva Jr. (2004) considera que através de políticas públicas intituladas de "populares", a lógica de mercantil encontra espaço para se estabelecer.

> A mercantilização da educação, promovida politicamente, ao se apoiar no problema do acesso e permanência do aluno no ensino superior, consolida o novo desenho das esferas pública e privada, (...) [com vistas a resolver o problema econômico] da inadimplência de muitas instituições de educação superior do setor privado (...) [e implantar um] novo paradigma educacional que se pretende implementar no Brasil (SILVA JR, 2004, p. 18).

Não obstante, enquanto instrumento de disputa de mercado, a educação superior passa, em nome da "liberal" igualdade de oportunidades, a legitimar a desigualdade de condições reais de educação. Torna-se também um produto que pode ser privatizado ou mercantilizado, vulnerável aos preceitos do mercado de serviços.

> O setor social parece tratado de forma emergencial, com destaques para a educação em seu nível superior. A prioridade é a política econômica (contenção inflacionária e ajuste fiscal, ao lado da sustentação do capital como base para serviços outrora da esfera pública) e sua construção por meio da aliança contraditória do governo com as agências multilaterais, o capital industrial brasileiro e a sociedade civil redesenhada e com novas responsabilidades outrora deveres do Estado (SILVA JR, 2004, p. 18).

A nova reforma do ensino superior estende o processo de privatização desta área educacional, cuja presença do poder privado, anteriormente já bastante proeminente, ganha força, assim como reforça também a inclinação de captação e transferências de recursos públicos para o setor privado através de isenções ficais ou de subsídios estatais.

Um processo que, de acordo com Roberto Leher (2004), sob a reforma universitária conduzida pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, também corrobora com as amarras do país com o poder do capital estrangeiro, através de uma significativa

> política de governo absolutamente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais indicadas pelos organismos internacionais do capital (...) [e que] permanecendo nesta direção, dificultará a possibilidade de ruptura do Brasil com o capitalismo dependente que marca nossa história (LEHER, 2004, p. 44).

No sentido do aprofundamento da privatização da educação superior no Brasil, Deise Mancebo (2004) também debate a Reforma Universitária do Ministério da Educação do governo presidido por Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Mancebo (2004), essa nova reforma é mais um reflexo da ascensão das políticas neoliberais no país, em que o Estado busca diminuir ao máximo suas ações sociais e gastos públicos diretos, para abrir novos e maiores espaços ao mercado e à acumulação do capital privado.

No que se refere às políticas públicas para a educação, a concessão de subsídios Estatais cresce em importância. Essa ação, no ensino superior, pode ser vista, por exemplo, no incremento de programas de crédito educativo como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), em que parte vagas ociosas nas instituições privadas são preenchidas por alunos bolsistas[16].

No entanto, Mancebo (2004) argumenta, em face da ascensão da política neoliberal no país, que

> sob essa perspectiva, o atual governo herdou, de um modo geral, uma intensa desarticulação do setor público, da qual as universidades não foram poupadas, podendo-se mesmo afirmar que, nos anos que precederam a posse de Lula, elas também viveram uma 'reforma universitária', pautada pela crítica à presença do Estado em todas as esferas da vida nacional, o que as submeteu a políticas de austeridade, com salários arrochados e recursos para manutenção e investimento progressivamente diminuídos, de modo que o quadro geral das instituições de educação superior era (ou ainda é) de crise (MANCEBO, 2004, p. 849).

Diante de um quadro de presença anterior, prosseguimento e de perspectivas de novas crises para a educação superior, ou seja, a crise como um elemento que permanece na realidade educacional e social brasileira, as iniciativas governamentais insistem nas propostas de incentivo à privatização e na promoção de iniciativas empresariais na educação.

No próprio exemplo do Programa Universidade para Todos, agora já instalado, Mancebo (2004), via em sua análise, a propósito das tendências de reforço da privatização na esfera do ensino superior, não uma falta inerente e instransponível de recursos e financiamentos para a educação pública, mas sim uma maior disponibilização de verbas públicas e de iniciativas de incremento para o setor privado.

---

[16] A concessão do beneficio visa atender aos alunos selecionados que realizaram todo o ensino médio na rede pública. Professores de escolas públicas sem diploma de nível superior também podem solicitar o beneficio. Além disso, parte das verbas destinadas ao programa de subsídio das mensalidades visa atender cotas estabelecidas para negros, pardos e indígenas assim declarados.

> Caso implementado, o PROUNI não implicará, propriamente, uma redução dos recursos estatais destinados à educação superior pública, todavia colocará em curso um mecanismo de realocação de verbas públicas para a iniciativa privada, aquelas até então auferidas com a cobrança fiscal e que deixarão de sê-lo para a compra de vagas no setor educacional privado. Assim, o que está em jogo com esse programa não é o "afastamento" da ação estatal, senão sua reconfiguração quanto à esfera do ensino superior (MANCEBO, 2004, p. 852-853).

A concessão de bolsas de estudo, seja através de programas governamentais, como o PROUNI, ou feita pelas próprias instituições, como no caso da FUNEC, favorece fundamentalmente às instituições, economicamente ou a sua atratividade, do que propriamente o acesso e a permanência do aluno no ensino superior.

O PROUNI, contribui, portanto, para a conservação da seletividade social via educação, para um ensino voltado para a reprodução do conhecimento e para o trabalho especializado (MANCEBO, 2004).

Para Mancebo (2004) trata-se de todo um programa político que contribui para a fragilização das universidades públicas existentes no país. Fragilização de suas possibilidades de ampliação e desenvolvimento autônomo. Trata-se também de favorecimento da privatização de tais espaços públicos, via entrada do mercado através de financiamentos, parcerias empresariais e promoções publicitárias.

Além disso, tal quadro favorece a desigualdade entre instituições públicas, entre cursos e entre áreas científicas, onde ficam os "nichos de excelência" de um lado e a concorrência e as precariedades de todo tipo de outro.

No quesito finalidade da educação superior, também de acordo com Mancebo (2004) há a preponderância, na nova Reforma Universitária, à formação para o mercado de trabalho, ou para o que é considerado "mundo do trabalho", ainda que a escassez deste mercado seja um problema crônico atual.

> Sob o título de RU [Reforma Universitária], a formação profissional é que, de fato, tem assumido a centralidade dos debates, o que acaba por confundir a todos quanto às funções da universidade, pois aparentemente a reduz a um dos seus aspectos – o ensino dedicado, sobretudo, à formação profissional. Esta é, sem dúvida, uma das importantes missões da universidade, a qual, no entanto, como instituição, tem papel social muito mais abrangente (MANCEBO, 2004, p. 856).

O dilema das finalidades da educação superior, para Alberto Moreiras (2001), inflige constrangimento ao papel cultural e científico da Universidade no mundo, e compromete sua posição dentro das sociedades modernas. Ao comentar um outro autor, Moreiras (2001) analisa a questão da seguinte perspectiva:

> Em sua obra sobre a função atual da universidade, Bill Readings afirma que "falar da universidade e do Estado é contar uma história sobre o surgimento da noção de cultura. (...) A universidade e o Estado que conhecemos são essencialmente instituições modernas, e (...) o surgimento do conceito de cultura deveria ser compreendido como um modo particular de se lidar com as tensões entre essas duas instituições da modernidade". Para Readings, a universidade hoje "está diligentemente deixando de ser um braço ideológico do Estado para se tornar uma empresa voltada para o consumidor, organizada burocraticamente e de forma relativamente autônoma". Isso significa, em primeiro lugar, "que a noção de cultura com a idéia legitimadora da universidade moderna chegou ao fim de sua utilidade". E, em segundo lugar, que "não mais concebemos a universidade dentro do horizonte histórico de sua auto-realização" (MOREIRAS, 2001, p. 106-107).

Para Moreiras (2001), no pano de fundo deste cenário está o neoliberalismo, entendido como uma verdadeira subsunção da sociedade ao capitalismo, sobretudo sob a forma de capital financeiro. Este, mostra-se como uma intensificação do capitalismo e não um sistema alternativo ou "uma ruptura ou fissura absoluta entre o antigo e o novo, mesmo se e mesmo quando se pode demonstrar serem o novo e velho de fato diferentes" (MOREIRAS, 2001, p. 324).

Este contexto mais ampliado nos remete novamente à tendência dominante nas sociedades de mercado, que generalizam um certo modelo escolar onde a educação é considerada como um bem pessoal *a priori* (ou unicamente) privado.

Neste contexto, se estabelece uma ideologia que quer se justificar em cima do fato de que a educação, enquanto propriedade privada, carece de investimentos, de capitalização, em vista de retornos e rendimentos futuros, e que ao se tratar de um produto a serviço dos interesses particulares a sua privatização aparece como conveniente.

Do ponto de vista ideológico da privatização da educação, ao passo que a educação em nível superior encontra-se num grau mais elevado de valorização social, mediante o retorno econômico que é capaz de produzir, essa valorização social é utilizada também como um dos pontos de apoio para o estabelecimento e a consolidação de instituições superiores de ensino como empreendimento comercial.

A lógica de mercado vigente no ensino superior, versão privada, ou seja, de formação individual utilitarista, e versão empresarial, de irradiação econômica-financeira, legitima a ofensiva mercantil sobre a educação superior, embora tanto a oferta quanto a procura contem com opções controladas e, sobretudo, com necessidades pré-determinadas para os "consumidores" de educação.

Fora a concorrência entre instituições, por exemplo, por alunos, entre as particulares e as públicas de ensino pago, e por investimentos, entre as públicas, para os alunos pretendentes ao ensino superior não existe uma soberania de consumidor ante um "mercado educacional". Isto a contar com as próprias determinações do mercado de trabalho, da pouca diversificação entre as opções mais correntes no ensino superior, bem com diante das desigualdades sociais.

Portanto, não há para os estudantes um mercado em que possam escolher livre e igualmente entre as opções a eles colocadas. Tampouco existem informações claras, formuladas sem ambigüidade, que explicitem que tal lógica de mercado não realize efetivamente a melhor alocação dos recursos públicos ou privados disponíveis.

Para Chistian Laval, o que de maneira geral é entendido por mercado educativo

> é, em realidade, um dispositivo social oficioso de auto-seleção que, por trás dos argumentos falaciosos da racionalidade do interesse próprio, permite triar socialmente, até mesmo etnicamente, os alunos, em sociedades hierarquizadas que têm a dupla característica de conhecer uma escola de massa e de afixar valores que interditam uma segregação oficial aberta. A invocação das virtudes da descentralização, da autonomia da escola e do papel de escolha dos pais mascara, assim, a nova 'aliança' social formada em torno dos membros das classes superiores e das novas classes médias que partilham os valores gerenciais de eficácia, de competição e dispõem de recursos materiais e culturais suficientes para se sair bem da situação delicada do jogo em um sistema de livre escolha (Laval, 2004, p. 178).

Entretanto, as formas de mercantilização da educação superior, embutidas nas concepções e nos espaços educacionais, se aplicam a variados produtos, desde os objetos de comercialização mais diretos, às investidas publicitárias, aos conteúdos de ensino, aos diplomas, às finalidades da formação profissional (mais ou menos qualificadas e mais ou menos vantajosas), que adaptadas às necessidades da economia em geral transformam as escolas em empresas (re)produtoras e comercializadoras de produtos específicos.

> Quando cada vez mais produtos educativos passam pelo mercado, quando as escolas têm tendência a se transformarem em empresas concorrentes, nos deparamos com uma comercialização da atividade educativa. Isso, sem dizer que esses fenômenos são ligados entre si de múltiplas maneiras, na medida em que de início são regidos pela tendência que quer que nenhuma atividade, nenhum espaço e nenhuma instituição escapem à integração no capitalismo. O que é questionada a cada vez, é a autonomia tanto do espaço como da atividade educativa, autonomia que se torna difícil de defender em um mundo inteiramente regido não somente pelo comércio real, mas pelo imaginário do comércio generalizado (LAVAL, 2004, p.113).

De forma geral, o aumento contínuo da procura por educação escolar em âmbito mundial, somado à capacidade e disponibilidade de envolvimento econômico das instituições educacionais, fazem do setor, como argumenta Laval (2004, p. 114), um mercado promissor para os investimentos empresariais, pois "a educação é objeto de despesas que crescem mais rápido que o nível de vida, nos países ricos. 'Bem de investimento', ela é e será causa de despesas crescentes das empresas, dos casais, dos Estados, com vistas a um aumento de rendimento futuro".

Desse modo, ainda que o crescimento do setor educacional aconteça de maneira desigual entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (e também internamente nos países), as degradações no ensino tendem a criar cenários favoráveis ao setor privado, ao passo que o predomínio das más condições do ensino público podem fortalecer as soluções da iniciativa privada como as "mais eficazes", sob a tal lógica de mercado.

> As despesas educativas representam entre 20% e 30% das despesas públicas segundo os países e numerosos autores e responsáveis políticos consideram que as finanças públicas não podem suportar, sozinhas, seu crescimento futuro, especialmente no nível dos estudos superiores e da formação profissional. Segundo a OCDE, o aprendizado pela vida suporia um apelo cada vez mais maciço a fontes de financiamento privadas, quer se tratem de empresas ou de famílias (LAVAL, 2004, p. 115).

A educação como uma fonte de rendimentos privados, individual ou empresarial, passa a existir em função destes fatores e se torna tanto mais lucrativa, contrariamente à atividade-fim, na medida em que aproveita a elevação, pelas políticas públicas educacionais, do direito à escolaridade a um maior número de estudantes, assim como da inclusão de anos, graduações e qualificações nos sistemas de ensino do que se considera básico ou necessário. Uma prerrogativa para aqueles podem comprar ou realizar mais tais serviços e, assim, se diferenciar social e economicamente.

Outros fatores de expansão do mercado educacional, também com melhores conseqüências individuais e empresariais para os que se encontram em condições de se ligarem a esse movimento de modo contínuo, correlacionam-se em grande medida aos avanços tecnológicos e sua massificação em escala mundial que, por sua vez, requerem novos instrumentos, conhecimentos e habilidades funcionais, e estimulam assim os empreendimentos e espaços empresariais.

Todavia, nesse contexto, segundo Laval (2004), o ensino superior e certas áreas específicas desse nível, é que ocupam um lugar preponderante, pois a

> constituição de um 'mercado mundial da educação' não afeta efetivamente da mesma maneira todos os níveis e todos os domínios do ensino. É principalmente o nível superior e são sobretudo as matérias mais próximas da atividade econômica, voltadas para a concorrência mundial e cujos códigos são, poder-se-ia dizer, os mais universais (administração e tecnologia), que estão mais avançados nesse caminho (LAVAL, 2004, p. 116).

Portanto, não constitui acaso o fato da educação e produtos derivados serem apresentados como um negócio muito rentável. Assim, as nações desenvolvidas buscam atrair estudantes estrangeiros, desenvolver e agenciar convênios educativos, entre outros produtos ou "pacotes" educacionais, tratados como mercadorias, e pelos quais se efetivam transações comerciais de vulto a partir dos serviços da educação.

Os países que mais realizam transações comerciais a partir das atividades educacionais são os Estados Unidos, em primeiro lugar, e a França em segundo lugar, segundo Laval (2004, p. 120). Para este autor, são estes dois países os maiores exportadores de serviços educacionais do mundo.

> Os responsáveis pelo comércio exterior nesses países buscam, ao mesmo tempo, vender a formação e o savoir-faire, vender produtos e a desenvolver oportunidades de investimento ao mesmo tempo drenando os cérebros freqüentemente formados, em parte, às expensas dos países mais pobres. O essencial das receitas nesse mercado mundial apega-se, ainda, no momento, a vinda de estudantes estrangeiros, os quais trouxeram, em 1998, 7,5 bilhões de dólares para a economia americana. Atualmente, as universidades americanas acolhem cerca de 500.000 estudantes estrangeiros (LAVAL, 2004, p. 117).

Contudo, para Laval (2004), a educação superior, embora frente às investidas transnacionais de um mercado global, ainda está longe de ser completamente estruturada como um campo exclusivo da organização internacional dominante, e mesmo se encontre livre dos vários embaraços das políticas estatais nacionais.

Nesse sentido, mesmo que vários Estados-Nações tenham fragilizado suas políticas controladoras das forças de mercado transnacionais e também suas ações sociais em educação, esta continua, ainda em grande parte, condicionada pelas tradições e estruturas nacionais (LAVAL, 2004).

> O Estado continua a ter, no momento, um papel preponderante na organização dos estudos e na definição dos diplomas. O exemplo das business schools e de algumas das formações de ponta em informática está longe de ser generalizada. (...) Os organizadores do WEM (World Education Market) de Vancouver, no fim do mês de maio de 2000, delineavam claramente a estratégia a seguir: trata-se de 'favorecer o desenvolvimento de transações comerciais' no domínio educativo com o objetivo de 90 bilhões de dólares em 2005. Os objetivos são, de todo modo, explícitos: 'Na hora em que entrarmos na sociedade do conhecimento, é forçoso constatar que a educação entre na era da mundialização. A emergência de economias que privilegiam o acesso ao saber e

> a chegada de uma ampla gama de novas tecnologias a serviço da aprendizagem são seus motores' (LAVAL, 2004, p. 118).

Os serviços educacionais são, de toda maneira, essenciais para os países, especialmente para aqueles em desenvolvimento e que se encontram em situação econômica emergente sob o capitalismo, uma vez que necessitam de mão-de-obra qualificada, adaptada e que acompanhe as inovações tecnológicas e organizacionais das empresas, pois exigem atualizações para se manterem competitivas no cenário internacional. Pelo menos essa é uma ideologia em ascensão.

Para Laval (2004)

> é todo um mercado de grades curriculares e de títulos que poderia então se abrir no interior de um espaço mundial desregulamentado, dando meios suplementares de imposição simbólica e de dominação econômica às nações e às firmas dispondo de um potencial educativo já bem desenvolvido. A educação mundializada, se vem a se desenvolver como alguns prevêem, escaparia à soberania das nações para entrar de modo mais decisivo em uma era de homogeneização mundial dirigida pelas lógicas de mercado (LAVAL, 2004, p. 119).

Assim, informações trazidas por Laval (2004), apontam para o seguinte cenário, onde

> a delegação americana na OMC, aliás, anunciou claramente os objetivos estratégicos e as expectativas comerciais que os Estados Unidos mantém no domínio escolar: "Uma das vantagens mais fundamentais da liberalização do comércio dos serviços de educação é de aumentar o número e a diversidade dos serviços de educação à disposição dos membros da OMC. (...) O desenvolvimento dos serviços de educação estimula o investimento estrangeiro e a transferência de outras tecnologias importantes. Aumenta, igualmente, a demanda de toda uma gama de bens e serviços conexos, incluindo a produção e a venda de manuais e de material pedagógico destinados ao ensino e à formação" (LAVAL, 2004, p. 119-120).

Um cenário que reduz a qualidade da educação, induz à sua homogeneização e aproxima-a de um tipo de lógica de mercado onde as finalidades encaminham-se para a cega competitividade econômica e à acumulação privada de bens culturais e sociais, e retorno em direção a estas finalidades.

O contexto local ou global da educação superior gira em torno de números, estimativas, propagandas, compras, vendas onde tudo se torna produto, pacote comercializável. Produtos educacionais transformados em itens mais ou menos atrativos aos consumidores de educação e aos investidores e administradores.

> A globalização da educação em série parece abrir um mercado considerável às empresas pela venda de produtos educativos. O mercado mundial do ensino superior em série teria passado de 1996 a 2002, segundo as estimativas, de 97

> milhões de dólares a 3,9 bilhões, o mercado de programas educativos de 1996 a 2000 já passou de 2,3 a 6,2 bilhões; quanto ao número de títulos de CD-Rom educativos, triplicou de 1998 a 2000. O mercado potencial é estimado em muitas centenas de bilhões de dólares pela firma de investimento Lehman Brothers. Desde já, a criação das primeiras universidades americanas de prestígio, gratuitas para o utilizador mas patrocinadas pela publicidade são prognosticadas (Laval, 2004, p. 131-132).

Publicações de várias reportagens sobre as vantagens do ensino superior também apontam para o interesse comercial por esta área de atuação pelos meios empresariais.

Entre algumas publicações de cunho jornalístico, destacamos um artigo da revista França-Brasil, uma publicação bimestral da Câmara de Comércio França-Brasil, em que há demonstrações, através de uma composição de números (custos, benefícios etc.), histórias de personalidades intelectuais, instituições de ensino superior francesas e do por que estudar na França pode ser um "bom negócio" (FRANÇA-BRASIL; CHIBLI, 2005).

De acordo com o artigo da revista França-Brasil, o governo francês pretende desenvolver uma série de ações para modificar o panorama da atratividade do ensino superior francês no Brasil, a fim de receber mais estudantes brasileiros. Uma dessas ações foi a edição de uma feira do ensino superior francês realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 2005 (FRANÇA-BRASIL; CHIBLI, 2005).

Este evento, chamado "Salão EduFrance", trouxe informações sobre mais de 100 estabelecimentos de ensino superior franceses. E, "EduFrance" também é uma rede de agências francesas que atuam na promoção do ensino francês em várias partes do mundo (FRANÇA-BRASIL; CHIBLI, 2005).

Em outra uma reportagem, a do jornal eletrônico da revista Valor On-line (VALOR ON-LINE; MANDL, 28/06/2005, 1º Caderno), a repórter Mandl, comenta sobre as boas perspectivas de crescimento do setor de ensino superior no Brasil (www.valoronline.com.br).

Segundo os dados apresentados na reportagem do Valor On-line, o governo brasileiro tem investido mais no ensino fundamental, o que fará crescer o contingente de estudantes hábeis ao ensino superior no país. Além disso, a reportagem relata a criação pelo Banco Pátria de um fundo de investimentos em participações para a aquisição de escolas de ensino superior no Brasil, e a compra por este próprio banco da "Anhanguera Educacional", uma rede de dez faculdades no interior do Estado de São

Paulo com cerca de 18 mil alunos (VALOR ON-LINE; MANDL, 28/06/2005, 1º Caderno).

> Esta não é a primeira vez que fundos de investimentos aplicam em educação. O americano Apollo Group, por exemplo, se associou ao grupo mineiro Pitágoras, do ministro do Turismo Walfrido Mares Guia. Mas é algo novo para um país em que só a partir de 1997 a legislação permitiu a existência de escolas com fins lucrativos. Depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que abriu a possibilidade de lucro, alguns investidores começaram a olhar mais atentamente para o setor. A Ideal Invest criou em 2001 fundo de recebíveis de mensalidades de faculdades para financiar as escolas de ensino superior. Segundo Oliver Mizne, sócio da Ideal Invest, seus investidores ainda são pessoas físicas e institucionais de pequeno porte. "O setor hoje passa por uma consolidação porque a maioria das escolas é muito pequena e não terá escala para sobreviver. Algumas escolas vão se destacar como consolidadoras, por isso investidores financeiros estão interessados", diz Mizne" (VALOR ON-LINE; MANDL, 28/06/2005, 1º Caderno).

Em entrevista à revista @prender Virtual – O Mundo da Educação, Simon Schwartzman (30/04/2004), fala também sobre a mais recente expansão do ensino superior no Brasil.

Nesse sentido, aponta um crescimento do ensino superior brasileiro, mas vê o setor privado continuar a ocupar um lugar preponderante na disponibilização de vagas. Vê também uma demanda bastante reprimida para este nível de ensino, dada a não universalização do ensino médio e a baixa renda da maioria dos estudantes. Ainda assim, considera que a expansão do setor "parece evidenciar que se trata de um segmento econômico dotado de grande dinamismo" (SCHWARTZMAN, 2004).

Das distinções entre o ensino superior do Brasil e o dos demais países da América Latina, Schwartzman (2004) coloca de um lado os países em que o ensino público é mais forte, com universidades com 200 a 300 mil alunos, dependendo do país, mas que compõem os casos mais numerosos entre os países da América Latina. Universidades com acesso livre, porém com alta evasão e qualidade heterogênea. De outro lado, países em que o ensino público é mais elitizado, "fechado", como o Chile, a Colômbia e também o Brasil, onde o setor privado encarrega-se da "educação de massa".

Para Schwartzman (2004), os problemas das escolas particulares de nível superior no Brasil, de inadimplência, evasão e vagas não preenchidas, podem piorar nos próximos anos e impor limites à própria expansão do ensino superior, já que o predomínio da rede particular impera no país.

Não obstante, entende que o setor privado continuará a crescer, principalmente na modalidade dos cursos de curta duração, ainda que um crescimento sob perspectiva de crise e que em breve deverá sofrer ajustes.

> A reação das entidades privadas tem sido a de acirrar a concorrência entre si, através de agressivas campanhas publicitárias, rebaixamento do valor das mensalidades, localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos, facilidades de ingresso e algumas poucas instituições tentando atrair alunos pela qualidade do ensino. Assim, o sistema parece caminhar para um período de ajustes, onde provavelmente ocorrerão fusões, vendas e desativação de cursos e programas, pois o mercado, com uma oferta que ainda não parou de crescer, não parece ter lugar para todos (Schwartzman, 2004).

Desse modo, a lógica de mercado tem beneficiado no Brasil a proliferação das instituições particulares de ensino superior, a instrumentalização desse nível de ensino em favor das atividades econômicas e a acentuação da desproporção entre as públicas e privadas.

Contraditoriamente, o viés mercadológico da expansão do ensino superior também compromete o acesso e a permanência a um número maior de estudantes neste nível educacional, pois se deparam com as dificuldades de manter o ensino pago, e assim mantém sob controle o próprio crescimento da formação superior no país.

A mercantilização do ensino superior, como parte de um contexto capitalista mais abrangente, a conservar e alimentar contradições e desigualdades de toda ordem, apóia-se nas implementações de políticas públicas de incentivo aos setores empresariais correlatos, e nas desobrigações estatais que lhes abre espaço.

Uma "eficácia" da lógica de mercado, no terreno da educação superior brasileira, que coloca a ideologia do "livre mercado" num plano puramente discursivo, pelas manipulações e restrições políticas, internas e externas ao país, que afetam até mesmo o par oferta e procura, tanto no ensino público quanto no privado.

Tal lógica, ao impor parâmetros homogeneizados, quantitativos e qualitativos, ao ensino superior no Brasil, cria uma situação que desestabiliza e fragiliza de sobremaneira as instituições e a formação educacional, portanto, as posições e o desenvolvimento social e econômico do país em face das circunscrições do próprio mercado mundial.

A ausência de garantias para uma educação superior autônoma, como um direito amplo e um bem público enfraquece as funções sociais do Estado, que

possivelmente situa as conseqüências da conjuntura política imediata, mas se torna cada vez mais incapaz de controlar os estragos provocados pelo mercado capitalista global.

Capítulo 3: A educação superior a serviço das relações de produção capitalistas

Os impulsos de expansão do ensino superior no Brasil não encontram respaldo apenas nos diversos tipos de investidas mercadológicas ou de conveniências políticas que podem se beneficiar da transformação de instituições dessa natureza em atividades econômicas ou geradoras de economia.

Determinações de outra ordem, embora ainda pertencentes a esfera econômica, para a expansão do ensino superior, dizem respeito à mudanças nas relações de trabalho capitalistas e nas exigências do mercado de trabalho, que implicam em modificações, ou ampliações, da qualificação dos trabalhadores. Assim, empresas passam a interferir na educação escolar em geral, bem como na formação especializada de nível superior, com conseqüências sobre as demandas de ensino superior.

Nesse último sentido, o aumento da procura pelo ensino superior, especialmente por aqueles com possibilidades de realizar a formação universitária, tem se dado em larga medida mediante a busca por melhores condições de inserção no mercado de trabalho e de competição por melhores postos de trabalho, em um mundo onde os empregos escasseiam e o desemprego justifica a degradação do trabalho.

No que tange às Faculdades de Santa Fé do Sul, a sua recente expansão, conseqüentemente, também se encontra ligada ao atual processo de massificação do ensino superior no Brasil, incentivado por medidas políticas governamentais mercantis, apoio destas ao setor privado, somadas às novas determinações, generalizadas, do mundo do trabalho.

Portanto, em vista de um contexto ampliado, das relações socioeconômicas contemporâneas enlaçadas na educação superior, propomos neste momento delinear o horizonte das determinações produtivistas do mundo do trabalho sobre o ensino superior brasileiro.

Assim, das diversas análises que podem existir a partir das relações entre educação e trabalho, propomos discutir a atual sobreposição do mundo do trabalho capitalista na educação superior. Neste capítulo, examinaremos as atuais ligações da educação superior com as mudanças no mundo do trabalho, no sentido da apropriação dessa área educacional para fins de formação especializada determinada e de

reclassificação social, conforme as subdivisões estratificadas do sistema econômico operante, e, de outro ponto de vista, sobre as transformações nas relações de trabalho a partir do processo de expansão do ensino superior.

O ensino superior, como via de qualificação profissional mais específica e aprofundada, constitui, dessa maneira, uma área fundamental para a formação de recursos humanos com maior qualificação, bem como para as transformações destes "recursos humanos", ou sociais, conforme a lógica capitalista de exploração-acumulação.

No que se refere aos novos processos de trabalho, estes se encontram derivados sobretudo do modelo industrial de produção. Atualmente há principalmente a substituição, ou alteração, do padrão produtivo "taylorista-fordista" para padrões mais flexibilizados e desregulamentados, dos quais a "acumulação flexível" e o modelo japonês ou "toyotismo" constituem as manifestações mais significativas[17].

Dentre as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho, estão a migração dos empregos para o setor terciário ou de serviços, uma importante diminuição da classe operária, assim como o aumento das exigências de qualificação para os trabalhadores de todos os setores econômicos.

Entretanto, o aumento das exigências de qualificação rumo ao ensino superior nem sempre está correlacionado a um aumento da complexidade do trabalho, ainda mais nos casos quando este se torna mais intenso, ou ampliado, do que difícil. Ainda assim, a ampliação da qualificação profissional pode representar para o trabalhador melhores chances de inserção e de permanência no mundo do trabalho legalizado, e para o capital empresarial maior rigor no trabalho e valor agregado ao produto.

A correspondência entre educação e trabalho não é de hoje, tampouco constitui novidade na literatura educacional. Historicamente, desde a expansão do ensino público pós-revolução industrial, a educação escolar tem estabelecido sua estrutura de organização de modo muito semelhante à adotada pelo mundo do trabalho:

---

[17] As principais características do "taylorismo-fordismo" são associadas à produção de mercadorias feitas em larga escala, através de unidades produtivas concentradas e verticalizadas, sob um rígido controle do tempo e movimentos repetitivos do operariado. O "toyotismo", criado a partir da fábrica da Toyota, no Japão do pós-1945, diferencia-se do "fordismo" na medida em que constitui um modo de produção mais diversificado, horizontalizado e atrelado à demanda, além da transferência a terceiros ("terceirização") de parte da produção. O trabalho é feito em equipes ou células de produção, que somam as funções operárias, polivalentes, ao maquinário, e "aproximam" (para melhor explorar a força de trabalho) as tarefas de concepção e execução (Ver: ANTUNES, 2004).

a fragmentação e o controle do tempo e dos conteúdos, a seqüência linear dos processos educativos, a falta de liberdade, são apenas alguns dos aspectos da correlação entre educação e trabalho.

A incorporação e o domínio sobre os procedimentos da esfera do trabalho, que Mariano Fernández Enguita (1991) colocou como objetivo básico e prioritário da socialização, via escolarização, desde o surgimento das sociedades industriais, passa agora a alcançar um sentido ainda mais preponderante, face ao atual estágio capitalista, de maior competitividade, adequação dos desempenhos individuais e avanço do desenvolvimento tecnológico.

Especificamente no cenário da educação superior, segundo Beatriz Couto (2001), o modo de produção acadêmico também se reporta ao mundo do trabalho e envolve, por exemplo, no que diz respeito à organização do trabalho de pesquisa, uma

> divisão hierárquica entre concepção e desenvolvimento; o parcelamento de tarefas; a adoção de frentes de investigação que se instruem em tempo real; a internalização da instância crítica; a definição externa – ainda que negociada quanto à sua factibilidade tecno-científica – dos objetivos do trabalho; e, evidentemente, a independência dos processos em relação às escolhas éticas de cada pesquisador, que passa a ser apenas um elo sempre substituível numa engrenagem (COUTO, 2001, p. 76).

Portanto, as relações entre educação e trabalho não se limitam aos aspectos formativos, de qualificação ou de treinamento para o trabalho, embora estes aspectos sejam de importância capital, mas se encontram amplamente situadas dentro dos moldes capitalistas, em direção à produção de valor do capital.

Desse modo, na contemporaneidade, os interesses econômicos em vista à acumulação de capital alcançam uma dimensão social totalitarista. Em relação ao âmbito educacional, vão dos objetivos de aumento do ritmo, qualidade e intensidade do uso da força de trabalho humano, de sua exploração pelo empresariado, à ampla composição e conformação social, bem como à valorização comercial dos resultados do trabalho, mediante a atual organização hegemônica das relações de produção capitalistas e de divisão social do trabalho (intelectual versus manual).

Ainda nas palavras de Couto (2001), a

> luta das empresas e do governo tem sido, desde o final da II Guerra, impor o controle sobre a autonomia do trabalho intelectual: mecanismo interno à esfera da produção que facilitou o avanço capitalista atual, normalmente batizado de sociedade do conhecimento, mas que é necessário nomear como capitalismo do conhecimento. É do controle do produto do trabalho intelectual, bem como da direção a ser dada à pesquisa, que o capitalismo extrai superlucros de inovação que garantem o avanço neoliberal que vivemos (COUTO, 2001, p. 76).

Nesse sentido, na esfera da produção social capitalista, das novas tendências no mundo do trabalho, para além das formas e modelos usuais que ainda permanecem, algumas inovações tecnológicas e organizacionais trazem, de modo geral, uma maior valorização do trabalho multifuncional e em equipes, o controle de qualidade dos produtos, o desenvolvimento técnico-científico contínuo dos meios de produção, a aquisição e atualização de informações e a aprendizagem e reciclagem do trabalhador em todos os níveis da cadeia produtiva.

É um cenário condizente e derivado do trabalho industrial, como já apontamos, ou seja, das atividades econômicas feitas em larga escala e, em geral, de baixa complexidade. Entretanto, salientamos também que tais atividades influenciam diretamente o tipo de formação educacional realizada pelos sistemas de ensino em todos os níveis de aprendizagem e demandam esforços políticos constantes para a manutenção desse sistema.

Nesse sentido, no que toca especificamente ao trabalho intelectual, realizado a partir da produção acadêmica em nível superior de ensino, Couto analisa que também está

> em pauta, pois, a transformação do intelectual em produtor e, da obra, em produto ou mercadoria. Ou seja, junto com a tão propalada mercantilização do produto do trabalho intelectual veio, como aliás não poderia deixar de ser, a transformação do próprio intelectual em mercadoria, a forma de relação produtiva exigida pelo capitalismo (COUTO, 2001, p. 77).

> (...) A universidade destaca-se no panorama das burocracias científicas, culturais e artísticas pela peculiaridade de ser a única instituição em que todos os campos de saber se confrontam em bases cotidianas e por isso, o lugar social em que deverá se definir a forma comum de subsunção do trabalho intelectual concreto por sua transmutação em trabalho abstrato (COUTO, 2001, p. 79).

Ressaltamos que a transformação do saber intelectual em mercadoria, em relação ao produto e ao produtor, constituiu um importante motivador das políticas públicas educacionais, e propulsor da expansão atual do ensino superior no Brasil, especialmente pelas características empresariais e mercantis das política de expansão, que tratam a educação como negócio adjacente ao capital.

Portanto, em relação ao atual processo de extensão da privatização do ensino superior brasileiro, a sua correlação com a subsunção das funções intelectuais ao modo de produção capitalista se dá não apenas no que se restringe à ampliação da capacitação de uma mão-de-obra especializada submissa ao capital, mas também no

novo desenho das relações de trabalho, na manutenção atualizada da hierarquia da divisão social do trabalho.

Em relação ao ensino superior, na divisão social do trabalho, de um lado situam-se as funções de concepção, altamente valorizadas e que geralmente são realizadas por aqueles (poucos) cuja formação superior se deu nos "centros de excelência" (no Brasil, em geral, nas universidades públicas), e, de outro as funções de execução, realizadas, também em geral, pelos (muitos) relegados às instituições de ensino pago (como, por exemplo, a FUNEC).

Nesse contexto, sob o rótulo de empreendedorismo pedagógico há uma gradativa incidência das novas técnicas empresariais na administração escolar e no trabalho em sala de aula, não apenas no ensino superior, mas em todos os níveis de ensino.

Tal estratégia, na qual os termos "gestão" e "empreendedorismo" ganham destaque, se justificaria na medida de uma necessária e contínua reestruturação educacional, para fazer a escola produzir qualidade de ensino e acompanhar os avanços da sociedade informacional. A adaptação a essa lógica, ao somar, por exemplo, a ideologia do mérito e a da competência (do indivíduo ou do grupo), passa, em muitos casos, como uma estratégia social e educacional adequada e profícua, porém, as condicionalidades, e a falta de autonomia, são via de regra obnubiladas.

Para Lúcia M. W. Neves e Romildo R. Fernandes (2002), no pano de fundo deste cenário está a reestruturação produtiva, técnica e científica, iniciada nos países centrais do capitalismo, como fruto das necessidades de ajuste e de expansão do capital após sua crise de acumulação, deflagrada na década de 1970, e que incidiu diretamente sobre o ensino superior brasileiro, de forma qualitativa e quantitativa: qualitativamente para baixo e quantitativamente para cima.

> Do ponto de vista quantitativo, a expansão da educação superior, em vista da formação profissional específica e mais qualificada que é capaz de promover, passou a ser requerida em um mundo onde se instaurava "um novo nexo entre ciência, vida e trabalho e entre saber e poder" (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 22).

Assim, também o agravamento da crise do emprego, a intensificação da competitividade entre empresas e por postos de trabalho – constituídos como problemas mundiais, embora tenham atingido os países periféricos do capitalismo de forma avassaladora –, colocaram a expansão do ensino superior na pauta de governos, empresas e trabalhadores.

No Brasil, quanto à remodelação da educação em nível superior de ensino, a partir da reestruturação produtiva em que o país embarcou efetivamente a partir da década de 1980, passou a ser concebida como pólo fundamental de irradiação e de formação técnica e científica, responsável não apenas pela formação para o mundo do trabalho mas, correlata a esta formação, também pelo aumento da produtividade e da competitividade empresarial, em um sistema financeiro governado pelos investimentos externos e pelas oscilações políticas e econômicas das transações mundiais do comércio.

> A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades, a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da História (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26).

Os mesmos autores apontam também para outros determinantes políticos e sociais presentes no caso brasileiro na implementação das mudanças educacionais no ensino superior rumo aos novos ajustes capitalistas, principalmente o modelo neoliberal de políticas assumido pelo Estado e a reestruturação dos sistemas educacionais, de forma dirigida reivindicada pela sociedade civil.

Nesse contexto, outros determinantes são apontados da seguinte maneira:

> nos países subdesenvolvidos, o padrão neoliberal de desenvolvimento, sob a direção dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI), vem-se caracterizando pela maior inserção do capital financeiro e produtivo internacional na economia nacional, pela ampla abertura a importação de bens e serviços, pelo privilégio dos subsídios estatais aos setores exportadores (em geral, oligopólios de capital multinacional) e pela desregulamentação das relações de trabalho, no sentido de garantir maiores níveis de superexploração da classe trabalhadora (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 25).

Entre as reivindicações sociais figuram aquelas a propósito de melhorias nas condições e na qualidade do ensino brasileiro, feitas através dos "vários sujeitos políticos" (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26), onde se diferenciam socialmente, fica salientado, os tipos de reivindicações, mediante os interesses políticos e os de classe, considerados admissíveis pelas posições neoliberais injetadas no país por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial.

Temos, então, um "novo" modelo de trabalho, talvez mais apropriadamente uma nova organização deste, que não produz uma maior independência do trabalhador, pelo contrário cria sua dependência muito mais ampliada

ao sistema de produção. Isto, não apenas pela maior distensão e homogeneização do trabalho, mas também pelas instabilidades a que se vê submetido o trabalhador no emprego, pois de um lado há o excesso de trabalho, de outro o desemprego. O contingente de desempregados constitui-se, dessa maneira, como um fator a mais de pressão social e de competitividade conformadora dentro e fora dos empregos.

A introdução generalizada de novos métodos organizacionais no trabalho visou, sobretudo, a monopolização de empresas fortes no mercado, a minimização dos custos e a maximização dos lucros, e ao aliar tecnologia, novas estratégias de produção e trabalhador polivalente, além de sobrecarregar aqueles empregados, tem provocado imensa exclusão socioeconômica e demissões em massa. O que, de outro ponto de vista, reforça socialmente a credibilidade de que um aumento de qualificação pode ser traduzido em melhores possibilidades de emprego. A parcela de verdade dessa situação provoca, por esse lado, a valorização e o retorno aos bancos escolares.

Nesse sentido, as políticas públicas e projetos em educação no Brasil, à convergência das políticas internacionais, confrontam-se com as novas exigências dos padrões de produtividade, circulação e consumo estabelecidos e, em conformidade com estes, concepções e práticas formativas simétricas. Não obstante, com os movimentos de reestruturação econômica, compatíveis ao mesmo tempo com a acumulação empresarial e a desoneração pública estatal, rumo à generalização das privatizações.

Assim, entre os principais objetivos da atual política educacional brasileira, sob os moldes neoliberais, estão o incremento da reprodução da força de trabalho e a promoção da produtividade e da competitividade empresarial, conduzidos em âmbito interno e externo ao país. Isto no que diz respeito ao ensino e a (re)produção de conhecimento pela educação escolar em seu conjunto, e a educação superior, em particular.

> Pode-se afirmar hoje, com certa segurança, que a política educacional neoliberal realiza, de forma sistemática, a subordinação da escola, em todos os níveis, às demandas técnicas e ético-políticas da burguesia brasileira. As novas diretrizes educacionais adotadas pelo Brasil respondem aos imperativos do capital internacional para a América Latina e vêm sendo financiadas, como aliás todo o projeto de desenvolvimento, com recursos do Banco Mundial e do FMI (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26).

De acordo com Gaudêncio Frigotto (1999), no contexto da educação para formação de recursos humanos, as relações econômicas apontam a direção dos sistemas de ensino para a qualificação e requalificação do trabalhador, assim como para um controle de qualidade técnico profissional.

No Brasil, ainda segundo Frigotto (1999), crescentes investidas sobre o setor educacional ocorridas principalmente desde a década de 1980, teriam sido claramente orientadas por organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial. Nesse sentido, as reformas político-educacionais implementadas por aqui coincidiriam com as recomendações e exigências de tal entidade, a fim de mobilizar uma concepção produtivista de escola, cujo papel principal das instituições seria formar em cada indivíduo um "banco ou reserva de competências" e desenvolver "habilidades de conhecimento e de atitudes" definidas no e para o mercado de trabalho.

Enquanto política pública, as intenções de efetivar uma suposta elevação da qualidade do ensino e propiciar ao futuro trabalhador sua pretensa "empregabilidade", permitiria uma adesão inconteste às propostas do Banco Mundial para a educação nacional (FRIGOTTO, 1999).

Nesse sentido, para José Luis Coraggio (2000), em vários países periféricos do capitalismo a priorização dos investimentos governamentais passou a incidir, a partir da década de 1990, sobre o ensino básico (restrito), pois do ponto de vista do Banco Mundial esta alocação seria mais eficiente diante das relações de custo-benefício e dos "fatores de risco". Estes últimos dadas às imprecisões de longo prazo das demandas econômicas mundiais capitalistas.

Ademais, dentro do formato ideológico (pejorativo) das políticas do Banco Mundial para os países periféricos do capitalismo, as indeterminações do mercado, as transformações do mundo do trabalho e das tecnologias, também tornariam os investimentos públicos em ciência e tecnologia, e, especificamente, em nível superior, mais onerosos e temerários para estes países (CORAGGIO, 2000).

Daí decorre o forte incentivo e reforço, pelas políticas públicas no Brasil, amarrado às determinações do Banco Mundial mediante compromissos políticos e financeiros estabelecidos, ao setor privado de ensino superior, bem como, em decorrência, seu atual processo de expansão mercantilizado, sob as finalidades de conservação da dependência frente ao mercado internacional, onde o país possui uma situação subalterna.

Para Neves e Fernandes (2002, p. 29), as políticas públicas de incentivo às iniciativas privadas no setor de serviços e de organizações sociais, onde em especial estão situados os serviços educacionais, o Estado, assegurado no direito de definir, controlar e operar os sistemas de ensino, realiza uma problemática "missão educativa",

que reforça a submissão escolar ao modo de produção capitalista e assim a formação cultural que ela encerra.

> Ao tomar diretamente para si a formação técnica e ético-política das massas trabalhadoras, o Estado brasileiro, assumindo o seu papel de educador, além de conformar o trabalho simples, no espaço nacional, aos objetivos neoliberais de realização da subordinação efetiva da escola à produção capitalista, vem tratando de obter, também, o consentimento às idéias, aos valores e às práticas neoliberais, no instante em que a constituição e a consolidação de um novo bloco histórico entre nós exige a obtenção de um amplo consenso da população (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 26).

Como evidenciamos no segundo capítulo deste trabalho, entre os fatores condizentes com as políticas públicas de incentivo às iniciativas privadas na educação superior brasileira está a ratificação da diversificação de instituições desse nível de ensino, diversificação que facilitou a existência e a proliferação de instituições calcadas no ensino, privadas em sua maioria. Isto possibilitou ao Estado ao mesmo tempo a sua desobrigação com a ampliação, e a democratização do acesso, da rede de universidades públicas do país e o controle das finalidades sociais e educativas de todo o setor.

Assim, especialmente a cargo da ampla rede de instituições "diversificadas" e privadas de ensino superior, ficaram demarcados os espaços onde os objetivos estritos de ampliação da capacitação reprodutiva da força de trabalho, para as tarefas especializadas, se realizaria, ou seja, nas instituições voltadas majoritariamente ao ensino.

Desse modo, as "universidades" de ensino no Brasil, impulsionadas pelas políticas de cunho neoliberal, ganharam ainda mais força e presença no cenário nacional tanto pelo lado das regulamentações que permitiram a expansão de instituições sem compromisso com a produção de conhecimentos, com as inovações, com as atividades de extensão e com a auto-gestão, de olho no imediatismo da contenção de custos e ampliação dos lucros, como também pela pressão produtivista e econômica empresarial interna e externa ao país.

A consolidação dos novos métodos produtivistas e organizacionais do mundo do trabalho mundial, as necessidades e exigências prementes para inserção no mercado de trabalho, e nesse ínterim a valorização da educação em nível superior, explicam em grande medida, segundo os autores Neves e Fernandes (2002), o processo de expansão das instituições de ensino superior no Brasil a partir dos anos 1990, apoiado por políticas públicas mercantis.

> Ancorado na nova base técnica do processo produtivo, que é real, o neoliberalismo restaurou e reformou a ideologia da escolarização como panacéia. Para essa ideologia, quanto mais treinada e educada a força de trabalho, melhor o desempenho da economia, mais qualificados os empregos, mais justa a distribuição de renda (...). A ideologia da empregabilidade, por sua vez, difunde a idéia de que, quanto mais capacitado o trabalhador, maiores as suas chances de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho. Seduzida, em grande parte, por essas ideologias, a classe trabalhadora passa a investir mais efetivamente na melhoria dos seus padrões de escolarização. A volta à escola tem sido uma das características dessa década. Como o Estado focaliza suas ações educacionais diretas na universalização do ensino fundamental e na ampliação do ensino médio, boa parte dos trabalhadores que busca a qualificação para o trabalho complexo é obrigada a custear seus estudos em nível superior, já que as vagas disponíveis no ensino público são insuficientes para o atendimento da demanda (NEVES; FERNANDES, 2002, p. 33).

No entanto, organismos internacionais de assistência técnica e financiamento como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), entre outros, mas especialmente nas questões da educação o Banco Mundial, avaliam já há algum tempo a importância do setor educacional como um dos elementos estruturantes da economia de mercado, e dizem atuar como agências sistêmicas de desenvolvimento humano e econômico, para criar, no entanto, medidas setorializadas de manutenção e sustentação das relações de produção capitalistas.

No que toca ao setor público, segundo Rosa Maria Torres (2000), o Banco Mundial dissemina que o Estado cumpriria bem o seu papel social ao cobrir a demanda de educação básica, enquanto a iniciativa privada, sob os ajustes da "livre-concorrência", ficaria com a parcela referente às atividades de nível superior do país.

Outras medidas, entre as quais as avaliações dos sistemas educacionais, a formação continuada, ou em serviço, e a educação a distância, também fazem parte das propostas do Banco Mundial para os países em desenvolvimento, a fim de incentivar a produção de índices educacionais em todos os níveis de ensino, para efeito de avaliação nacional perante o sistema financeiro internacional, sem com isso produzir transformações culturais e sociais nos países periféricos.

No entanto, não há somente no universo das instituições financeiras uma expressiva preocupação com as ligações entre as questões educacionais e as econômicas. O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors – um documento de repercussão internacional, concluído em 1996 e publicado no Brasil em 1999 – faz também acentuada menção à dependência entre educação e economia, e vice e versa.

Neste Relatório, o entrelaçamento entre educação, trabalho e economia é corrente, e a educação encontra-se bem enquadrada como acelerador do crescimento econômico e como via de qualificação estratégica e de desenvolvimento social.

Desse modo, algumas análises no Relatório são recorrentes como, por exemplo, sobre a "dimensão cada vez mais imaterial do trabalho", traduzida pela migração da oferta de empregos para o setor terciário ou de serviços; o acentuado papel das aptidões intelectuais e cognitivas no atual estágio produtivo da sociedade; o fato de que praticamente não há mais empregos estáveis, o que exige uma necessária adaptação rápida, social e individual, às mudanças em curso em um mundo globalizado (DELORS, 1999).

Todavia, esta comissão da UNESCO propõe um modelo de educação voltado para o "desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social" através dos intitulados "quatro pilares da educação"[18] e não deixa de cumprir uma agenda "crítica" ao assinalar o formato contemporâneo que as instituições educacionais têm assumido, ou seja, enquanto espaços para uma reduzida formação técnico-profissional e mercadológica.

Contraditoriamente, o mesmo relatório afirma que

> a procura de educação com fins econômicos não parou de crescer na maior parte dos países. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade. A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador. Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar resposta a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessários, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível (DELORS, 1999: 70-71).

O Relatório, ao mesmo tempo em que coloca a educação, em seu objetivo essencial, como promovedora do desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social, também ratifica que ela deve fazer frente às desestabilizações sociais e às crises econômicas mundiais.

Entre outras coisas, nas suas orientações o Relatório expõe que se torna insustentável uma educação escolar pesada em termos de quantidade de anos e de conteúdos escolares. E também salienta ser insustentável uma escolarização condensada

---

[18] Os quatro pilares da educação são: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a conviver com os outros e aprender a ser (DELORS, 1999).

na infância e na juventude, que abasteça indefinidamente as pessoas vida afora. Para a UNESCO a educação deve, contrariamente ao modelo estabelecido até então, percorrer a vida do começo ao fim.

Contudo, consideramos que há nas elaborações educacionais expostas no Relatório uma adequação entre os "quatro pilares da educação" e a sociedade industrial capitalista delineada neste estudo. Além disso, um dos pilares, o "aprender a fazer", nitidamente relacionado ao mundo do trabalho, é o que aparece mais destacado, detalhado e presente no texto. Uma expressividade que confere força à tendência de aproximação e inevitabilidade da conexão entre educação, trabalho e capitalismo.

Não obstante, outros documentos de organizações internacionais, em referência às questões educacionais contemporâneas, já haviam percorrido o mundo nos anos 1990, anteriormente ao Relatório da UNESCO. Em destaque os documentos do Banco Mundial.

Conforme Kátia R. de S. Lima (2002), instituições internacionais que organizaram, no início da década de 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), entre as quais a UNESCO e o Banco Mundial, acentuaram a importância econômica da esfera educacional em um mundo globalizado.

No que se refere à UNESCO e ao Banco Mundial, Lima (2002, p. 44) destaca que, não obstante tenham discordado sobre propostas e concepções educacionais, não divergiram a propósito dos pontos fundamentais: a "necessidade de integração dos países periféricos na dinâmica global do capital; a utilização da mesma lógica que concebe a educação como mola propulsora do desenvolvimento/crescimento econômico; o estímulo à diversificação das fontes de financiamento", ou seja, a tônica da relação entre educação, mercado e capital.

Lima (2002) considera dominante a participação do Banco Mundial na Conferência de Jomtiem, bem como, após esse evento, intensamente influente no cenário educacional dos países periféricos do capitalismo.

Um outro documento, de acordo com Lima (2002, p. 45), diz respeito à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que em 1992 apresentou o texto *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. Assim, em sintonia com as já mencionadas organizações internacionais, a Cepal também expôs suas posições quanto ao papel da educação frente às mudanças em curso no mundo contemporâneo.

Neste documento a Cepal veio consolidar as atuais diretrizes socioeconômicas capitalistas, em que prevalecem as concepções educacionais de que a escolarização deve se ajustar às tendências econômicas em voga e servir às necessidades do mundo do trabalho.

Para Lima (2002) o documento da Cepal reforçou

> a necessidade de formar e qualificar recursos humanos para atuarem diante das mudanças impostas pela realidade internacional, num discurso que evidenciava a necessidade da 'qualidade' da educação ofertada, concebida como adequação às determinações do mercado de trabalho, e a 'autonomia' das escolas formadoras para a viabilização de parcerias no financiamento e gestão do processo educativo (LIMA, 2002, p. 45).

Uma autonomia inoperante prevaleceu, desde então, no ensino superior brasileiro, marcado pelo loteamento de suas finalidades, pelas demandas produtivas empresariais e pela ampla privatização do setor.

A Conferência de Jomtiem, os documentos citados e, em decorrência, as ingerências das organizações internacionais que incidiram no setor educacional dos países periféricos do capitalismo, a partir da década de 1990, tiveram, de fato, efeito expressivo no cenário brasileiro. Estas ações políticas e sociais repercutiram diretamente no ensino superior do país.

Decorrente das diretrizes da Conferência de Jomtiem, por exemplo, está a criação do Plano Decenal de Educação Para Todos (1994-2003), mencionado no segundo capítulo desta dissertação, e com conseqüências diretas para a atual expansão quantitativa do ensino superior no Brasil.

As medidas para o aprofundamento do processo de mercantilização e de privatização da educação superior no Brasil, abordadas no segundo capítulo e, neste momento, aquelas relativas ao papel que envolveu o ensino superior no efetivo incremento da produção econômica e da produtividade, são, desse modo, elementos que se combinam.

Estes elementos, portanto, de acordo com Lima (2002, p. 49), fazem frente "aos reordenamentos atuais no mundo do trabalho e para a consolidação de um caldo político e cultural que legitime e reproduza o processo de exploração do capital em relação ao trabalho".

Ainda na década de 1990, especificamente em outubro de 1998, a UNESCO organiza a Conferência Mundial sobre Educação Superior e, a despeito de críticas às conduções economicistas do Banco Mundial na área educacional, também se

apresenta novamente em sintonia com a "concepção sobre a necessidade de adequação dos países periféricos à lógica do reordenamento internacional do capital, ressaltando a necessidade de integração entre educação e esfera produtiva" (LIMA, 2002, p. 49).

Nesse contexto, o entrelaçamento entre economia de mercado, relações sociais de produção, capitalismo e educação se fortalecem. Entretanto, a educação fica limitada a uma função instrumental, não obstante de importância capital quanto à preparação da coletividade para o trabalho, para nutrir a produtividade e o crescimento econômico, bem como para assegurar a uniformidade passiva do corpo social.

> O centro desta política é a segurança do capital para atravessar, conquistar e submeter mercados através da estabilidade econômica, no sentido da adequação ao processo de mundialização financeira, da atualização da força de trabalho para responder às novas demandas da divisão internacional do trabalho e, ao fim, do aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos (LIMA, 2002, p.52).

Portanto, a privatização e a mercantilização da educação superior brasileira constituem-se como um importante processo complementar em face da adequação dos recursos humanos às novas exigências do mercado de trabalho, onde modernização e qualificação profissional se entrelaçam, e também face às mudanças no cenário econômico do país, em função da abertura da economia ao capital privado e ao mercado internacional.

No Brasil, de acordo com José Rodrigues (1998), ainda em referência à generalização dos novos padrões produtivos sob a globalização da economia, a objetivação de base do ensino, sobretudo àquela destinada a formação de ampla camada da população, necessitou buscar adequações com base no setor empresarial, especialmente sob o comando da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Entretanto, segundo Rodrigues (1998), para a CNI o enfrentamento de uma acirrada competitividade econômica, interna e externa, tornou-se imprescindível não apenas uma modificação qualitativa dos aspectos e conteúdos escolares, mas ainda uma ampliação quantitativa rumo, preferencialmente, ao ensino superior.

> Por um lado, a CNI aponta problemas em todos os níveis de ensino, inclusive com a constatação antediluviana da persistência dos altos índices de analfabetismo e a crítica à não universalização do ensino fundamental. Por outro, a preocupação fundamental da entidade, nesse documento [Competitividade Industrial – uma estratégia para o Brasil, CNI, 1998], é dirigida para a universidade. Seu objetivo é, com isso, subordinar completamente a pesquisa e o ensino, ou seja, a universidade, às "necessidades econômicas" (RODRIGUES, 1998, 104).

Entre as articulações elaboradas pela CNI e encaminhadas ao âmbito político-institucional da educação superior brasileira, segundo Rodrigues (1998, p. 104-105), estão "a necessidade de um maior rigor na transferência de recursos para as universidades"; a "criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação dos recursos"; a "flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pesquisadores, na medida em que propõe a ampliação da 'liberdade' para participação daqueles em consultorias externas", e a definição de "linhas estratégicas de pesquisa com a participação efetiva dos empresários".

Para Rodrigues (1998, p 105), fica clara a intenção da CNI de implementar uma proposta educacional para o ensino superior no país onde a entidade "não propõe uma política de desenvolvimento científico voltada para a 'geração' de conhecimento, mas, sim, para a mera aquisição no mercado internacional do direito de utilização dos conhecimentos privadamente condensados na forma de patentes".

> A Confederação pretende valorizar a educação e a ciência que atendam aos interesses do parque industrial, em particular, e aos interesses do capital, em geral; enfim, a educação que lhe convém (RODRIGUES, 1998, p. 105).

Todavia, Marilena Chauí (2003), argumenta que a adaptação incessante às mudanças econômicas contribui para uma confusão acerca dos projetos educacionais, em que se aproxima a educação da "reciclagem" exigida pelas condições de trabalho, em que pesa a noção de treinamento de acordo com as finalidades das empresas, onde a formação é abandonada pela capacitação.

Para a autora, o intuito político-social de criar melhores condições de inserção no mercado de trabalho para os trabalhadores também entraria na conta de uma educação mais voltada para um sentido "prático" e "útil", porém pouco profícuo (CHAUÍ, 2003).

Nesse sentido, a subordinação da Universidade ao sistema produtivo, que adentra a sua estrutura, organização, trabalho docente e pesquisa, a situa como atividade essencialmente de serviço, e não público, mas privado ou que pode ser privatizado, o que a torna uma organização "operacional", uma "força produtiva" a mais dentro da lógica competitiva do modo de produção capitalista (CHAUÍ, 2003).

> A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (Le naufrage de l'université), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está

> estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. (CHAUÍ, 2003, p. 03).

Ademais, para Chauí (2003), a universidade

> está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática (CHAUÍ, 2003, p. 04).

Os organismos internacionais de assessoria técnica e de financiamento, também no controle das universidades públicas, operam na promoção de idéias como, por exemplo, as de "sociedade do conhecimento" e "educação permanente ou continuada", para transformar ciência em capital, amarrar a primeira ao desenvolvimento do segundo e às suas forças produtivas, porém sem produzir modificações na lógica de apropriação e acumulação privada de bens materiais e imateriais.

> Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico se baseia na posse de informações e, portanto, essas se tornam secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente (CHAUÍ, 2003, p. 04-05).

Chauí (2003) defende a instauração de uma nova perspectiva para as Universidades públicas, sua continuidade e expansão, e, entre outras coisas, a rescisão da atual confusão entre democratização do acesso à educação superior e sua massificação (padronização cultural imposta), bem como a revalorização das atividades de docência no ensino superior e de pesquisa.

Não obstante, em meio ao processo de massificação do ensino superior, uma profunda crise no mundo do trabalho, que Ricardo Antunes (2004) assinala como intensificada desde meados da década de 1970, com o crescimento absurdo do

desemprego estrutural e da precarização do trabalho, traz repercussões para a "vida fora do trabalho" e não se restringe nem diante dos quadros mais qualificados, dos profissionais graduados ou pós-graduados em nível superior.

Assim, um acirramento da competitividade no mercado de trabalho, ante o crescimento do desemprego estrutural, da precarização do trabalho e da valorização da qualificação profissional, sobretudo aquela que se refere ao nível superior, também colocou socialmente em pauta, para Antunes (2004), a necessidade e a procura de educação com fins econômicos.

> Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do "tempo livre" dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir "empregabilidade", palavra-fetiche que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES, 2004, p. 347).

Nesse contexto social, em outro momento, Antunes (2003) aponta para uma maior "fragmentação, heterogeneidade e complexificação" da mão-de-obra empregada, porém que impõem uma situação contraditória em relação às demandas de qualificação da força de trabalho, que por um lado exigem um trabalhador mais preparado e, por outro lado, promovem uma desqualificação de grande parte do contingente de trabalhadores composta pelos "subproletarizados", aqueles que trabalham por tempo, ou por serviço determinado e depois são automaticamente dispensados. Os "terceirizados", os subcontratados, fazem parte "de uma profunda crise de (des)socialização contemporânea sob o capital" (ANTUNES, 2003, p. 184).

Conforme Antunes (2003, p. 182), há ainda um novo uso do saber fazer intelectual do trabalhador, um novo modelo de trabalho "mais manipulativo e menos despótico do que o taylorismo-fordismo", mas que implica em um maior envolvimento e desempenho nas funções, em uma maior competitividade, absorção e exploração pelo trabalho, o que "aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital".

Neste ponto, para Lúcia Bruno (1996, p. 92), trata-se de um reflexo do "deslocamento do foco da exploração" capitalista e intensificação da subordinação do trabalhador ao trabalho.

Um quadro que se estrutura na medida em que são somadas as capacidades abstratas do trabalhador (facilidade de comunicação, compreensão de textos, raciocínio lógico, sociabilidade, auto-organização, entre outros fatores) às

inovações tecnológicas, com conseqüências diretas para a reprodução do capital. São as ocupações "integradas" ou "flexíveis", propagadas por organizações empresariais sistêmicas que redefinem tanto os novos processos de trabalho como a composição e estrutura da classe trabalhadora (BRUNO, 1996).

> É a partir daí que temos que entender a chamada degradação do trabalho em muitos setores, incluindo as instituições de pesquisa científica e as universidades, tanto aquelas que se abrem à classe trabalhadora, quanto aquelas que passam a produzir conhecimento diretamente para o capital. A tão debatida crise da universidade hoje reflete seu processo de inserção na dinâmica geral do capitalismo. Este processo de expansão da lógica capitalista torna-se evidente se considerarmos a adoção, hoje em ritmo acelerado, dos critérios de organizações das empresas pela generalidade das instituições sociais (BRUNO, 1996, p. 95).

Harry Braverman (1987), também analisa a crescente diversificação da classe trabalhadora e de suas condições de trabalho, perante as relações de mercado e de dominação social. Isto, desde os estágios iniciais do período manufatureiro do capitalismo até o estágio dos grandes conglomerados industriais e financeiros atuais, e aponta sobretudo para a apropriação da plasticidade do trabalho humano, como um dos elementos fundamentais na expansão do poderio desse sistema.

Para este autor, o que o empresário sempre faz, e cada vez mais, é potencializar ao máximo a eficiência e a capacidade produtiva do trabalhador no período em que este se encontra sob os seus domínios. O que promove também um domínio sobre o trabalhador que extrapola o ambiente de trabalho.

Uma potencialização que implica, portanto, não apenas o manejo adequado da somatória de técnicas do trabalho pelo trabalhador, nem apenas as administrativas, de controle, incentivo, pressão por produtividade e correta utilização dos instrumentos tecnológicos, compatíveis com as funções exercidas, mas antes, e durante também, a própria formação do trabalhador (BRAVERMAN, 1987).

A formação do trabalhador é um quesito de suma importância para o mundo do trabalho, ainda que ela se encontre extremamente submetida diante das simplificações e fragmentações das funções do trabalho moderno, onde, em tese, qualquer trabalhador medianamente instruído e treinado estaria apto a exercer qualquer função (BRAVERMAN, 1987).

> Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual se efetua a ampliação do seu capital (...), sempre com vistas a produzir a partir do potencial inerente à força de trabalho o mais valioso efeito do trabalho, porque é isto que lhe renderá o maior excedente e assim o maior lucro (BRAVERMAN, 1987, p. 58).

A intensificação da subordinação do trabalhador ao capital, constitui, ainda de acordo com Braverman (1987), um problema recorrente para a classe trabalhadora, face às mudanças e inovações no modo de produção. Nomeadamente quando estas passam a regular, como hoje em dia, relações de produção balizadas por aspectos sociais e não mais somente em capacidades técnicas e especializadas. O que, em última instância implicaria na assimilação global do trabalhador pelo trabalho, embora o trabalho continue parcializado, bem como mantida a desigualdade de sua divisão social.

> Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1987, p. 58).

Tal circunstância, de fragmentação e adaptação ao trabalho, impõe à classe trabalhadora diferenciações de valorização que incidem sobre o valor do produto do trabalho, mediante a separação entre aqueles que executam tarefas simples e parceladas e aqueles que necessitam de maior qualificação e habilidades especiais; estas dificilmente superadas pelos que se encontram à margem dos sistemas de ensino. Diferenciações produzidas na esfera da educação, mas que conferem e propiciam um significado de valor individual, socialmente naturalizado.

Enguita (1993), ao comentar as análises de Harry Braverman sobre os processos de trabalho, pontua a existência de um processo em curso de desqualificação gradativa dos trabalhadores em seus locais de trabalho, conforme a crescente substituição de profissionais especializados ou semi-especializados, ou seja, de trabalhadores qualificados, por outros menos qualificados. Isto, entre outras coisas, também porque o controle de técnicas ou de equipamentos avançados, muitas vezes são de simples manuseio ou de fácil aprendizagem.

> Harry Braverman documentou suficientemente este processo no que sem dúvida é o melhor trabalho de investigação sobre a evolução do modo de produção capitalista (...). Mas é um fato que a degradação do trabalho (a desqualificação dos postos de trabalho) veio acompanhada ao longo de décadas por um aumento massivo da escolarização em amplitude e duração. Isto levou à busca de interpretações alternativas da relação entre educação e emprego, que vão desde o credencialismo, que vê a escola simplesmente como uma instituição que distribui rótulos arbitrariamente (Collins, 1979), até o princípio da correspondência (Bowles e Gintis, 1977), passando pelo grande roubo de treinamento (Ivar Berg, 1971), pela teoria da correspondência entre empregos (Lester Thurow, 1972), pelas teorias da reprodução (Bourdieu e Passeron, 1977;

> Young, 1971) ou do currículo (Yong, Bernstein, 1975) e muitas outras. (ENGUITA, 1993, p. 231).

O autor argumenta que o "ajuste entre escola e produção tem sido comumente estudado em termos de qualificação do trabalho (...), [no entanto] existem razões históricas e sociológicas suficientes para nos fazer duvidar de que a ênfase deva ser posta aí" (ENGUITA, 1993, p. 230).

A conexão entre educação e trabalho, embora o mundo do trabalho capitalista conte com os processos de formação escolar correspondentes, não se restringe a essa formação, se estende muito além desses limites, em direção à composição do valor agregado da produção e do produto, bem como da subdivisão e manutenção da sociedade centrada na exploração do trabalho de uns e na exclusão de outros.

Nesse contexto a atual lógica de mercado fornece o liame entre a massificação do ensino superior, promovida pelo Estado e lotada predominantemente no setor privado no caso brasileiro, e a degradação do trabalho, pois a tendência de subordinar o trabalhador científico (especializado), retirar-lhe o controle sobre o processo de trabalho e transformá-lo em um qualificado profissional burocrático, se dá mediante uma restrita formação universitária, com efeito, sem prejudicar a produção direta de mercadorias (materiais ou imateriais) e o seu padrão de valor extrínseco.

No que se refere à conformação social, a expansão do ensino superior, nos moldes delineados neste estudo, fornece bases para a diversificação (ampliada) e composição de uma fração estruturada de classe, delimitada por aspectos sociais e educacionais, e através da padronização cultural empreendida afasta ou minimiza os questionamentos sobre o sistema de trabalho enquanto tal, explorado e dominado pelo sistema industrial, comercial e empresarial.

Portanto, um aumento na demanda de estudantes em busca de melhores condições de inserção no sistema produtivo e/ou de manutenção do emprego através do ensino superior, face à busca por ascensão profissional, econômica e social, não significa necessariamente um caminho unívoco para um efetivo desenvolvimento social, já que as possibilidades e os incentivos para a criação de formas autônomas de sobrevivência, a partir do conhecimento socialmente produzido, permanecem controladas.

O problema de um estreitamento ainda maior da vinculação entre formação e profissionalização, é que essa articulação, que já faria pender o lado do uso

técnico e competitivo dos conhecimentos e a adaptação rumo às funções, em sua grande maioria, já estabelecidas segundo os critérios do mercado de trabalho, não ofereceriam maior abertura às inovações e às mudanças no cenário econômico e social.

Uma situação utilitarista, direcionada à educação superior pautada na organização do trabalho, e que ao contrafazer a consciência social facilitaria a homogeneização e a segmentação dos interesses e das capacidades individuais, para que possam ser asseguradas a formação estrita de recursos humanos adequados, porém cingidos; o controle da informação e o atendimento das demandas de produtividade, de acumulação e de arranjo social hierárquico sob os interesses do capital.

Considerações finais

As questões centrais discutidas no presente estudo implicam na intersecção entre as relações políticas, econômicas e culturais, locais e mundiais, operantes em torno das idéias de mercado e trabalho no ensino superior brasileiro contemporâneo. Ultrapassam, portanto, a abordagem sobre temas específicos do âmbito da educação escolar, técnicos ou pedagógicos, assim como os limites dos direcionamentos conclusivos deste trabalho.

São relações políticas, econômicas e culturais enquadradas segundo a ordem capitalista, e tão mais influentes sobre o ensino superior quanto mais se observa a ascendência de estratégias de mercado e de produção dominantes, sedimentadas pelos processos de acumulação de capital e pela continuidade da separação e hierarquização do trabalho, valorizado diversamente, segundo graus de especialização e funções.

Nesse sentido, o movimento atual para a propagação do ensino superior no Brasil, ante os incentivos oficiais dos órgãos competentes do setor, não obstante as expectativas e iniciativas empresariais afins, a contar ainda com uma rápida e significativa ampliação do contingente de estudantes para este nível de ensino, consolida a transformação do valor-educação, especialmente em direção aos novos preceitos economicistas da lógica de mercado e os operacionais do mundo do trabalho.

No Brasil, de modo predominante desde a década de 1990, as decisões políticas e o perfil que deveriam assumir as novas ações educacionais, face às tensões entre as necessidades locais e a imposição dos padrões produtivos globalizados, alguns temas ganharam destaque, como os ligados à privatização, ao mercado educacional e à maior qualificação para o trabalho. Também ganhou ênfase no período a linha dos investimentos governamentais voltados para os segmentos básicos do ensino. Foi, então, uma oportunidade ímpar para a expansão e intensificação da promoção do ensino superior pela iniciativa privada no país.

Entre as mudanças na educação superior brasileira, os processos em curso, de forma geral, dizem respeito menos ao formato das instituições do que às formas de inserção local, regional e nacional que o setor passa a desempenhar frente a acumulação do capital e à composição e homogeneização de uma classe de trabalhadores credenciada pelo ensino superior.

Trata-se de uma função econômica da educação superior, dos aparatos institucionais, pedagógicos e estatísticos, transformada em serviço educacional. Assim o valor-educação, especificamente o do ensino superior, ganha novos contornos, ao passo que o nível de escolarização estabelece uma importante vantagem comparativa no mercado, tanto para as funções individuais, quanto para os investimentos produtivos nos países periféricos do capitalismo.

Todavia, são circunstâncias políticas que validam a economia de mercado e os valores regulados por esse sistema. E ao contrário da disseminação de uma ideologia neoliberal pressuposta na "livre oscilação" do par oferta-procura e não interferência do Estado, tal validação não prescinde do manejo e também das subvenções estatais.

Assim, no Brasil, o modelo institucional privado do ensino superior, espalhado pelo país através das intervenções políticas e subsídios públicos, possibilitou uma situação que atendeu as funções de reduzir os investimentos estatais no setor, facilitar a criação, manutenção e proliferação de entidades nos moldes empresariais, com vistas a obtenção de lucro e desenvolvimento do sistema capital, além de promover o incremento da reprodução qualificada da força de trabalho.

Em presença de um expediente político e econômico, amplamente difundido na sociedade contemporânea, de que as atividades humanas, como as educacionais, alcançam maior e melhor desempenho sob os métodos da organização empresarial capitalista, ganhou também espaço a ideologia da eficácia da "auto-regulação" do par oferta-procura, ante um mercado consumidor pretensamente autônomo e soberano em direção ao ensino superior.

Entretanto, enfatizamos que a "auto-regulação" do mercado não é livre do poder controlador do Estado, sobretudo dos interesses dos Estados-Nações fortes do capitalismo. Tampouco a eficiência e os ganhos empresariais se encontram dissociados de intensas e variadas pressões sobre as formas de qualificação para o trabalho assalariado, nem o consumo (como o dos serviços educacionais) está apartado das necessidades diligentemente produzidas pelo sistema socioeconômico.

Vê-se então uma ação objetiva do Estado sobre a educação superior que atualiza os mecanismos de coesão social, de estímulo à concorrência desigual no mercado de trabalho e à incorporação preestabelecida de uma fração de classe ao sistema produtivo capitalista, que propositadamente não dispõe de lugar para todos.

As formas mais recentes de manejo e interferência Estatal no tecido social, através das macro-políticas econômicas mundiais e exercício das desobrigações públicas, refletem essa cultura de privatização do público e a anulação das políticas locais e pontuais, em nome de uma lógica que manipula a oferta e a procura. E a realização e o aperfeiçoamento dos direitos sociais, mais especificamente do direito a educação, do qual depende a efetivação da cidadania, permanece à margem da amplitude da vida social, pois limitados, fragmentados e incompletos.

Desse modo, o ensino superior brasileiro mercantilizado mostra-se subserviente ao capital, posto que apregoa uma ideologia da livre-concorrência, da livre-iniciativa, das chances iguais para todos, mas enquanto centrado na reprodutibilidade técnica e epistemológica atende ao totalitarismo do capital.

A abordagem do caso específico das Faculdades da FUNEC de Santa Fé do Sul, de seus aspectos organizacionais, administrativos e funcionais, apontou para uma preponderância na sua personalidade institucional às disposições financeiras e econômicas capitalistas na localidade.

Não obstante, o movimento atual de expansão do ensino superior no Brasil, cujo efetivo crescimento da FUNEC se vincula, relacionado amplamente ao setor privado na sua promoção, além de se encontrar limitado por instituições, que também em grande parte, reduzem a formação basicamente as atividades de ensino, interfere na composição da educação superior no país e cria sua maior dependência ante o cenário internacional.

Por estar em sintonia com os valores, idéias e propostas empresariais e mercadológicas, a Fundação participa e reforça uma visão produtivista de educação, em conformidade com uma racionalidade técnica vigente e dominante, e também com o caráter conservador das relações de poder municipal.

Em atenção ao mínimo, o que ocorre nas dimensões maiores da configuração social capitalista se repete no microcosmo da FUNEC. Portanto, se ficarmos limitados a estrutura e funcionamento local da Fundação, aos aspectos econômico-financeiros mobilizados, realmente pequenos se comparados ao de outras instituições públicas ou privadas do país, subestimaremos o contexto do capitalismo financeiro global no qual a realidade da Fundação se organiza e se acomoda.

A lógica de mercado e as relações de produção capitalistas possuem desdobramentos na FUNEC, pois a instituição busca uma adaptação às regras do jogo. São condicionantes aparentemente externos a sua atuação institucional e educacional,

porém constituem um modelo funcional voltado para ordem econômica nacional, submetida aos ditames internacionais. A identidade da FUNEC é empresarial, suas estratégias similares as do empresariado do setor.

As relações entre mercado e trabalho transitam inexoravelmente dentro do campo das instituições de ensino superior, como a FUNEC, e reforçam a função reprodutiva da educação superior e as formas de dependência individual e social ao capital.

A lógica formal do mercado flui do exterior para o interior das instituições, e vice-versa, dita metas, diretrizes, cria as imagens de eficiência e de ordenação dos processos almejados, para a consecução das satisfações do capital, e construção dos aparatos necessários à manutenção do sistema produtivo segmentado e hierarquizado.

Advém daí que as instituições de ensino superior concorram para a satisfação das necessidades do mercado e da produtividade econômica dirigida, obedeçam às leis do mercado, sempre em declínio em relação as suas próprias potencialidades formativas, questionadoras da forma de exploração capitalista e auto-gestoras.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Educ. Soc: Revista de Ciência da Educação**. Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004, p. 335-351.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio: Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Orgs). **Pierre Bourdieu: Escritos de Educação**. Trad. Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis, Vozes, 6ª ed., 2004, p. 17-32.

_____. **Contrafogos***:* táticas para enfretar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOVO, José Murari (Coord. e Org.). **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista; A degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed., Editora Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro, R.J., 1987.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas.** São Paulo: Editora Atlas, 1996, p. 91-123.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPEd. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003.

CORRAGIO, José Luis. Propostas do banco mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Lívia; WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 75-121.

COUTO, Beatriz. Mudanças nas relações sociais de produção nas universidades. In: PRINCÍPIOS. **Revista Teórica, Política e de Informação**. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, n. 63, nov./dez. 2001, p. 75-79.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir; Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1998.

ENGUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Trabalho, educação e**

prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 230-253.

FRANÇA-BRASIL; CHIBLI, Faoze. Ensino Superior: história, arte e educação. In: **França-Brasil**. São Paulo, publicação bimestral da Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB), nº 271, julho/agosto de 2005, p. 36-41.

FONSECA, Amélia de Lourdes Nogueira da. **As faculdades isoladas e a formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio: as Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP: um estudo de caso**. (Mestrado na Área de Ensino Superior em Educação). Campinas/SP, Pontifícia Universidade Católica, 2001.

FRIGOTTO, G. A educação e formação profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: DA SILVA, L. H. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª ed, 1999, pp. 218-238.

GANDINI, Raquel P. C. O público e o privado: trajetória e contradições da relação estado e educação. In: **Estado e Educação** – coleção CBE, Campinas/SP, CEDES/ANPED/ANDES/Papirus, 1992, p. 55-71.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna***;* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 1993.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); MUNIC 2002. **Pesquisa de informações básicas municipais: MUNIC 2002**; Perfil dos municípios brasileiros, Gestão Pública 2002, IBGE, Rio de Janeiro, 2005.

JAMESON, Fredric. Globalização e estratégia política (2000), in: JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Seleção e prefácio de Maria Elisa Cevasco; Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2002, p. 17-41.

_____. Notas sobre a globalização como questão filosófica (1998), in: JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Seleção e prefácio de Maria Elisa Cevasco; Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2002, p. 43-72.

_____. Cultura e capital financeiro (1997), in: JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Seleção e prefácio de Maria Elisa Cevasco; Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2002, p. 143-172.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. Prefácio: A (contra-)reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004, p. 13-22.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 41-64.

MANCEBO, Deise. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. In: EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Educ. Soc: Revista de Ciência da Educação**. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Campinas, vol. 25, n. 88, out. 2004, p. 845-866.

MOREIRAS, Alberto. **A Exaustão da Diferença – a política dos estudos culturais latino-americanos**. Tradução: Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 21-40.

_____. O neoliberalismo e a redefinição das relações Estado-Sociedade. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002a, p. 105-114.

_____. Legislação e planejamento no processo de privatização da educação superior. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002b, p. 137-150.

_____. Rumos históricos da organização privatista. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002c, p. 179-220.

O ESTADO DE S. PAULO. 19 de agosto de 2006, p. A 41.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. A política governamental de ciência e tecnologia: da C&T à CT&I. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 65-84.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Neoliberalismo ou pós-liberalismo: educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina. In: **Estado e Educação** – coleção CBE, Campinas/São Paulo, CEDES/ANPED/ANDES/Papirus, 1992, p. 09-29.

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Campus, 3ª ed., 1983, p. 9-68.

_____. A Educação Superior no Brasil e na América Latina. In: **@prender Virtual –** O Mundo da Educação, Entrevista – Simon Schwartzman, Marília (SP), 30 de abril de 2004.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma Universitária – a nova forma histórica das esfera pública e privada no início do século XXI**. In: http://www.anped.org.br/reformauniversitária6.doc. Acesso em 10 de agosto de 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional: Elementos para uma crítica ao neoliberalismo em educação. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 1995, p. 109-136.

VALOR ON-LINE; MANDL, Carolina. Pátria tem R$ 150 milhões para investir em faculdades. In: VALOR ON-LINE. **Educação**. São Paulo, Valor On-Line, 1º Caderno, 28 de junho de 2005.